



___ Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa ___

**RECURSOS HUMANOS SÃO-TOMENSES:
IMPORTÂNCIA E CONTRIBUTO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Bilaine Carvalho Ceita

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais:
Análise e Gestão

Orientadora:
Professora Doutora Maria Manuela Cardoso

Março de 2009

**“Não basta conquistar a sabedoria,
é preciso usá-la.”**
Cícero

RESUMO

Este trabalho teve como principais objectivos compreender as possíveis causas do problema de “fuga de quadros” em STP e perceber que contributos os recursos humanos qualificados são-tomenses podem ter no processo de desenvolvimento do país.

Efectuaram-se 27 entrevistas a estudantes e formados são-tomenses em Portugal e apurou-se que estes, na sua grande maioria, têm a intenção de regressar ao seu país natal num futuro próximo mas reconhecem que STP não reúne actualmente as condições favoráveis à sua integração social e profissional. Assim, têm permanecido em Portugal exercendo uma actividade profissional e adquirindo a nacionalidade portuguesa como mecanismos de integração na sociedade lusa, ficando o retorno a STP apenas no plano das intenções.

Verificou-se também que os recursos humanos são-tomenses, dadas as suas características sociográficas, conhecimentos e habilidades, têm um papel fundamental na animação do processo de desenvolvimento de STP.

Chegou-se à conclusão que os objectivos e acções que os recursos humanos esperam alcançar futuramente em STP, caso regressem ao seu país natal, reverterão não apenas em benefícios individuais como também em benefícios sociais, sendo, por isso, favoráveis ao processo de desenvolvimento das ilhas.

Ficou também patente nesta investigação que é urgente a criação de mecanismos que possam atrair e incentivar o retorno dos recursos humanos qualificados ao país e aproveitar todas as competências e saberes para a dinamização do processo de desenvolvimento de STP.

Palavras-chaves: Desenvolvimento, Educação, Recursos Humanos, São Tomé e Príncipe

ABSTRACT

The work has main objective to understand the possible causes of the so call “brain drain” in the STP and notice what contribution the qualified human resources from STP can have in the development process of their country.

There were made 27 interviews to sao-tomé’s students and formed in Portugal and the great majority of them have the intention to return to their native country in the near future, nevertheless they all recognize that STP’s doesn’t gather at the present time all the necessary conditions to their social and professional integration. Due to this lack of conditions they have been working in Portugal and acquiring the local nationalism has a integration mechanism in the society delaying for the future return to STP’s.

It was also verified that the são-tomé’s human resources due to theirs sociological characteristics, knowledge and abilities have a major role to play on the STP’s development.

It was reached to the conclusion that the goals and actions that the human resources hope to achieve in STP’s, in case of returning to their home country will not only bring individual but social benefits and therefore having an important role on the island development process.

It was also patent in this investigation that is urgent the creation of mechanism’s that may incentive, attract and motivate the return of the qualified human resources to STP’s and to take advantage of all of the competences and know how acquired by them for the dinamization of the STP’s development process.

Key Words: Development, Education, Human Resources, Sao Tome and Principe

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, à Professora Maria Manuela Cardoso, por me ter orientado na realização deste trabalho e pela disponibilidade e simpatia que sempre demonstrou.

Aos meus amigos e familiares, por terem partilhado muitos dos momentos de elaboração deste trabalho, bem como todo o entusiasmo e desânimo vividos à volta do mesmo.

ABREVIATURAS

CPFP – Centro Politécnico de Formação Profissional

EFOPE – Escola de Formação de Professores e Educadores

EE – Escola de Enfermagem

ESES – Escola Superior de Educação de Santarém

ISP – Instituto Superior Politécnico

IDF – Instituto Diocesano de Formação João Paulo II

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INESTP – Instituto Nacional de Estatísticas de São Tomé e Príncipe

IUCAI – Instituto Universitário de Contabilidade e Informática

ONU – Organização das Nações Unidas

ONGs – Organizações Não Governamentais

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

STP – São Tomé e Príncipe

UL – Universidade Lusíada

UNESCO – (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) –
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

WCED – (World Commission on Environment and Development) – Comissão Mundial de
Ambiente e Desenvolvimento

ÍNDICE

Introdução

I PARTE

Enquadramento Teórico

1. O Conceito de Desenvolvimento

- 1.1. Desenvolvimento: as novas perspectivas do conceito.....10
- 1.2. Desenvolvimento e *empowerment*.....22

2. Educação, Formação de Recursos Humanos e Desenvolvimento

- 1.3. A educação no quadro das novas perspectivas do desenvolvimento.....24
- 1.4. Formação de recursos humanos, capital humano e desenvolvimento.....27

II PARTE

Metodologia

- 1. Métodos e técnicas.....33
- 2. Construção e aplicação da entrevista.....34

III PARTE

Análise dos Resultados

Capítulo I

Sistema de Educação de São Tomé e Príncipe: Breve Caracterização.....35

Capítulo II

Recursos Humanos São-tomenses em Portugal: Caracterização

- 1. Caracterização da amostra.....45
- 2. Integração em Portugal.....46
- 3. Motivações e incentivos para investir na educação.....49

Capítulo III

Recursos Humanos São-tomenses: Contributos para o Desenvolvimento

- 1. Perspectivas de regresso.....55
- 2. Representações sobre STP.....59
- 3. Planos e acções a implementarem em STP.....63

Principais conclusões.....68

Bibliografia.....76

Anexos

INTRODUÇÃO

São Tomé e Príncipe é um Estado insular localizado no Golfo da Guiné, composto por duas ilhas principais, São Tomé e Príncipe, e vários ilhéus num total de 964 km², com cerca de 150 mil habitantes.

A nível económico, o país é bastante dependente da relação com o exterior. A economia de São Tomé e Príncipe (STP) encontra-se, fundamentalmente, assente no sector agrícola, que se tem mostrado incapaz de permitir o crescimento auto-sustentado do país. O governo tem apostado no turismo como fonte de receitas para o desenvolvimento económico, mas a recente descoberta de petróleo abriu uma nova perspectiva nas estratégias de desenvolvimento para o futuro.

No que se refere à educação, São Tomé e Príncipe apresenta graves problemas e deficiências que resultam da conjugação de factores socio-económicos e culturais.

Qualquer sociedade para se desenvolver necessita que as novas gerações adquiram um conjunto de conhecimentos sobre as normas, ideias, ideologias, valores e procedimentos. A formação e a educação revestem-se, assim, de extrema importância constituindo um dos indicadores de desenvolvimento humano de um país, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Um Estado como São Tomé e Príncipe em que a maioria da população é constituída por jovens e em que se verifica uma elevada taxa de desemprego há que, sem dúvidas, apostar na formação.

Ao longo dos últimos anos tem-se verificado, por parte dos sucessivos governos de São Tomé e Príncipe, a preocupação em elevar o nível de escolaridade dos são-tomenses, através da implementação de diversas políticas. Uma dessas políticas tem passado pelo envio de estudante para o exterior, atribuindo-lhes um subsídio a fim destes frequentarem o ensino superior ou profissional, uma vez que existem poucas condições internas para que os jovens são-tomenses possam prosseguir os estudos findo o ensino secundário. Assim, apesar da difícil situação económica e financeira do país, o governo tem conseguido enviar todos os anos um número significativo de estudantes para Portugal, Cuba, Brasil, Marrocos, entre outros países.

No entanto, após o fim da formação vários são aqueles que permanecem no país de acolhimento e adiam o retorno ao país, dada a total ausência de políticas de incentivo ao seu regresso.

Assim sendo, existe um reconhecimento do papel importante e central da qualificação de recursos humanos enquanto elemento catalizador do desenvolvimento do país; no entanto, co-existe uma ausência de políticas de efectiva valorização e enquadramento pelo que a “fuga de cérebros” constitui um sério problema e, ao mesmo tempo, um desafio ao desenvolvimento de STP.

Deste modo, o presente trabalho visa analisar e encontrar respostas possíveis para alguns problemas relacionados com a qualificação dos recursos humanos de STP e com a “fuga de quadros” bem como demonstrar o quão importante é essa qualificação para o desenvolvimento do país.

A escolha deste tema resulta da necessidade de se proceder a uma análise dos principais obstáculos relacionados com a formação dos recursos humanos em STP, identificar possíveis mecanismos que possam permitir uma maior valorização destes e perceber quais podem ser os contributos de jovens qualificados no processo de desenvolvimento do país.

Este trabalho reveste-se de pertinência política e social na medida em que poderá contribuir para a reflexão e redefinição das políticas de formação de recursos humanos, direccionadas para a sua efectiva valorização e enquadramento, facilitando a introdução de mudanças significativas na sociedade e o aumento do bem-estar individual e social.

Considerou-se pertinente centrar este estudo na área da educação e formação porque estas são assumidas por muitos analistas como parte integrante do processo de desenvolvimento de um país. Os indivíduos só podem contribuir para o desenvolvimento e tirar benefício dele, se estiverem dotados de saber, competências, valores, capacidades e direitos que lhes permitam obter os seus meios de subsistência. Uma educação de qualidade beneficia e permite dar autonomia, não somente ao indivíduo mas igualmente à sociedade no seu todo. Deste modo, emerge o reconhecimento de que uma educação que proporciona ao indivíduo o alargamento das suas capacidades, permitindo que este seja actor da sua própria vida, conduz a um desenvolvimento mais harmonioso.

Constituíram os principais objectivos desta investigação compreender as possíveis causas do problema de “fuga de quadros” são-tomenses e perceber que contributos os recursos humanos qualificados podem ter no processo de desenvolvimento do país.

A pergunta de partida que orientou todo o processo de investigação foi a seguinte: Qual poderá ser o contributo dos recursos humanos qualificados no *empowerment* e no desenvolvimento de STP?

Nesta investigação, optou-se por estudar os estudantes e formados são-tomenses em Portugal uma vez que é neste país Europeu onde se encontra grande parte do contingente de estudantes de STP que anualmente saem do seu país para continuar os estudos no estrangeiro. Este estudo centrou-se tanto em indivíduos que se encontram neste momento a frequentar uma formação de nível profissional ou superior (estudantes) como em indivíduos que já concluíram uma formação (formados) e adiam o regresso à terra natal. Assim, constituem objectos empíricos desta investigação estudantes e formados são-tomenses em Portugal.

Elaboraram-se duas hipóteses susceptíveis de verificação após análise dos resultados. São elas:

1ª Hipótese

Enquanto não são reunidas as condições para a efectivação do seu regresso a STP, os recursos humanos são-tomenses procuram uma integração na sociedade portuguesa, através do exercício de uma actividade profissional e aquisição da nacionalidade portuguesa;

2ª Hipótese

Os objectivos e acções que os recursos humanos esperam alcançar futuramente em STP reverterão não apenas em benefícios individuais como também em benefícios sociais, sendo, por isso, favoráveis ao processo de desenvolvimento de STP.

Estruturalmente, o trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte faz-se um enquadramento teórico ao tema em que se focaram as principais contribuições de vários autores sobre os conceitos de desenvolvimento, educação/formação e recursos humanos. Centrou-se também a análise nas contribuições teóricas que salientam a importância e o papel dos recursos humanos qualificado no desenvolvimento de um país. Na segunda parte, que constitui a metodologia, estão expostos os métodos e técnicas de investigação utilizados. Finalmente, na terceira parte fez-se uma breve caracterização do sistema de educação de STP e uma análise e sistematização dos principais resultados e conclusões da investigação.

I Parte – Quadro Teórico

1. O Conceito de Desenvolvimento

1.1. DESENVOLVIMENTO: AS NOVAS PERSPECTIVAS DO CONCEITO

Existem poucos conceitos no pensamento social e económico tão ambíguos como o conceito de desenvolvimento, que tem sido usado em vários contextos, frequentemente conotado com implicações políticas e ideológicas.

É comum associar o nascimento do conceito ao período logo a seguir a 2ª Guerra Mundial. Segundo Amaro, factores como a reconstrução europeia que obrigou os países a agirem no sentido de buscar o progresso e a riqueza, a “Guerra-Fria” que implicou a existência de uma base de acumulação produtiva que sustentasse a corrida aos armamentos, a afirmação do keynesianismo que deu ênfase ao princípio da regulação através da intervenção do Estado na economia e a independência das colónias europeias, foram decisivos para a afirmação do conceito de desenvolvimento (Amaro, 2004, 40).

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio académico, principalmente por tratar-se de um conceito polissémico e por abarcar uma multiplicidade de dimensões. Grande parte da discussão centra-se sobretudo em torno da controvérsia existente entre os conceitos de desenvolvimento e de crescimento económico. No entanto, conceitos como progresso, industrialização, mudança social, crescimento, evolução, avanço, modernização e transformação são usados frequentemente como sinónimos de desenvolvimento.

Assim, Ghai faz uma análise da literatura e distingue três interpretações do desenvolvimento. A primeira encara o desenvolvimento como sinónimo de crescimento, entendido como aumento da produtividade de trabalho, declínio da agricultura, progresso tecnológico e industrialização, acompanhado com um conseqüente aumento da urbanização. Esta concepção atribui grande ênfase aos factores económicos, deixando para o segundo plano as dimensões sociais e humanas. A segunda interpretação do desenvolvimento coloca ênfase em índices de nível de vida, como sejam a pobreza, nutrição, mortalidade infantil, esperança de vida, alfabetização, educação, acesso ao emprego, à habitação, água potável. Nesta perspectiva o conceito de desenvolvimento é colocado próximo da noção do senso comum e a ênfase continua a ser colocada nos indicadores sócio – económicos, sendo que o indivíduo e os

grupos sociais tendem a serem passivos consumidores de bens e serviços. A terceira interpretação atribui importância ao potencial e às capacidades humanas no contexto das relações com outros grupos sociais. Nesta concepção, o desenvolvimento é visto como o conhecimento do processo social, económico e político, enfatizando a capacidade para analisar e resolver os problemas do dia-a-dia; como o aumento das competências manuais e maior controlo sobre os recursos económicos; como a restituição da dignidade humana e auto-respeito; como a interacção com outros grupos sociais numa base de respeito mutuo e igualdade. Esta concepção, embora não negligencie as privações materiais e a pobreza, o foco é colocado na realização do potencial humano expresso em termos de dignidade, auto-respeito, emancipação social e capacidade moral, intelectual e técnica (Ghai, 1990, 216).

Actualmente, apesar de grande controvérsia, as abordagens associadas ao conceito de desenvolvimento já abarcam uma multiplicidade de dimensões. No entanto, quando do surgimento nos anos 50, as abordagens estavam estritamente ligadas à noção de crescimento económico, pelo que incrementos positivos no produto e no rendimento eram considerados as bases necessárias para produzirem melhorias nas condições de vida das pessoas significando, por isso, desenvolvimento. As concepções do desenvolvimento nesta altura foram fortemente inspiradas nas teorias da modernização.

Segundo Servaes, no paradigma da modernização, o desenvolvimento é um processo espontâneo, unilateral e irreversível, inerente a qualquer sociedade. Trata-se de um processo que implica diferenciações estruturais e especializações funcionais e que pode ser dividido por diferentes fases, mostrando o nível de desenvolvimento alcançado por cada sociedade (Servaes, 1996, 83). Nesta concepção, fortemente influenciada pelas teorias evolucionistas e funcionalistas, o desenvolvimento é encarado como um processo unidireccional, progressivo, lento e gradual, sistémico e transformativo conduzindo as sociedades de um estado mais primitivo (tradicional) para um mais avançado (moderno).

Amaro faz uma análise bastante pertinente do conceito de desenvolvimento no sentido que sistematiza as abordagens relativas a esse conceito em dois grandes períodos.

O primeiro refere-se aos 30 anos imediatos à 2ª Guerra Mundial, comumente caracterizado como os “Anos Gloriosos” e de grande crescimento económico, em que o conceito de desenvolvimento apresenta uma formulação completamente eurocentrada tendo como matriz as sociedades europeias. Neste período, o conceito de desenvolvimento foi pautado por uma visão economicista, sendo o crescimento económico considerado a condição necessária e

suficiente para o desenvolvimento e muitas vezes com ele confundido ou tornado sinónimo, em que são valorizados factores como a quantidade, a produção em escala, a industrialização, a uniformização, o racionalismo, o progresso tecnológico e o urbano como pilares do desenvolvimento (Amaro, 2004).

O segundo período corresponde aos últimos 30 anos em que se verificou enormes irregularidades económicas, aumento das desigualdades sociais, problemas ambientais, globalização e aumento do fosso entre os países do norte e do sul, ao mesmo tempo que ocorrem grandes progressos nas tecnologias de comunicação e da informação. Por outro lado, há uma certa frustração com as experiências dos países do Terceiro Mundo uma vez que não alcançaram o desenvolvimento esperado. Na maioria desses países verifica-se a persistência da pobreza e da carência absoluta acompanhadas de taxas de analfabetismo elevadas, fomes, doenças, solidão, individualismo, insegurança, incerteza ao nível profissional, gerando novas formas de pobreza e exclusão social.

De salientar também que a partir da década de 70, a economia mundial entra em recessão após a crise do petróleo de 1973. É a partir desse contexto que se dá conta que os países concentraram apenas os seus esforços basicamente na promoção do crescimento económico, deixando a qualidade de vida e as questões ambientais em segundo plano.

Surge, assim, a necessidade de elaboração de um modelo de desenvolvimento que englobasse todas as variáveis económicas, sociais, humanas, política e ambientais.

É perante este cenário que se avolumam críticas às teorias da modernização e às abordagens de desenvolvimento assentes no crescimento económico o que irá conduzir a mudanças e alterações nas concepções, práticas e estratégias de desenvolvimento. As teorias da modernização, ao apresentarem um carácter etnocêntrico tendo como modelo de desenvolvimento as sociedades europeias, não possibilitaram modelos alternativos. As teorias da dependência justificam mesmo o fracasso dos modelos de desenvolvimento do Terceiro Mundo pela transposição do modelo etnocêntrico.

O desenvolvimento deixa de ser encarado e definido em função de um único factor, o de crescimento económico, e passa a incluir uma multiplicidade de factores, passando a assumir uma perspectiva multi-dimensional. Dá-se o aparecimento de novos conceitos de desenvolvimento que além da dimensão económica reflectem também outras, nomeadamente, social, ambiental, humana e política. São eles Desenvolvimento Sustentável,

Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado.

Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável afirmou institucionalmente a partir do início dos anos 70, nomeadamente com a Primeira Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo em 1972, que introduziu na agenda internacional questões relativas aos recursos não renováveis e ao ambiente. Também o estudo encomendado pelo Clube de Roma, levado a cabo pelo casal Meadows e publicado em 1972 sob o título de “Limites do Crescimento”, constituiu também outro grande alerta para os problemas ambientais resultantes de um crescimento económico acelerado, ao concluir que os recursos disponíveis não eram compatíveis com o ritmo de crescimento económico verificado. Dá-se conta da dimensão dos problemas como a desertificação, desaparecimento de florestas, o buraco do ozono e o efeito de estufa, resultantes de um crescimento económico acelerado e desajustado com o sistema ambiental. Era necessário repensar esse modelo e criar mecanismos que promovessem um desenvolvimento equilibrado, harmonioso e sustentável. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável teve como principal suporte a tentativa de conciliar as questões do desenvolvimento com preocupações relativas à preservação ambiental.

Inicialmente esta preocupação com as questões ambientais foi expressa, especialmente na Conferência de Estocolmo, através do conceito de Eco-desenvolvimento, a que se seguiram várias formulações até dar origem ao conceito de desenvolvimento sustentável. Já nas formulações do conceito de Eco-desenvolvimento estava explícita a inquietação com os problemas ambientais associados ao crescimento económico acelerado.

Da Conferência de Estocolmo saiu um Plano de acção com 109 recomendações a serem postas em prática e a Declaração sobre o Ambiente Humano em que cada Estado signatário assumiu que as actividades desencadeadas no seu território não deveriam provocar estragos ambientais noutros países. Na sequência desta conferência a Organização das Nações Unidas (ONU) cria em 1983 a Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento (WCED), cuja a principal função foi definir estratégias que visavam orientar os países membros da ONU para um desenvolvimento ajustado e em respeito com a Natureza, protegendo o ambiente e promovendo a qualidade de vida das suas populações. Neste âmbito, foi criado um grupo de

trabalho, sob chefia de Harlem Brundtland que em 1987 terminou o “Relatório Brundtland”, posteriormente publicado pela a Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento como o título de “O Nosso Futuro Comum”. Neste relatório foi colocada grande ênfase nas questões de recursos não renováveis e do ambiente, tendo como preocupação a solidariedade intergeracional. Veio alertar para o facto de que era necessário ajustar os recursos naturais utilizados pela geração actual à produção de forma a não comprometer a capacidade das gerações vindouras de satisfação das suas necessidades. Constituiu um alerta para a necessidade de uma utilização mais racional e equilibrada dos recursos naturais não renováveis, chamando a atenção de que um processo de desenvolvimento sustentável é aquele que é perspectivado a longo prazo, traduzido em melhoria das condições de vida das populações e tendo por base mecanismos que proporcionem uma utilização racional e equilibrada dos recursos e um funcionamento normal do sistema natural. Era necessário minimizar o impacto ambiental provocado pelo homem, quer pela reutilização dos recursos através da reciclagem, quer pela substituição das tecnologias poluidoras e prejudiciais ao ambiente. Assim, vem salientar a importância de integrar, além de factores económicos, os factores de ordem ecológica no processo de desenvolvimento.

O relatório definiu o Desenvolvimento Sustentável como o processo de satisfação de necessidades actuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras (WCED, 1987). Este documento revestiu-se de uma enorme importância e deu um grande impulso na discussão de questões relacionadas com a sustentabilidade dos recursos naturais renováveis e não renováveis, em especial, e do desenvolvimento em geral.

Dada a sua extrema pertinência, o “Relatório Brundtland” constituiu a principal base de discussão da Conferencia do Rio realizada em 1992.

Outras acções que entretanto se seguiram, nomeadamente a “Agenda 21”, o Protocolo de Quioto e a Conferencia de Joanesburgo não trouxeram propostas significativas, viáveis e vinculativas em relação a preservação ambiental.

Desenvolvimento Local

Este paradigma surge na década de 70 como reflexo das mudanças ocorridas na organização social do trabalho, nas normas de produção e consumo e nas formas de intervenção do Estado. Os progressos no campo da comunicação, da tecnologia de informação e dos transportes, a transnacionalização da produção e a expansão do capitalismo ao nível mundial, associados a

livre circulação de pessoas, bens e informação conduziram ao enfraquecimento da capacidade dos Estados, à desestruturação das instituições locais e à crise da solidariedade e das identidades locais.

O Desenvolvimento Local, associado ao Desenvolvimento Endógeno ou Autocentrado, teve como base conceptual o paradigma territorialista do desenvolvimento que coloca ênfase na ideia de diversidade de territórios dentro de um Estado-Nação. O conceito de desenvolvimento local preconiza a adequação do desenvolvimento a cada território, a descentralização das intervenções com vista a mudança e esteve amplamente associado aos nomes de Walter Stöhr, Fraser Taylor, Clyde Weaver, Bernard Vachon, Alberto Melo e Ladislau Dowbor. Este conceito enfatiza as lógicas organizativas de pequena escala, de âmbito mais restrito, como sendo fundamentais no processo de desenvolvimento e na melhoria de condições de vida das populações. Assim, o desenvolvimento local visa a adequação do desenvolvimento a cada território, atendendo às suas características peculiares, aos recursos e capacidades disponíveis, bem com às necessidades localmente sentidas.

Amaro define desenvolvimento local como “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2004, 57).

Assim, a auscultação das necessidades locais da população e a sua mobilização para a resolução das mesmas são as pré-condições para um desenvolvimento local. Parte da ideia de que o desenvolvimento deve ser centrado nas comunidades de pequena escala que, através da mobilização das capacidades endógenas, actua com vista à resolução dos problemas. Reforça a cidadania, as identidades locais e procura melhorar o bem-estar e as condições de vida das pessoas com base nos próprios recursos locais. Neste processo é essencial que os indivíduos sejam capazes de reconhecer as suas próprias necessidades e mecanismos para a sua satisfação, mediante uma postura crítica, criativa, para a acção, para a intervenção em parceria e em solidariedade.

Aqui há que salientar a proeminente iniciativa de desenvolvimento local desenvolvida por Muhammad Yunus que criou um banco, o Grameen Bank, especialmente vocacionado para conceder empréstimos, sem papéis nem garantias, a populações pobres de Baugladesh que não tinham acesso a qualquer outro tipo de crédito. O dinheiro era concedido no intuito de gerar auto-empregos, fomentar actividades geradoras de rendimento ou permitir a construção

de uma habitação, ajudando os pobres a superarem a sua pobreza. Yunus conseguiu, desta forma, implantar a mais conhecida e bem sucedida experiência de microcrédito e em 2006 foi laureado com o prémio Nobel da paz.

O Desenvolvimento Local é, assim, um processo de mudança, centrado numa comunidade geográfica de pequena dimensão, consciente da existência de necessidades básicas por satisfazer. Esta comunidade, constituída por grupos humanos com identidade e interesses comuns, deve aspirar à autonomia e à afirmação (*empowerment*). Assim, através de uma dinâmica participativa, deve mobilizar os recursos e as capacidades endógenas e exógenas e, numa perspectiva integrada e em parceria, desenvolver acções que tenham impactos significativos em toda a comunidade.

Nesta perspectiva, a promoção do desenvolvimento baseia-se na diversidade de processos e de resultados e visa necessariamente a satisfação das necessidades básicas da população local tendo por base, principalmente, o seu “potencial endógeno”, mas também o trabalho em parceria e aos recursos exógenos.

Desenvolvimento Participativo

O conceito de Desenvolvimento Participativo surge nos anos 70 como resposta às inadequações, frustração e fracasso das estratégias de desenvolvimento até então levadas a cabo.

Nesta abordagem é colocada grande ênfase na participação e na cidadania, atribuindo às pessoas o poder de decisão sobre os seus problemas e assuntos que lhes dizem directamente respeito. No conceito de desenvolvimento participativo está, assim, patente a valorização das pessoas como elementos-chave em qualquer processo de desenvolvimento. Nesta concepção é atribuída também ao indivíduo a capacidade e a possibilidade de escolher os mecanismos e estratégias para resolução dos seus problemas e para a satisfação das suas necessidades e, desta forma, produzir mudanças significativas no seu dia-a-dia. Sendo assim, as pessoas deixam de ser consideradas meros beneficiários e passam a ser agentes prioritários e por excelência do processo de desenvolvimento.

Assim a primazia é colocada nas pessoas e todo o processo de desenvolvimento deve desenrolar em torno delas, efectuado por elas e para elas.

Se num processo de desenvolvimento “não participativo” (aquele que não coloca ênfase nas pessoas) faz tudo para as pessoas, o desenvolvimento participativo é aquele que é executado pelas pessoas (Servaes, 1996, 82).

O desenvolvimento participativo refere-se ao envolvimento da população nos processos de decisão, concepção, implementação e avaliação de programas e intervenções, compartilhando os resultados e benefícios. Trata-se de um processo activo através do qual os beneficiários ou grupos de interesses influenciam a direcção e a execução das intervenções de desenvolvimento com vista a aumentar o seu bem-estar.

Inicialmente, situando-se claramente na proposta metodológica designada por “Desenvolvimento Comunitário”, o conceito de Desenvolvimento Participativo foi utilizado por ONGs, sobretudo nórdicas, mas rapidamente foi também adoptado por outras instituições. Esta abordagem do Desenvolvimento Participativo assenta num modelo que privilegia uma relação entre o processo de melhoria de condições de vida das pessoas e a participação efectiva destas nas decisões e acções que lhes dizem respeito.

Este conceito teve como fundamentos as estratégias de desenvolvimento propostas por Korten (“people centered development”) e de Stöhr (desenvolvimento “from below”).

Também Friedmann fez uma sistematização do conceito e referiu a importância da “a adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, dos seus direitos e deveres” (Friedmann, 1996). Nesta concepção Friedman reconhece o papel decisivo da educação no reforço das competências para uma participação e intervenção efectiva das populações.

O Desenvolvimento Participativo incentiva a mudança como um processo essencialmente humano, conscientemente baseado nas pessoas, nas suas necessidades, suas análises dos assuntos e suas decisões. Está também implícita a ideia de que as pessoas, apesar da sua condição de pobreza, podem mudar progressivamente a sua sociedade (Oakley, 1991; 161) através de uma participação activa nos assuntos que lhes dizem directamente respeito com vista ao *empowerment*. O *empowerment* é assim, um exercício que visa a transferência de poder para as pessoas através da participação. Assim, o Desenvolvimento Participativo é encarado como um processo colectivo de aprendizagem e de reforço da capacidade de autonomia das populações visando a identificação e resolução dos seus próprios problemas.

A participação deve, assim, implicar o *empowerment* das pessoas, isto é, a possibilidade de elas ganharem controle e determinarem o modo e o sentido da sua vida tanto na comunidade como na sociedade no seu todo.

Desenvolvimento Humano

Este conceito surge em 1990 no “Relatório do Desenvolvimento Humano” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e constitui uma nova perspectiva de encarar o desenvolvimento, tendo como principal enfoque os direitos humanos e a dignidade das pessoas.

Segundo o PNUD o Desenvolvimento Humano diz respeito a um “processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens” (*in* Amaro, 2004, 58).

Para a aferição do conceito foi criado pelo PNUD o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que combina três dimensões básicas do desenvolvimento humano, uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno.

Nesta perspectiva do desenvolvimento o centro das preocupações é colocado no bem-estar das pessoas, assegurando-lhes a igualdade de oportunidades, de acesso aos sistemas de educação e saúde bem como o desenvolvimento das suas capacidades. Parte da ideia de que as pessoas constituem a riqueza de uma Nação pelo que o objectivo primordial de qualquer processo de desenvolvimento deve ser a criação de um ambiente que lhes proporcione uma vida longa, saudável e criativa.

Deste modo, este conceito procura abranger diversas dimensões da vida social, tendo por base a noção de que a criação de rendimento não é a condição suficiente para a melhoria das condições de vida das populações. Neste conceito está patente a necessidade de criação de mecanismos para investimentos em infra-estruturas de educação, de modo reforçar as competências dos indivíduos, atribuindo-lhes poder, e em infra-estruturas de saúde e de saneamento, de modo a permitir-lhes o acesso a um estilo de vida condigno. O conceito de desenvolvimento humano comporta ainda outras dimensões de carácter não material, como por exemplo a cooperação entre os indivíduos, a segurança (não apenas do ponto de vista militar mas também ao nível da subsistência alimentar, no emprego, na saúde e em relação

aos desastres ambientais). O conceito preconiza ainda a equidade intergeracional e intrageracional. A equidade intergeracional diz respeito à necessidade da conservação da Natureza e da utilização racional dos recursos naturais das gerações presentes de modo que não coloque em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras. Já a noção de equidade intrageracional, implícita no conceito de desenvolvimento humano, diz respeito à necessidade de ser atribuída as mesmas oportunidades e capacidades aos vários estratos sociais e entre homens e mulheres. Aqui há que salientar a crescente preocupação com as questões relativas à equidade de género, sobretudo nos relatórios do PNUD publicados após 1995, quando se lançou pela primeira vez o Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Sexo (IDS) redenominado Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género (IDG) a partir de 1999. Deu-se conta dos efeitos negativos da subalternidade das mulheres em relação aos homens em termos económicos e educacionais. Reconheceu-se que a dependência económica, a fraca instrução e a pobreza das mulheres não tem repercussão apenas nas suas vidas mas também na dos seus filhos e da sociedade em geral. A pouca educação, pobreza e dependência económica da mãe traduz-se em pouca educação, pobreza e dependência dos seus filhos e das suas filhas.

Assim, reconhece-se que não é possível um desenvolvimento em pleno sem que a mulher seja capaz de assumir o seu verdadeiro papel e sem uma efectiva igualdade de direitos entre homens e mulheres. Essa igualdade passa, necessariamente pela educação das mulheres, atribuindo-las mais conhecimentos e poderes. A educação das meninas é tão importante que quase todas as grandes conferências internacionais patrocinadas pela ONU durante os últimos anos apresentam pelo menos um tópico que recomenda o acesso das raparigas a todos os níveis de educação.

Aqui há que referir a importância dos Objectivos do Milénio definidos na Declaração do Milénio das Nações Unidas, aprovada em 2000. Este documento reflecte as preocupações e empenho das diferentes nações com vista a promoção das dimensões implícitas no conceito de desenvolvimento humano, como são a promoção de uma vida condigna (erradicação da pobreza), da equidade (intergeracional e intrageracional), igualdade, dignidade e segurança. São oito os Objectivos do Milénio: (1) “Erradicar a pobreza extrema e a fome”, (2) “Alcançar a educação primária universal”, (3) “Promover a igualdade do género e o *empowerment* das mulheres”, (4) “Reduzir a mortalidade infantil”, (5) “Melhorar a saúde materna”, (6)

“Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças”, (7) “Assegurar a sustentabilidade ambiental” e (8) “Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento” (PNUD, 2003).

O terceiro dos oito Objectivos do Milénio é exactamente “Promover a igualdade do género e o *empowerment* das mulheres” sendo que em todos os outros a igualdade de condições entre homens e mulheres é determinante para atingir os seus fins.

A Declaração do Milénio constitui assim um importante instrumento acordado pelas diferentes nações no sentido de fazerem face aos desafios centrais enfrentados pela Humanidade no limiar do novo milénio e aos problemas inviabilizadores do desenvolvimento.

Desenvolvimento Social

Perante a constatação do aumento significativo dos níveis de pobreza em certas regiões do mundo, a ONU organizou em 1995 a Conferência de Copenhaga com vista a discutir e analisar os problemas sociais do desenvolvimento. É nesta conferência que surge o conceito de Desenvolvimento Social com ideia subjacente de que existe a necessidade de proporcionar às populações um nível mínimo de bem-estar social, através da articulação de múltiplos factores como por exemplo a educação, saúde, salário, pensão e rendimento mínimos.

Amaro define Desenvolvimento Social como “o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social de bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais” (Amaro, 2004, 59).

O Desenvolvimento Social visa, assim, reduzir a pobreza, garantindo às pessoas as mínimas condições de modo a terem uma vida mais digna e poderem ter um papel mais activo ao nível político através da participação, cidadania e do direito ao voto.

Trata-se, pois, de um conceito que combina as políticas macroeconómicas com a dimensão social e política.

Desenvolvimento Integrado

É um modelo de desenvolvimento transversal aos restantes modelos aqui apresentados que procura agregar todas as dimensões da vida, colocando-as num mesmo nível. Assim um Desenvolvimento Integrado inclui aspectos económicos, políticos (participação, democrática, igualdade de oportunidade), de conservação da Natureza, educação e saúde, entre outros.

Deste modo, está patente a ideia de que o desenvolvimento deve pautar-se pela melhoria das condições de vida das pessoas, bem como o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Esses novos conceitos trazem um “valor acrescentado” importante em relação às concepções tradicionais de desenvolvimento (Amaro, 2004, 59). O desenvolvimento além de corresponder ao crescimento, nomeadamente através de incrementos positivos no produto e no rendimento, passa a ter também como condição a melhoria das condições de vida das pessoas com base na satisfação das mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer.

Os novos conceitos trazem consigo uma dimensão multidisciplinar e é retirado o enfoque apenas na satisfação das necessidades para ser colocado também na realização das capacidades das pessoas, dando grande importância aos processos de cidadania, aos métodos participativos e, de um modo geral, aos processos democráticos de tomada de decisões.

Está também patente a valorização das pessoas como elementos-chave em qualquer processo de desenvolvimento. Cabe ao indivíduo a identificação das suas necessidades que considera como fundamentais bem como a promoção da sua satisfação.

Ao longo desse trabalho o conceito de desenvolvimento será usado no sentido proposto por Silva, citado por Brito. Este autor considera o desenvolvimento como sendo um processo de mudança integrada, pelo qual uma dada sociedade, inserida num determinado meio natural e mediante relações estabelecidas com outras sociedades, procura assegurar as condições de produção e de reprodução, de modo a satisfazer as necessidades sentidas pelas suas populações, prosseguindo os seus valores e dotando-se de instituições particulares para a obtenção destes fins (*in Brito, 1997, 74*).

Assim, o conceito de desenvolvimento será entendido como um processo multi-dimensional em que os indivíduos, através de múltiplas acções, visam produzir mudanças significativas e alcançar melhorias das suas condições de vida e a satisfação das mais diversificadas necessidades humanas, numa relação de distribuição equitativa e em respeito com a natureza.

Trata-se de um processo globalizante, que não comporta apenas a dimensão económica mas também outras como social, cultural, política, ambiental, dimensões interactuantes. Deve ser um processo entendido como o resultado da acção colectiva de grupos, comunidades, estruturas, instituições e/ou pessoas pertencentes às populações definidas como destinatárias dos programas empreendidos, sendo estas encaradas como as protagonistas do processo. Trata-se, pois, de um processo colectivo que requer o envolvimento dos membros da

população com as suas capacidades e potencialidades internas e que pressupõe a modificação de parte ou a totalidade do grupo.

1.2 DESENVOLVIMENTO E EMPOWERMENT

Na nova concepção de desenvolvimento é atribuída aos indivíduos a capacidade e a possibilidade de escolher os mecanismos e estratégias para produzir mudanças significativas no seu dia-a-dia, sendo que as pessoas deixam de ser consideradas meros beneficiários do processo de desenvolvimento e passam a ser agentes prioritários e por excelência do processo. Assim, a participação, o empowerment e os recursos endógenos enquanto estratégia de desenvolvimento ganham, progressivamente, significado.

Segundo Canário, esta nova forma de conceber o desenvolvimento remete para os conceitos fundamentais da endogeneidade e o da participação (Canário, 2000, 65).

Segundo este autor, a endogeneidade diz respeito ao modo como são identificados e mobilizados os recursos locais. Uma vez que os recursos locais mais importantes são as pessoas, a endogeneidade aparece como imprescindível em qualquer processo de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, são valorizadas as pessoas, bem como as suas experiências e realidades, uma vez que é a partir destas que deve centrar todo o processo que tem como fim último a tentativa constante de mudança de atitude dessas pessoas no sentido de desenvolverem estratégias com vista a resolução dos seus problemas, implementando mudanças na sua realidade.

A população local, mais do que qualquer técnico, possui um conjunto de conhecimentos sobre a sua realidade, sobre o contexto em que vivem, suas necessidades e dificuldades, suas aspirações, conhecimentos bastante valiosos para o processo de mudança que se pretende.

A participação passa também a ser imprescindível uma vez que é cada vez mais consensual que as pessoas, apesar da sua condição de pobreza, devem ser os protagonistas do processo de desenvolvimento podendo, assim, mudar progressivamente a sua sociedade.

Nyerere (1973) refere que as pessoas não podem ser desenvolvidas mas sim são as pessoas que se desenvolvem a si próprias, tomando as suas próprias decisões, aumentando a sua capacidade de escolha sobre o que querem fazer e como devem fazer; através do aumento do seu conhecimento e através da sua própria participação total e igualitária na vida da sua comunidade (*in* Servaes, 1996, 82).

Nesta formulação está patente a ideia de que uma das formas para se ultrapassar a maioria dos actuais obstáculos do desenvolvimento consiste em atribuir às pessoas implicadas a plena oportunidade de participarem em todas as etapas referentes às intervenções de desenvolvimento. Assim, a participação além de expressar a vontade da maioria das pessoas abrangidas, é também a única forma das populações alcançarem, pacificamente, um desenvolvimento mais efectivo e humano.

A participação é considerada como um processo que conduz ao *empowerment*, ou seja, um exercício que visa atribuir poder às pessoas. Nesta concepção está implícita a transferência de poder através da participação pelo que, actualmente, o *empowerment* passou a ser um termo aceite no vocabulário do desenvolvimento (Oakley *et al.*, 1991, 9).

Para Friedmann o *empowerment* deve ser considerado como o aumento do poder através do envolvimento dos actores sociais em acções sociais e politicamente relevantes. O *empowerment*, ou reforço de capacidades, competências ou poder, é simultaneamente, uma pré-condição para a participação e o exercício da cidadania e um processo de formação e de aquisição de poder, que deles resulta em permanência (Friedmann, 1996).

O Banco Mundial define *empowerment* como sendo “um processo de aumentar a capacidade de indivíduos ou grupos para fazer escolhas e transformar essas escolhas em acções desejadas e em resultados” (Banco Mundial, 2008).

Oakley *et al* distinguem duas concepções para o conceito de *empowerment*, sendo que a primeira concebe-o como o desenvolvimento das capacidades para gerir melhor e ter uma palavra nos processos de negociação. Na segunda concepção o *empowerment* é visto como o processo de atribuir às populações maior poder de decisão e de iniciativa que consideram necessárias e essenciais ao seu próprio desenvolvimento (Oakley *et al.*, 1991, 9).

Delion (1986) citado por Oakley *et al* identifica três grandes dimensões do *empowerment*. São elas, permitir às pessoas terem maior confiança para desenvolver as suas acções com sucesso; possibilitar o aumento das relações que estabelecem com outras organizações, alargando assim as suas bases de acção; e permitir terem acesso crescente aos recursos económicos para apoiar o seu desenvolvimento (Oakley *et al.*, 1991, 197).

A participação e o *empowerment*, apesar de diferentes, são processos que dependem um do outro para terem significado, pelo que a relação entre eles tem sido largamente reconhecida.

A participação deve, assim, implicar o *empowerment* das pessoas, isto é, a possibilidade de elas determinarem o modo e o sentido da sua vida e ganharem controlo sobre as suas vidas, tanto na comunidade como na sociedade no seu todo.

De um modo sistemático pode-se salientar que nestas novas concepções de encarar o desenvolvimento está bem saliente a valorização dos recursos endógenos, nomeadamente as pessoas como factores-chave em qualquer processo de desenvolvimento. Estas, com seus conhecimentos, devem actuar no sentido da identificação das necessidades e problemas que as afectam, dando os seus contributos para a promoção da sua satisfação e resolução.

2. Educação, Formação de Recursos Humanos e Desenvolvimento

2.1 A EDUCAÇÃO NO QUADRO DAS NOVAS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO

São vários os autores que consideram que um dos principais obstáculos ao desenvolvimento numa região está relacionado com o baixo nível de desenvolvimento dos seus recursos humanos, o que contribui para a resistência à mudança e a falta de dinamismo.

Coffey e Polèse (1985), citados por Pedroso, salientam o difícil acesso à informação e a incapacidade de auto-organização e de geração de espírito empreendedor como principais obstáculos ao desenvolvimento local e, por isso, devem ser tidos em conta na definição de estratégias de desenvolvimento (Pedroso, 1998, 97).

Também Furter (1993, 191) citado por Pedroso considera que a educação tem um papel fundamental na animação já que as intervenções educativas permitem “ensinar as diferentes colectividades a analisar a sua situação, a definir os problemas cujas as soluções estão ao seu alcance e a encontrar as situações que dependam da sua capacidade para utilizar os seus próprios recursos” (Pedroso, 1998, 97).

De um modo geral, pode-se considerar que os obstáculos ao desenvolvimento estão intimamente relacionados com o baixo nível de informação e de conhecimentos das pessoas sobre os seus direitos e deveres como membros de uma comunidade, o que conduz a uma atitude de acomodação, desresponsabilização, passividade, inércia, baixa auto-estima das populações perante as iniciativas de desenvolvimento.

Estar informado constitui um dos requisitos fundamentais à participação na medida em que quem não está informado não consegue, de modo algum, dar opiniões ou apresentar propostas relevantes sobre certos assuntos, pelo que a falta de informação inibe a participação.

A participação pressupõe a capacidade de elaboração crítica sobre os problemas da realidade vivida e a capacidade de, a partir de conhecimentos e experiências conjugadas, mobilizar recursos e acções no sentido de encontrar soluções e alcançar o *empowerment*. No entanto, esta participação e *empowerment* não acontecem por acaso. Só podem ser possíveis se forem acompanhadas de um conjunto de estratégias que visam a sua promoção e sustentabilidade.

Deste modo, o conceito de educação encontra-se intimamente relacionado com os conceitos de participação, *empowerment* e desenvolvimento, uma vez que a capacitação/formação das pessoas constitui uma etapa inicial na promoção mecanismos de participação e de intervenção para o desenvolvimento.

Actualmente, a educação para além de ser um direito fundamental consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a que todo ser humano pode aspirar legitimamente para a sua realização pessoal é também uma pré-condição essencial para qualquer tipo de desenvolvimento, para a redução da taxa de desemprego e da pobreza, para o progresso social e cultural e para a promoção de valores democráticos.

Dada a importância da educação nas questões do desenvolvimento, um dos Objectivos do Milénio definidos pelas Nações Unidas em 2000 é “Alcançar a educação primária universal”, ou seja, garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário. Esta meta, a alcançar antes de 2015, reflecte o reconhecimento das diferentes nações do valor da educação como instrumento decisivo na promoção de uma vida condigna aos seus habitantes.

Já na década de 60 Schultz (1961) reconhece o valor altamente instrumental da educação formal no aumento da capacidade produtiva da população. Segundo este autor a educação do ser humano representa um investimento importante para o aumento da produtividade e para o desenvolvimento económico da sociedade.

Rogério Leite, citado por Abreu, considera a educação como sendo “o conjunto de conhecimentos e atitudes que permite ao homem a utilização dos recursos à sua disposição em benefício de sua satisfação física, psicológica e espiritual” (Abreu, 1984).

Canário, citando Névoa (1988), refere que “a formação é sempre um processo de transformação individual, na tripla dimensão do saber (conhecimentos), do saber fazer (capacidades) e do saber ser (atitudes)” (Canário, 2000; 21).

A educação é fulcral nas estratégias de desenvolvimento na medida em que exerce uma influência decisiva na elevação do nível geral de instrução, na estimulação de atitudes,

comportamentos e ideias favoráveis à mudança. Os indivíduos habilitados são mais capazes de desenvolver múltiplas acções para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos numa sociedade. Por outro lado, permite os indivíduos reflectir criticamente sobre a realidade, ao mesmo tempo que lhes permite adquirir competências que os capacita a identificar os seus problemas e a criar soluções para os mesmos, possibilitando às pessoas alcançarem a sua própria autonomia. De um modo geral, a educação ensina o indivíduo a “saber fazer”, “saber estar” e “saber ser”.

Assim, a educação por dotar as pessoas de um conjunto de informações, de conhecimentos e de uma visão mais crítica e abrangente da realidade, pode assim constituir uma ferramenta importante para se ultrapassar muitas das limitações que se tem verificado nas estratégias de desenvolvimento.

Deste modo, a educação constitui um factor decisivo ao *empowerment* na medida em que fomenta a reflexão crítica e a aquisição de competências e conhecimentos favoráveis à mudança de comportamentos, indutores ao desenvolvimento.

Segundo Canário (2000) no quadro das “novas lógicas do desenvolvimento” a relação entre educação e o desenvolvimento tende a deixar de ser encarada como uma relação de causalidade linear, em que a qualificação (por via escolar) de recursos humanos constituiria um requisito prévio, necessário e suficiente, para desencadear processos de desenvolvimento. A educação tende a ser encarada como uma aprendizagem colectiva com vista à transformação social e, concomitante, à mudança de representações (visão do mundo) e de comportamentos (modo de agir no mundo). Nesta perspectiva, é o reforço da capacidade de autonomia dos actores locais para encetar processos de identificação e resolução de problemas, localmente sentidos como pertinentes, que é colocado no primeiro plano das preocupações (Canário, 2000, 64).

Esta educação que proporciona a autonomia dos actores foi inspirada nas concepções de Freire, segundo a qual visa a “transformação da situação de oprimidos pelo acesso à consciência da relação de opressão” (Arocena, 1986, 135).

Paulo Freire ao destacar os contributos da educação como elemento condutor de mudança de atitude e de mudança social, através da consciencialização, vem propor um novo quadro de educação, já não como socialização–“concepção bancária” (no sentido de inculcação/incorporação de valores e normas dominantes nos respectivos grupos ou sociedades)– mas como acção para a libertação, no sentido da “conscientização” do sujeito-

em-situação (Silva, 1990, 14). Este método de consciencialização é orientado para trazer os indivíduos à reflexão crítica acerca da sua própria condição de existência e para os incentivar a uma acção participativa e criativa no processo histórico.

Assim, Freire propõe uma educação libertadora e problematizadora que teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude, estimulando a acção dialógica e crítica, permitindo aos educandos desenvolver o seu poder de captação e de compreensão do mundo, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação e em processo (Freire, 1975, 101).

Desta forma, uma educação eficaz é aquela que propicia aos indivíduos a capacidade de induzir mudanças significativas na sociedade e, assim, contribuir para o desenvolvimento, quer individual, quer ao nível colectivo. Daí que a gestão dos recursos humanos é essencial numa situação em que se pretende o desencadeamento do processo de desenvolvimento.

A educação, enquanto geradora de *empowerment*, actua no sentido de quebrar o isolamento mental das pessoas, revertendo o sentimento de incapacidade e de inferioridade, preparando-as para explicar as coisas tal como as vêem, levando a cabo uma acção planeada. Esta forma de educação liberta as pessoas dos moldes de impotência e promove as bases para o seu envolvimento activo no processo de desenvolvimento (Oakley *et al.*, 1991, 194).

2.2 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO

O capital humano é um catalisador de mudanças permanentes e também um diferencial competitivo das organizações e dos países.

Assim sendo, os recursos humanos são uma das preocupações prioritárias dos governos e empresários, já que sem mão-de-obra adequada às necessidades, as organizações têm dificuldades em executar a sua actividade seguindo critérios de qualidade.

A gestão de recursos humanos baseia-se, actualmente, no facto do desempenho das organizações depender da contribuição das pessoas que as compõem, da forma como estão organizadas e do investimento que é realizado nelas. As organizações possuem, hoje, indubitavelmente uma visão muito mais abrangente do papel das pessoas.

Também os governos dos diversos países têm demonstrado esta preocupação com a formação de recursos humanos no sentido de dotar os cidadãos de capacidades para fazerem face às mudanças e competitividade do mundo actual; por isso, têm apostado em formar profissionais

preparados para atender à procura do mercado e dos seus públicos de maneira criativa, rápida e eficiente.

A relação positiva entre os rendimentos e o nível educacional dos indivíduos tem sido objecto de estudo por parte de economistas e outros cientistas sociais desde o início do século XX. Entretanto, foi somente a partir dos anos 50 que os gastos com educação passaram a ser uma preocupação entre os cientistas sociais, tornando-se quase consensual a noção de que o melhor caminho para o desenvolvimento de qualquer sociedade passa pelo investimento nos recursos humanos por meio da educação e formação.

Esta constatação da relação existente entre a educação e a economia e a preocupação com a formação de recursos humanos remonta aos clássicos. Já Adam Smith na sua obra “O Inquérito sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações” reconhece a educação e o investimento em formação como meios de aumentar a produtividade. Smith refere que um homem educado, que tenha grandes capacidades e destreza, pode ser comparado a uma máquina cara porque a educação tem o poder de aumentar a produtividade do trabalhador.

No entanto, foi sobretudo a partir dos anos 50 do século XX que a preocupação com o aumento da educação passou a ser uma prioridade, quer no seio da comunidade científica quer nas políticas de desenvolvimento económico dos países e os gastos com a educação passaram a ser tratados como investimentos, ou seja, a decisão de gastar recursos, nomeadamente, tempo e dinheiro.

Esta mudança na forma de encarar a educação teve como principal base a Teoria de Capital Humano, tendo como principais percursores Theodor Schultz (1961), Jacob Mincer (1958) e Gary Becker (1962). A teoria do capital humano teve uma importância decisiva no reconhecimento do investimento da educação enquanto factor de desenvolvimento. Os seus percursores partiram da suposição de que a educação formal é altamente instrumental e até mesmo necessário para aumentar a capacidade produtiva da população. Assim, consideram que uma população educada seria uma população produtiva. Segundo os seus pressupostos, a educação tem como principal efeito dotar os indivíduos de habilidade cognitiva e de conhecimentos aumentando, conseqüentemente, a sua produtividade o que irá permitir que estes recebam maiores rendimentos.

Esses autores, a partir de investigações efectuadas, chegaram a conclusão de que os países com taxas significativas de crescimento económico apresentavam elevados índices

educacionais e que, quanto maior o nível de instrução do indivíduo, maior é a tendência para que este acumule um património individual: o capital humano.

Este capital, diferentemente do capital económico, não pode ser roubado ou transferido, vindo a constituir um bem pessoal que acompanha o sujeito durante toda a vida e que de alguma forma influencia a sua trajectória social e económica.

O capital humano é, assim, o conjunto de conhecimentos, aptidões, qualificações, experiências, perícias, atitudes e aprendizagem detidas por um indivíduo. Estes conhecimentos e competências, adquiridos sobretudo através da educação formal, revertem a qualquer momento em benefícios económicos para o próprio indivíduo (por exemplo, na posse de melhores empregos e vantagens na aquisição de novas aprendizagens para o mercado de trabalho), constituindo assim um elemento de valorização do factor trabalho e, conseqüentemente, de aumento da produtividade. Nesta última perspectiva, o investimento na educação é encarado como determinante para a flexibilidade e polivalência para o desempenho das funções, contribuindo para a emancipação do indivíduo.

Assim, o capital humano torna os recursos humanos mais produtivos na medida em que aumenta as suas capacidades e aptidões profissionais, tornando-os mais criativos, mais receptivos às novas tecnologias e ao cumprimento de regras de segurança e de higiene.

Da análise efectuada sobre as abordagens da teoria de capital humano contacta-se que esta tem associada a ideia fundamental de que a educação, através da aquisição de conhecimentos e capacidades, é geradora de aumento da produtividade e do rendimento. As pessoas com maiores níveis de instrução são mais produtivas e têm maiores possibilidades de influenciar positivamente as outras pessoas que com elas trabalham.

Nesta teoria está implícita a noção de que o investimento no capital humano implica resultados económicos e sociais positivos quer ao nível individual, quer ao nível colectivo.

A educação é também geradora de capital social já que o indivíduo, ao longo do seu percurso escolar, constrói sociabilidades que lhe permite alargar a sua rede social, especialmente útil no acesso a certos benefícios e recursos, como são o emprego e informações.

Até ao início dos anos 70 o investimento na educação com vista a melhoria da produtividade humana era inquestionável. No entanto, a partir desta altura, a convicção na educação como uma panaceia para desenvolvimento entra numa “era de cepticismo” tal como nos referem Fagerlind *et al.*, citando Weiler.

Fagerlind *et al* sistematizam algumas das críticas apontadas à teoria de capital humano, sendo que uma delas diz respeito ao facto desta considerar que a chave para crescimento económico está relacionada com as características individuais. Esta teoria não faz referência aos aspectos da estrutura social e em vez de advogar mudanças ao nível estrutural com vista a promoção do desenvolvimento, advoga mudanças ao nível individual.

Outro reparo apontado é que a teoria de capital humano não leva em conta factores como a satisfação no trabalho nem a estrutura de recompensas que podem contribuir para uma maior produtividade do trabalhador independentemente da educação (Fagerlind *et al.*, 1989).

Outras críticas à teoria de capital humano, tais como as formuladas por Bowles e Gintis, não negam o valor do investimento na educação na promoção da produtividade humana, mas consideram que a educação serve, pelo menos nas sociedades capitalistas, para manter a estrutura social o que pode ser prejudicial ao crescimento económico continuado da sociedade. Para estes autores, as escolas, dirigidas aos trabalhadores subordinados, tendem a privilegiar relações nas quais os estudantes aprendem a receber ordens e a obedecer. Assim, a educação contribui para a reprodução das relações sociais da sociedade capitalista. Estas críticas têm por base o argumento de que a educação cria uma força de trabalho dócil e adaptável que serve as necessidades da estrutura do poder da economia. Sendo assim, um sistema de educação que não altera a estrutura injusta de uma sociedade capitalista não contribui para a mudança e o desenvolvimento desta sociedade (Bowles e Gintis, 1975).

Esses estudos realçam o facto da teoria de capital humano não levar em conta outros factores de contexto social, político e tecnológico. A teoria de capital humano para ter sustentabilidade necessita que seja acompanhada com um quadro institucional, económico, social e tecnológico que a favoreça.

Estas críticas e investigações vêm sobretudo demonstrar que a relação entre educação e desenvolvimento não é tão directa e linear ou que opera da mesma maneira em todo o tipo de sociedade.

Apesar das críticas, a teoria de capital humano continua a ter uma considerável influência quer no mundo académico quer enquanto instrumento na definição de políticas estratégicas de desenvolvimento dos governos e de organizações internacionais tais como o Banco Mundial, a OCDE e UNESCO.

O debate sobre a importância e o papel da educação no desenvolvimento tem girado também em torno dos retornos e benefícios sociais e individuais, provenientes dos investimentos feitos na educação, em particular na educação superior.

A educação é vista como um investimento porque acarreta custos no presente para se obter um ganho futuro que pode aumentar a capacidade produtiva e a receita, quer do indivíduo, quer da sociedade.

Para alguns autores, e em especial os defensores da teoria de capital humano, os benefícios da educação são sempre positivos quer para o indivíduo quer para a sociedade. O indivíduo ao educar-se é dotado de maior habilidade cognitiva o que, conseqüentemente, permite uma maior produtividade e aumento do seu rendimento. Ganhos na produtividade geram crescimentos das economias. Neste caso, acréscimos no nível educacional da população constituiria um factor importante para impulsionar o crescimento económico dos países. Nesta perspectiva, os investimentos na educação implicam uma taxa de retorno positiva, quer ao nível individual ou privado, quer ao nível social.

Outros autores, porém, defendem uma perspectiva mais céptica e consideram que apenas o indivíduo recebe benefícios com os investimentos feitos na educação.

Psacharopoulos e Woodhall (1985), por exemplo, concluíram que os retornos individuais da educação (sobretudo a primária e a superior) excedem os retornos sociais e, assim, argumentam que o seu financiamento tinha de ser reduzido pelo Estado.

Os retornos individuais da educação estão, segundo vários analistas, relacionados sobretudo com o facto de um grau ou diploma em qualquer lugar ser considerado um modo de ingresso na ocupação de “colarinho branco”.

A educação aumenta a produtividade dos trabalhadores (Becker, 1964). Assim, devido à concorrência entre os empregadores pelos trabalhadores mais produtivos, os ganhos de produtividade são recompensados no mercado de trabalho por meio de maiores salários. Sendo assim, a crença de que mais educação permite melhores postos de trabalhos e melhores salários constitui o principal factor de motivação para os jovens permanecerem nas escolas durante muito tempo.

De um ponto de vista estritamente económico, a decisão de se educar pode ser tratada como um investimento no qual o indivíduo arca com os custos no presente para obter um ganho em termos de rendimento no futuro.

Anderson (1961), por sua vez, argumenta que a educação contribui apenas para a mobilidade social do indivíduo. Este autor conclui que, apesar de uma maior igualdade de oportunidade de acesso à educação, esta determina certamente carreiras individuais diferentes (*in* Fagerlind *et al.*, 1989).

Já as reflexões de Bourdieu concentram-se nos problemas dentro do sistema educativo, nomeadamente no que se referem às implicações das desigualdades sociais ao nível da aprendizagem, e considera que o sistema educativo apenas reproduz a ordem social existente, não promovendo mudanças sociais.

Assim, de um modo sistemático, pode-se salientar que, para esses autores, um sistema de educação que não altera a estrutura de uma sociedade injusta mas sim que a reproduz, não contribui para a mudança e para o desenvolvimento pelo que os investimentos feitos nessa educação não produzem efeitos positivos ao nível social no seu conjunto.

Fagerlind *et al* (1989), por sua vez, consideram que até um passado recente existia uma relação directa entre anos de escolarização e enquadramento profissional. No entanto, com a expansão da educação esta relação deixou de ser tão certa, pelo que existe um elevado número de indivíduos instruídos que o mercado de trabalho não tem capacidades para os absorver. O número de desempregados instruídos constitui um dos principais problemas actuais enfrentados pelos países “menos desenvolvidos”. O aumento do número de desempregados formados chama a atenção para a questão da contribuição que a educação pode induzir no crescimento económico ao nível social e em termos de perspectivas de trabalho ao nível individual. Estes autores referem que existem evidências para se sustentar a noção de que a educação “cria” desempregados (Fagerlind *et al.*, 1989, 84).

No entanto, apesar das críticas, a educação continua a ser uma das prioridades na definição de política estratégicas de desenvolvimento dos governos e de organizações internacionais, ou seja, é largamente reconhecido como factor catalisador de mudanças e como um instrumento valioso de proporcionar os cidadãos maiores capacidades e de habilidades, tornando-os mais preparados para atender de maneira criativa, rápida e eficiente aos riscos de um mundo cada vez mais competitivo.

II Parte – Metodologia

1. MÉTODOS E TÉCNICAS

Numa investigação onde se pretende identificar o papel e o contributo dos recursos humanos qualificados são-tomenses no desenvolvimento do país, o método de recolha de informação que pareceu mais adequado foi o método intensivo. Segundo Greenwood, este método consiste num “exame intensivo tanto em amplitude como em profundidade e utilizando todas as técnicas disponíveis de uma amostra particular, seleccionada de acordo com determinado objectivo, de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes de forma a preservar o carácter unitário na amostra com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade” (Greenwood, 1965, 331).

No prosseguimento desta decisão, recorreu-se a um conjunto de métodos e técnicas, como foram a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica visava fundamentalmente aprofundar a problemática em estudo e foi realizada através de livros, artigos de revistas e relatórios de investigação disponíveis nas bibliotecas universitárias e na Internet. No que se refere à pesquisa documental, a análise recaiu principalmente num conjunto de dados estatísticos e legislação sobre o sistema de educação de STP disponibilizados pelas diferentes entidades.

A outra técnica a que se recorreu foi a entrevista que pode ser definida como “um processo de interacção social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (Haguette, 1990, 75). As entrevistas são, assim, entendidas como procedimentos de recolha de informação que utilizam a forma de comunicação verbal e acarretam numerosas vantagens, tais como o grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos, a flexibilidade que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência, a sua linguagem e as suas categorias mentais bem como o facto de poder ser usada em quase todos os segmentos da população.

Recorreu-se, portanto, à técnica da entrevista semi-directiva, conhecida por permitir que o próprio entrevistado estruture o seu pensamento em torno do objecto definido pelo entrevistador. Neste sentido, a entrevista não é nem inteiramente aberta, nem constituída por um grande número de perguntas; pelo contrário, é formada por um conjunto limitado de questões, o guião de entrevista.

As entrevistas semi-directivas foram aplicadas tanto a indivíduos que se encontram neste momento a frequentar uma formação de nível profissional ou superior (estudantes) como a indivíduos que já concluíram uma formação (formados) e adiam o regresso à terra natal.

“Em investigação social, o método das entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo” (Quivy, 1998, 195). Assim, após a fase de elaboração e realização das entrevistas realizou-se, então, a análise de conteúdo das mesmas.

A análise de conteúdo consiste, segundo Bardin num “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 1977, 38).

2. CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DA ENTREVISTA

Construiu-se a entrevista focalizando-a nos temas que tinham que ser abordados de modo a confirmar ou refutar as hipóteses e sistematizar os principais resultados e conclusões da investigação. A entrevista ficou composta por cinco blocos de questões. O primeiro integra um conjunto de perguntas que visam caracterizar sociograficamente os inquiridos. O segundo está constituído por questões que visam perceber os motivos e incentivos para o investimento na educação, enquanto que o terceiro bloco de questões tem por objectivo entender quais os principais benefícios da educação. Já o quarto está constituído por questões a partir das quais foi possível identificar as percepções que os jovens quadros são-tomenses têm sobre STP, em geral, e sobre o papel da educação no desenvolvimento do país, em especial. O sexto e último bloco de questões permitiram inferir qual o nível de integração dos quadros são-tomenses na sociedade portuguesa.

A entrevista semi-directiva foi aplicada a 27 estudantes e formados são-tomenses em Portugal, ou seja, entrevistaram-se quer indivíduos que estão neste momento a frequentar um curso, quer os que já concluíram a formação e permanecem em Portugal. Foi também realizada uma entrevista de carácter informal a um funcionário da Embaixada de STP em Portugal.

As entrevistas foram realizadas presencialmente e gravadas e foram posteriormente transcritas de modo a serem analisadas. Apenas a entrevista dirigida ao funcionário da embaixada de STP em Portugal não foi gravada já que não se obteve autorização para o efeito.

Após a transcrição das entrevistas, por meio da análise de conteúdo, foi possível chegar a conclusões que a seguir se apresentam.

III Parte – Analise dos Resultados

Capítulo I:

SISTEMA DE EDUCAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: BREVE CARACTERIZAÇÃO

A educação é um direito humano e é também uma pré-condição essencial para o desenvolvimento, para a redução da pobreza, para o progresso social e cultural e para a promoção de valores democráticos. Assim sendo, desde o limiar da independência, em 1975, que os sucessivos governos de STP têm definido a educação como uma das suas principais prioridades.

Inicialmente as políticas de educação visaram sobretudo a alfabetização em massa mas, paulatinamente, estas passaram a preconizar o aproveitamento da massa jovem da população para a prossecução das estratégias traçadas com vista ao desenvolvimento. No entanto, o sistema de educação de STP tem enfrentando vários constrangimentos e dificuldades mostrando-se, incapaz de enfrentar os principais desafios apresentados ao país.

Até o ano de 2003 foi o DL N°53/88 que regulou todo o sistema de educação de STP, estruturando-o em quatro subsistemas, nomeadamente o da educação geral, do ensino técnico-profissional, de formação e aperfeiçoamento dos quadros de ensino e da educação de adultos. O subsistema da educação geral era composto pelo ensino pré-escolar, primário, secundário básico, pré-universitário, especial e o vocacional. Só em 1997 é que o ensino superior ficou integrado no sistema nacional de educação.

O DL N° 53/88 estabelecia a escolaridade obrigatória em 4 anos, pelo que, em termos práticos, a maioria das crianças, especialmente as do meio rural, ficava apenas com a 4ª classe, sem ter mesmo frequentado uma creche já que a rede escolar do ensino pré-escolar e do ensino secundário básico se mostrava notoriamente insuficiente. As escolas que ofereciam a 5ª e a 6ª classe situavam-se maioritariamente na capital do país, tornando impossível a um elevado número de crianças a prossecução dos estudos finda a 4ª classe.

O ensino pré-escolar, apesar de facultativo, apresentava nos anos 80 uma cobertura praticamente universal, extremamente favorecida com manutenção das creches procedente da época colonial situadas nas roças e empresas agrícolas que passaram a ser geridas pelo Estado, nomeadamente pelos Ministérios da Educação e da Agricultura. No entanto, com a privatização das roças a partir dos anos 90, as creches das empresas agrícolas sofreram um abandono maciço e, de acordo com Martelo (2005), o estatuto facultativo conferido pela lei de

bases, a degradação acentuada das instalações, resultantes na sua grande maioria da época colonial e a carência de material e de equipamentos educativos foram factores que também explicaram a queda acentuada da taxa de frequência desse nível de ensino. Cardoso (2004) aponta a redução verificada nas escolas do ensino pré-escolar como um factor que contribuiu para uma maior desigualdade de oportunidades e um maior insucesso no ensino primário, em desfavor das crianças do meio rural.

Assim, dadas as limitações do DL N° 53/88, o mesmo sofreu ao longo dos anos múltiplas reformas culminando na elaboração e publicação de uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo de STP, a Lei N° 2/2003. De acordo com este diploma, o sistema educativo corresponde a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar. A educação escolar é composta pelo ensino básico (1ª à 6ª classe) – ensino universal, obrigatório e gratuito –, o ensino secundário (7ª à 12ª classe) e ensino superior (universitário e politécnico). No entanto, todos os níveis de ensino que compõem o sistema de educação de STP debatem com um conjunto de limitações e constrangimentos que resultam da combinação de factores sociais e económicos.

Segundo Cardoso (2004) a “falta de uma política concertada de desenvolvimento, a escassa importância dada aos sectores sociais, a desarticulação entre os vários projectos de ajuda, não permitiram maior desempenho na educação”. Segundo esta autora, apesar da descoberta do petróleo e sua exploração e da dinamização da actividade turística, apontadas como estratégias de desenvolvimento, não foram impostas novas dinâmicas em termos de educação e formação, de forma a tornar os são-tomenses os grandes beneficiários do desenvolvimento.

Martelo (2005) refere que, o sistema educativo são-tomense, no período que se seguiu a independência, registou um aumento significativo, resultado da obtenção de resultados bastante positivos devido à vulgarização do ensino. No entanto, a partir dos meados da década de 80, a crise económica e financeira que afectou o país impôs reduções e cortes drásticos no orçamento destinado à educação, o que teve repercussões muito significativas em todo o sistema de ensino, acabando por comprometer todos os esforços até então realizados.

Não obstante o sector de educação constituir uma das preocupações dos sucessivos governos, mediante criação e implementação de reformas educativas, estas não têm atingido os objectivos propostos, não se verificando melhorias significativas no sector.

Mesmo após a publicação em 2003 da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº2/ 2003), o sistema de educação de STP tem-se mostrado incapaz de oferecer um ensino abrangente e de qualidade.

Estes constrangimentos são de diversas ordens, destacando-se uma insuficiente rede escolar para as necessidades educativas fundamentais, turmas com elevada concentração de alunos, prática de dois ou, mesmo até, três turnos lectivos diários, escassez de material didáctico, desde os mais elementares até aos manuais escolares (só recentemente se iniciou a produção de livros para o 1º ciclo do ensino básico), reduzido número de docentes e a sua fraca qualificação em todos os níveis de ensino.

Por outro lado, o abandono escolar é evidente. De classe para classe o número de alunos baixa abruptamente. A situação é mais grave quando se transita de um nível para outro. As estatísticas disponibilizadas pelo INESTP mostram que, no ano lectivo 2006/2007, 22800 (47,8%) dos alunos do sistema de ensino de STP estavam inscritos na 1ª até a 4ª classe, 8600 (18,4%) na 5ª e 6ª classe, 7515 (15,8%) entre as 7ª e 9ª classes, 1382 (2,9%) nas 10ª e 11ª classe, 100 (0,2%) no ensino politécnico e 545 (1,1%) no ensino superior. A educação pré-escolar também se encontra negligenciada. Segundo os dados, em 2006 apenas 55,3% das raparigas e 48,3% dos rapazes admitidos no primeiro ano do ensino primário frequentaram um programa de ensino pré-escolar (INESTP, 2006b).

O valor tão elevado de crianças e jovens em idade escolar constitui um problema ao nível da educação já que, como os investimentos não têm sido suficientes, este sector apresenta inúmeras deficiências e limitações. Os dados relativos a 2006 revelam que 53% da população de STP tem menos de 20 anos, ou seja, mais de metade da população encontra-se em idade escolar (INESTP, 2006). De salientar que, segundo o INESTP, os alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino do país no ano lectivo 2006/2007 constituem 31% do total da população (INESTP, 2006). Dadas as características demográficas acima descritas, este dado revela também a existência de um número considerável de jovens fora do sistema de ensino.

Sendo assim, o facto do país possuir uma população extremamente jovem significa que possui um dos recursos mais importantes ao processo de desenvolvimento, impondo-se um investimento mais activo e eficiente ao nível da educação.

Além do número de alunos que se reduz à medida que se avança nos diferentes nível de ensino, existem também outros problemas que são mais graves, sobretudo nos níveis de

ensino secundário, nomeadamente no que se referem a infra-estruturas, quadro docente, materiais didácticos e pedagógicos.

Existem inúmeras carências de professores para leccionar nas escolas, sendo que aqueles que exercem, na sua esmagadora maioria, não possuem formação específica para a docência (Martelo, 2005). Existem turmas compostas por várias dezenas de alunos, bem como um elevado número de professores bastante jovens sem qualquer formação específica e com níveis de escolaridade a rondar os 10º e 11º anos.

Segundo Cardoso (2008) no ano lectivo 2005/2006, 62% dos professores do ensino primário não tinham formação. No mesmo ano lectivo, 68,4% dos professores que leccionavam entre a 5ª e 8ª classes também não possuíam formação.

Deste modo, dada a carência de docentes habilitados tem-se recorrido a contratação de alguns professores estrangeiros que leccionam sobretudo a 10ª e 11ª classes, onde as carências são mais notórias.

Esta elevada percentagem de docentes sem formação não está dissociada do encerramento do Centro Pedagógico Didáctico em 1994 e do deficiente funcionamento da Escola de Formação de Professores e Educadores (EFOPE). Se no ano lectivo de 1999/2000 51% dos professores primários não tinham formação, esta percentagem passou em 2005/2006 para 62% (Cardoso, 2008). A formação de professores ficou, assim, descurada desde a década de 90, sendo que, actualmente, o Instituto Superior Politécnico (ISP) constitui praticamente a única instituição vocacionadas para a formação de professores do ensino secundário e básico.

Foi a partir de 1998 que o ISP deu início às suas actividades com cursos a nível de bacharelato, nomeadamente Português e Francês, História e Geografia e Matemática/ Ciências Naturais com clara intenção de formar professores para o ensino secundário.

Por sua vez, a EFOPE foi criada em 2000 com objectivo de assegurar a formação inicial e continua de professores e educadores. No entanto, os resultados da EFOPE não foram os desejados já que, como já foi referido, um número bastante significativo de professores que leccionam nas escolas do ensino básico de STP continuam sem qualquer tipo de formação.

Além dessa fraca formação do quadro docente verifica-se uma total ausência de sistemas de incentivos direccionados aos professores pelo que os salários baixos e, conseqüentemente, a sua fraca motivação, constituem factores que contribuem para a degradação e má qualidade do ensino.

Segundo Martelo (2005), o baixo nível salarial, a ausência de um apoio pedagógico efectivo, a baixa consciência profissional dos professores, a não existência de uma carreira profissional estruturada que possa incentivar e compensar uma boa prestação profissional, são factores que levam que a motivação dos docentes constituem verdadeiros obstáculos ao sistema educativo de STP.

Perante as acções de formação desenvolvidas pelo ISP e pela EPOFE, e com o regresso dos alunos que se estão neste momento a formar no estrangeiro, estima-se que o nível de qualidade do corpo docente possa melhorar significativamente, introduzindo mais qualidade ao sistema de ensino do país.

De referir que actualmente está a decorrer no Liceu Nacional uma experiência piloto de Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes e desatina-se a alunos que já terminaram a 9ª classe, possibilitando-lhes o acesso à 12ª classe. Esta experiência está a ser financiada pela Cooperação Portuguesa e a funcionar em turmas de 30 alunos em cada uma das áreas, tendo a docência sido assegurada por cooperantes portugueses. Estes cursos conferem dois tipos de certificação, um diploma de conclusão dos estudos secundários (12ª classe), possibilitando a candidatura ao ensino superior e, simultaneamente, um diploma de qualificação profissional de nível III, permitindo o ingresso no mercado de trabalho como técnico intermédio. Esses cursos têm, assim, como principal objectivo criar, no sistema de ensino são-tomense, uma oferta formativa de nível secundário (10ª, 11ª e 12ª classes) que cumpra a dupla perspectiva de integração imediata na vida activa ou prosseguimento de estudos superiores já que prolonga o ensino secundário até à 12ª classe. Os Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes têm actualmente a duração de 3 anos lectivos, correspondentes às 10ª, 11ª e 12ª classes de escolaridade proporcionando formação nas áreas de Gestão e Administração, Humanísticas, Tecnologias Industriais, Informática, Turismo, Hotelaria, Arte e Design. Este programa de formação conta também com a colaboração de algumas empresas locais onde os alunos podem frequentar estágios no decorrer do curso. Assim, essa experiência tem a grande vantagem de criar uma oferta formativa flexível e ajustável às necessidades educativas de STP e poderá vir a suprir algumas carências do sistema de educação de STP, sobretudo em termos de ofertas e qualidade do ensino.

Também os recursos em termos de materiais didácticos e pedagógicos constituem sérios problemas do sistema de educação, sobretudo no que se refere aos manuais escolares, que escasseiam ou são mesmo inexistentes em alguns níveis de ensino. Assim, nos níveis mais

elevados as aulas são maioritariamente expositivas em que o docente dita os apontamentos. Os manuais existentes, por sua vez, não apresentam qualidade, carecem de actualização e, devido a pouca quantidade, são reutilizados pelos diversos alunos ano após ano. Em termos de conteúdos programáticos apresentam pouca coerência entre os vários níveis de ensino.

Aqui há que realçar o importante projecto de reforma curricular do ensino básico de STP que está a ser levado a cabo pela Escola Superior de Educação de Santarém (ESES) de Portugal conjuntamente com o Governo são-tomense. Trata-se de um projecto que começou em 2005 e que vai durar ainda mais dois a três anos, é tutelado pelo Banco Mundial e tem financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian. Os três anos do projecto já permitiram a elaboração de manuais escolares para as 1ª e 2ª classes, que já estão nas mãos dos alunos são-tomenses, e manuais para as 3ª e 4ª classes que começarão a ser utilizados no ano lectivo 2008/2009 nas escolas de STP. A Fundação Gulbenkian continuará a apoiar e financiar a produção de manuais escolares para o ensino básico, completando o ciclo com a elaboração e testagem dos manuais para as 5ª e 6ª classes (Fundação Calouste Gulbenkian, 2008).

Ainda no âmbito desse projecto a ESES ficou também com a responsabilidade de reactivar o processo de formação de professores locais. Sendo assim, tem colaborado na formação de professores, tendo recebido um grupo de 11 formandos da escola de formação são-tomense, que tem feito essencialmente formação contínua de modo a ficar habilitado profissionalmente para a docência com o grau de licenciatura.

No que se refere às instalações e infra-estruturas de ensino em STP as carências são maiores sobretudo nos níveis de ensino mais elevados. Assim, a 10ª e 11ª classes na ilha de São Tomé estão disponíveis apenas num estabelecimento de ensino, o Liceu Nacional. Só muito recentemente foi também implementado na ilha do Príncipe, como resultado de um acordo de cooperação entre STP e Cabo Verde. Quanto ao Liceu Nacional, trata-se de uma instituição escolar “superlotada” com turmas compostas por várias dezenas de alunos, grande carência de quadro docente e de materiais didácticos, não contempla a adopção de manuais escolares em nenhum dos níveis leccionados. Todos esses factores fazem com que o ensino oferecido por este estabelecimento de ensino seja de má qualidade, prevalecendo altas taxas de reprovação e de abandono escolar.

O país contempla ainda outro estabelecimento de ensino secundário mas de carácter privado. Trata-se do Instituto Diocesano de Formação João Paulo II (IDF) que tem o carácter de Escola Portuguesa de Currículo Completo Fora do Território Nacional, criado em 1989 pela

Diocese de STP. O IDF oferece um ensino de qualidade, incluindo a 12^a classe, mas é bastante restrito em termos de acesso, quer no que se refere ao número de vagas disponíveis anualmente quer em termos do valor das propinas, impossível para a grande maioria da população.

Além desta escassez de infra-estruturas para educação, sobretudo nos níveis de ensino mais elevados, as assimetrias regionais são evidentes. Verifica-se uma forte concentração de alunos na cidade capital enquanto algumas regiões do país oferecem apenas o ensino primário, sendo que muitos alunos têm que percorrer alguns quilómetros a pé para chegarem à escola.

Os constrangimentos e dificuldades são maiores nos níveis mais elevados, com evidências claras de uma insuficiente rede escolar para as necessidades educativas exigidas. É o caso do ensino profissional disponibilizado pelo Ministério de Educação através do Centro Politécnico de Formação Profissional (CPFP), criado em 1985 com o financiamento da Cooperação Francesa com o objectivo de promover a formação profissional nos vários domínios. Com apenas uma instalação na capital do país, o CPFP está vocacionado para formação profissional de jovens, tendo como preocupação uma adaptação dos cursos leccionados às necessidades e exigências do sector económico de STP. Até 2002 os cursos do CPFP conferiam uma formação profissional de nível básico, dando equivalência à 9^a classe. O ingresso dos jovens passou a ser a partir 2002/2003 com 9^a classe de escolaridade para a frequência de cursos iniciais de três anos, com valência cuja qualificação profissional passou a ser de técnico médio, conferindo assim, uma formação profissional de nível médio.

O CPFP ministra os cursos de Construção Civil, Electrotecnia, Estrutura Metálica, Manutenção Industrial, Mecânica Auto, Turismo, Secretariado e Gestão. Esta escola tem um acordo de colaboração com algumas empresas onde estagiam os formandos durante 18 semanas, no decorrer dos três anos de formação.

Também há que realçar o papel da Escola de Enfermagem (EE) que passou a conferir uma formação profissional de nível médio. Actualmente a EE já tem instalações próprias na capital do país, sendo que anteriormente formava nas instalações do Hospital Central Doutor Aires de Menezes um número pouco significativo de jovens enfermeiros atribuindo-lhes apenas o nível básico, equivalente à 6^a classe.

Ainda ao nível profissional há que salientar também as acções desenvolvidas pela Escola de Formação Profissional de Budu Budu que tem oferecido alguns cursos, tais como, de electricidade, jardinagem, carpintaria e marcenaria conferindo apenas o nível elementar.

Segundo Martelo (2005), a política de formação profissional não tem, no entanto, correspondido às reais necessidades do país, apresentado problemas como a pouca diversidade no domínio da formação, exiguidade de instalações das escolas que oferecem esse nível de ensino, localização das escolas profissionais exclusivamente na capital do país, fraca oferta e pouca apetência por esta via de ensino por parte dos jovens, bem como uma reduzida percentagem de absorção dos quadros formados por parte do mercado de trabalho.

A situação é semelhante no ensino superior, sendo o ISP a única instituição pública que oferece o ensino a este nível, nomeadamente o grau de bacharel e licenciatura, com um ensino claramente vocacionado para a formação de docentes para o ensino secundário.

O ensino superior, mais especificamente o oferecido pelo ISP, tem-se caracterizado por uma limitação em termos de oferta de formação, sendo que as formações disponibilizadas são pouco adaptáveis às reais necessidades do país. Este facto determina que grande parte dos alunos acabe por prosseguir os estudos fora do país, verificando-se uma elevada taxa de abandono. Concomitantemente, esta instituição de ensino goza de uma fraca atracção por parte dos jovens reforçada pelo facto de se verificar uma diferença de tratamento entre os quadros que terminaram a sua formação no ISP e os que vieram do estrangeiro. Por outro lado, o ISP conta também com um número significativo de docentes com nível de formação não muito elevada e sem qualquer vínculo institucional ao instituto, a investigação é inexistente e pouca atenção é prestada pelos sucessivos governos na afirmação do instituto. De salientar ainda que é reduzido o número de indivíduos que orientam a sua vida profissional para a docência, uma vez que a falta de incentivos materiais, morais e sociais e a sua relativa significância em termos de estatuto social faz com que a actividade de docência seja apenas aceite com carácter transitório por aqueles que não puderam encontrar outra alternativa melhor remunerada e mais promissora (Martelo, 2005).

No âmbito privado, o Instituto Universitário de Contabilidade e Informática (IUCAI), vem ministrando, desde 1994, cursos na área de gestão com grau de licenciatura reconhecidos pelo Ministério de Educação de STP.

Em 2006 foi implantada no país uma universidade privada, a Universidade Lusíada (UL) com paralelismo com Portugal. A Universidade Lusíada alberga actualmente cerca de duzentos alunos e ministra três cursos de licenciaturas de cinco anos, nomeadamente Direito, Ciências Económicas e Empresariais e Informática. Pauta por seguir os conceitos de rigor e qualidade, defendidos pela Universidade Lusíadas de Portugal.

Apesar da entrada em funcionamento destas instituições, a ausência de estratégias é uma característica real deste nível de ensino, pelo que tanto o ISP como as restantes instituições privadas de ensino superior não têm conseguido responder às pressões da crescente procura. Sendo assim, a maioria dos jovens que termina o ensino secundário fica na dependência da atribuição de uma bolsa de estudos e é enorme a lista de estudantes que todos os anos aguardam por uma vaga numa universidade estrangeira para poderem prosseguir os seus estudos. Assim, desde 2003 graças a acordos de cooperação com Portugal, Brasil e Cuba, anualmente têm saído estudantes são-tomenses rumo a esses países com vista a continuação dos estudos. No entanto, é de salientar que esta política de formação de estudantes no exterior tem apresentado algumas lacunas e incoerências, nomeadamente o facto de estes estudantes sofrerem graves dificuldades económicas e sociais nos países de acolhimento, resultantes dos atrasos e incumprimentos nos pagamentos das bolsas de estudo, bem como o facto da grande maioria destes tenderem a fixar-se no país de acolhimento finda a formação.

Deste modo, apesar das medidas implementadas, o ensino superior, até ao momento, não tem constituído uma fonte de recursos humanos e de novos conhecimentos para o enriquecimento dos diferentes níveis de educação nem contribuindo para o desenvolvimento do país.

STP é extremamente dependente da ajuda internacional e sendo assim, tal como nas outras áreas, o sistema de ensino está sujeito à boa vontade dos parceiros internacionais. As ajudas dos parceiros de cooperação na área de educação incidem sobretudo na ajuda financeira, concessão de bolsas de estudos para que os estudantes possam frequentar cursos quer internamente quer no estrangeiro, envio de professores para leccionarem nas escolas de STP, bem como a concepção e oferta de matérias didácticas e manuais escolares. No entanto, essas ajudas bem como todo o conjunto de medidas até então levadas a efeito têm tido poucos impactos pelo que o sistema de ensino do país é bastante precário.

Cardoso (2004) faz uma análise do sistema educativo de STP e conclui que a educação pré-escolar beneficiou apenas uma reduzida percentagem de crianças, quase todas do meio urbano; a escolaridade básica apresentou um decréscimo, o ensino pré-universitário está concentrado apenas numa escola oficial na capital do país, o ensino profissional é escasso e, com excepção do que tem sido conduzido pelo Centro Politécnico, tem sido deficiente; o ensino superior a nível oficial é inexistente e o privado ficou circunscrito às áreas da gestão; a formação dos docentes sofreu um corte com o encerramento da respectiva escola.

Martelo (2005), por sua vez, faz uma sistematização da análise que efectuou sobre o sistema de educação de STP, salientando, assim os principais constrangimentos ao desenvolvimento da educação no país. Segundo este autor, a difícil situação económica e social do país, a instabilidade política que resulta na interrupção continuada das acções, a ausência de políticas coerentes, a fraca dotação orçamental e o desequilíbrio entre a capacidade de oferta e a procura de espaços de ensino constituem os principais obstáculos ao desenvolvimento do sistema de educação de STP.

Assim sendo, o sistema de educação de STP é extremamente deficitário, apresentando várias limitações resultantes dos condicionamentos económicos e sociais do país, pelo que a educação não tem sido direccionada para a grande massa da população jovem no sentido de ser a promotora do processo de desenvolvimento do país. Urge a criação de políticas que permitam um maior empenho na educação, já que mais e melhor formação e qualificação são, sem dúvida, mais-valias para o desenvolvimento de STP.

Capítulo II: **Recursos Humanos São-tomenses em Portugal: Caracterização**

1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Nesta parte do trabalho pretende-se fazer uma análise descritiva da amostra, com o objectivo de conhecer melhor as características dos elementos entrevistados.

Foram efectuadas 27 entrevistas e na selecção da amostra foram consideradas variáveis como o sexo, a idade, o nível de escolaridade, a condição perante o trabalho, ano de ingresso e de término da formação.

No que se refere ao **sexo**, foram entrevistados 18 indivíduos do sexo masculino e 9 do sexo feminino.

Os entrevistados têm **idades** compreendidas entre os 17 e os 34 anos. A avançada idade de alguns desses indivíduos pode estar associada ao facto de muitos deles não terem tido durante vários anos a possibilidade de sair de STP para prosseguir os seus estudos, iniciando uma actividade profissional, só podendo ingressar numa escola portuguesa vários anos após terem terminado o secundário no seu país. Por outro lado, o tempo de permanência nas escolas portuguesas parece ser superior ao tempo normal estipulado o que pode explicar também essa idade avançada de alguns entrevistados.

Foram entrevistados 19 indivíduos que se encontram neste momento a frequentar uma formação de nível profissional ou superior (estudantes) e 8 indivíduos que já concluíram uma formação (formados) e adiam o regresso à terra natal.

10 dos estudantes entrevistados, apesar de terem o estudo como actividade principal e prioritária, também exercem uma **actividade profissional** em paralelo com o objectivo de obterem recursos económicos para se sustentarem e pagarem os seus estudos.¹ Dos formados, 6 exercem uma actividade profissional, 1 encontra-se desempregado e 1 na condição de estagiário.

Entrevistaram-se indivíduos de diferentes áreas/ cursos, tanto das ciências sociais como das ciências exactas, de modo a obter uma amostra com um leque bastante variado em termos de opiniões, pontos de vistas e conhecimentos.

Dos indivíduos entrevistados 4 frequentam actualmente o ensino profissional, 3 já terminaram esse nível de ensino (profissional) e ainda permanecem em Portugal, 12 estão neste momento

¹ Ver Anexo 3, Quadro 1 (Condição perante o trabalho).

a estudar com vista a obtenção do grau de licenciatura, 5 já são licenciados e ainda não regressaram ao seu país natal e outros 3 frequentam actualmente um mestrado.

O **ano de ingresso**, sobretudo para alguns que se encontram na condição de estudante, evidencia que o período de formação é superior ao tempo normal definido para a sua conclusão, como já foi referido. O indivíduo na condição de estudante e que ingressou há mais tempo numa escola portuguesa fê-lo em 2002.

Os formados, de um modo geral, terminaram o seu curso recentemente, sendo que o entrevistado que concluiu a formação há mais tempo fê-lo em 2004. Os restantes formados terminaram o curso há 1 ou 2 anos.

2. INTEGRAÇÃO EM PORTUGAL

Nesta parte do trabalho pretende-se perceber qual o grau de integração destes indivíduos na sociedade portuguesa quer dos que estão na situação de estudantes, quer dos formados que ainda se encontram em Portugal. Assim sendo, foram colocadas questões relativas ao tempo de ausência de STP, dificuldades (económicas e de formação) enfrentadas em Portugal enquanto estudantes, profissão e aquisição ou não de outra nacionalidade além da são-tomense.

No que se refere ao **tempo que se encontra ausente de STP**, este varia entre os 8 meses e os 16 anos. A esmagadora maioria dos entrevistados saiu de STP e veio directamente para Portugal, onde permaneceu até o presente.

Relativamente aos indivíduos que ainda estão na condição de estudantes, constatou-se que o tempo de permanência em Portugal de alguns deles ultrapassa o tempo estipulado para a conclusão do curso, especialmente quanto aos entrevistados que estão a frequentar o ensino superior. Foi possível encontrar indivíduos que iniciaram a formação em Portugal há 6 anos mas ainda se encontram a frequentar o curso. Esta situação pode ter como explicação o facto destes estudantes para ingressarem no ensino universitário terem de terminar antes o ensino secundário em Portugal, dada a ausência do 12º ano em STP. Por outro lado, o facto de virem de STP com uma deficiente preparação de base e a grande maioria ter que exercer uma actividade profissional como meio de subsistência, são situações que ditam, por vezes, o seu insucesso.

Assim, as principais **dificuldades** apontadas pelos entrevistados estão sobretudo relacionadas com os meios económico-financeiros, em especial para os que não usufruem de qualquer tipo

de apoio ou bolsa. Os entrevistados que recebem a bolsa de estudos financiadas pelo Governo de STP também se queixam das difíceis condições económicas que têm que ultrapassar, já que a bolsa que recebem se pauta por atrasos constantes nos pagamentos e por um valor reduzido.

“À priori temos que pagar casa e alimentação e a bolsa nunca é suficiente para todos esses gastos. As dificuldades são iguais para toda a gente. Se eu não tivesse familiares cá em Portugal, nem sei o que seria da minha vida” (Entrev. 15).

Foi possível identificar também que são, sobretudo, os estudantes de ensino superior os que dizem mais dificuldades económicas sentir. Os estudantes desse nível de ensino têm que suportar maiores custos devido sobretudo ao pagamento das propinas e alojamento, situação não experimentada pelos estudantes de ensino profissional.

Face a esta situação muitos têm que trabalhar para poder custear os seus estudos e a estadia em Portugal de modo a fazer face às dificuldades económicas, o que raras vezes não prejudica os seus estudos.

“Independentemente de estudar também trabalho. Esta tem sido a forma mais viável que encontrei para resolver esta situação” (Entrev. 6).

Neste processo, o apoio de familiares e amigos é também considerado fundamental mas sempre insuficiente.

Dos 10 estudantes que exercem uma **profissão**, 7 estão enquadrados nas áreas pouco qualificadas do mercado, com vínculos laborais bastante precários, como técnicos de *telemarketig*, empregadas de limpeza ou ainda na restauração e hotelaria. Estas áreas são também aquelas que permitem uma maior flexibilidade de horários e em regime de *part-time*, possibilitando conciliar o emprego com frequência das aulas.

“Eu faço de tudo um pouco, eu não escolho trabalho. Faço o que tiver ao alcance e o que me permite conciliar com a escola” (Entrev. 14).

Alguns entrevistados reconhecem mesmo que os estudantes são-tomenses são os que menos apoios recebem em Portugal, sobretudo em Lisboa.

As autoridades dão conta que, de facto, um dos factores que dificulta o sucesso dos estudantes nas escolas portuguesas está relacionado com as dificuldades económicas que impedem todo o tipo de integração. Reconhecem que existem grandes atrasos, irregularidades e burocracias no sistema de atribuição e de pagamento das bolsas mas são condições estipuladas pelo governo de STP. A Embaixada limita-se a proceder o pagamento das bolsas de estudo aos estudantes apenas quando recebe autorização e verba do governo do país. Assim, este

processo tem-se pautado por constantes atrasos, pelo que os estudantes nunca sabem, com certeza, a data e o valor do próximo pagamento da bolsa de estudo.

Contactou-se também que os estudantes que recebem o subsídio financiado pelo Governo português são aqueles que afirmam menos dificuldades sentir, já que o subsídio é pago com regularidade mensal e corresponde a um valor que lhes permite custear minimamente as suas despesas.

“Por acaso não tenho tido dificuldades porque sou bolseira do Governo português. Principalmente quanto ao pagamento da bolsa, nós não temos problemas nenhuns em relação a isso” (Entrev. 16).

As disparidades no nível de ensino entre STP e Portugal são também reconhecidas por estes indivíduos como uma situação que lhes dificulta bastante alcançar bons resultados académicos. Reconhecem que vêm de STP com uma deficiente preparação de base e, assim, enfrentam uma exigência escolar a que não estavam habituados, o que por vezes dita o insucesso.

“A dificuldade principal como estudante são-tomense que eu encontrei no início foi a formação que nós trazemos. É má. Muito baixa. É medíocre. Enquanto não arranjei [um método de estudo] tive insucessos” (Entrev. 9).

Assim, tanto os estudantes do ensino profissional como os de ensino superior queixam-se desta insuficiente preparação como uma das principais barreiras que tiveram que ultrapassar aquando da sua integração no sistema de ensino português. Estas dificuldades reflectem, portanto, a baixa qualidade de ensino de que esses jovens são portadores.

Além dos problemas económicos e a deficiente preparação de base que trazem de STP, os entrevistados apontam outros problemas vivenciados e dificuldades sentidas, mais de ordem social, nomeadamente a fraca união e associativismo entre os estudantes são-tomenses.

O associativismo entre os estudantes são-tomenses é, realmente, muito baixo sobretudo nos grandes centros urbanos, como por exemplo em Lisboa. Nesses locais é possível contarem com algum apoio de familiares, que aí se encontram concentrados. Por outro lado, o facto da grande maioria desses estudantes necessitar de exercer também uma actividade profissional para custear os estudos, faz com que tenha pouco tempo para dispensar a outras actividades, factores que explicam este fraco associativismo entre os estudantes são-tomenses.

Considerou-se relevante colocar uma questão sobre a **aquisição de outra nacionalidade** além da são-tomense, nomeadamente a nacionalidade portuguesa, na medida em que, revela, à partida, uma maior integração ou não na sociedade portuguesa e constitui também um factor que pode condicionar, de alguma forma, as perspectivas de regresso a STP.

Assim, 17 entrevistados possuem apenas a nacionalidade são-tomense, sendo que destes 4 pensam em breve adquirir a nacionalidade portuguesa ou, tendo já essa possibilidade, ainda não o fizeram para não perderem alguns benefícios de que estão neste momento a usufruir, nomeadamente a bolsa de estudos concedida pelo governo português.

Os 10 entrevistados² que já adquiriram outra nacionalidade além da são-tomense bem como outros 4 que pensam fazê-lo brevemente consideram que é importante ter esta segunda nacionalidade uma vez que lhes permite ter maiores benefícios, oportunidades e mobilidade num mundo global, apesar de considerarem que a sua identidade será sempre a são-tomense.

Foi também possível identificar indivíduos são-tomenses com segunda nacionalidade, tais como a angolana, cabo-verdiana e a brasileira.

3. MOTIVAÇÕES E INCENTIVOS PARA INVESTIR NA EDUCAÇÃO

Para alguns autores, a crença de que mais educação permite melhores postos de trabalhos e mais bem pagos constitui o principal factor de motivação para os jovens permanecerem nas escolas durante muito tempo. Deste modo, no sentido de se perceber quais as principais motivações para os comportamentos desses indivíduos e analisar quais os essenciais retornos individuais e sociais dos investimentos na educação, foi solicitado aos entrevistados que indicassem quais os motivos que os levaram a saírem de STP, de prosseguir os estudos no exterior e as razões que estiveram por detrás da escolha do curso.

Assim, pode-se constatar que todos os entrevistados saíram de STP com o objectivo primeiro de dar continuidade aos estudos e alargar os conhecimentos.

“Um dos motivos que me fez sair de STP foi a procura de melhores condições para continuar os meus estudos” (Entrev. 6).

A fraca oferta de formação em relação à grande procura faz com que grande parte dos são-tomenses, após o término do ensino secundário, aguarde por uma bolsa de estudos para poder estudar no estrangeiro. Por outro lado, a falta de emprego que afecta o país e a ausência de outro tipo de ocupação dirigida aos jovens faz com que a única oportunidade seja a **continuação dos estudos no estrangeiro.**

Assim, a escassez e a fraca qualidade do ensino em STP são apontadas como as principais causas que obrigam a saída dos jovens para irem estudar no estrangeiro.

“Lá não podia continuar a estudar. Tinha terminado o 11º ano e não podia continuar o 12º ano nem o ensino superior. Saí de STP apenas e só para estudar” (Entrev. 23).

² 37% dos entrevistados possuem outra nacionalidade além da são-tomense. Ver Anexo 3, Quadro 2 (Possui outra nacionalidade além da são-tomense)

A única instituição pública de ensino superior, o ISP, também não ofereceu alternativas para estes jovens, já que apresenta fraca oferta em termos de cursos bem como baixo reconhecimento ao nível social.

“Podia até estudar no ISP mas nesta escola não tinha o curso que eu queria e os que existiam não eram muito reconhecidos socialmente” (Entrev. 10).

Deste modo, existe entre esses jovens a percepção de que o país, de um modo geral, e o Instituto Superior Politécnico (ISP) em particular, não oferece uma formação de qualidade e que só viajando para o exterior poderão ter acesso a uma formação.

A falta de emprego é também apontada como um dos motivos para saírem das ilhas. De acordo com os dados, a taxa de desemprego é bastante elevada em STP, chegando a atingir os 15% (INESTP, 2006) sendo que são sobretudo os jovens os mais afectados. Assim, deparando simultaneamente com baixas oportunidades de progressão académica e de inserção profissional, grande parte dos jovens são-tomenses não encontram outra alternativa a não ser sair das ilhas rumo ao estrangeiro à procura de mais e melhor formação ou de um grau académico que não podem obter no país. Saem de STP cheios de expectativas e ansiosos por fugir de uma realidade que lhes oferece poucas ou nenhuma oportunidades e vêem a continuação dos estudos a única forma de dar sentido às suas vidas.

O facto de ter conseguido uma bolsa é também um dos motivos para reforçar a saída do país. Outros, quando não encontram uma bolsa, saem mesmo por conta própria à procura de mais e melhor formação no estrangeiro. Chegados a Portugal exercem uma actividade profissional de modo a poder custear os seus estudos.

Aqui há que salientar um dos motivos apontados pelas autoridades que justificam as dificuldades com que se deparam no apoio e na contabilização, em termos estatísticos, dos estudantes em Portugal, já que muitos vêm por conta própria sem qualquer vínculo com as autoridades nacionais, como são a Embaixada de STP em Portugal e o Ministério de Educação de STP, permanecendo durante toda a sua estadia em Portugal nesta situação.

O desejo desses jovens em **progredir nos estudos** foi também alvo de análise nesta investigação pelo que, quando lhes foi questionado o motivo do prosseguimento de sua carreira académica foi possível identificar dois tipos de discursos. Por um lado, os discursos denotavam que o investimento na educação constituía um meio para atingir certos objectivos e sonhos pessoais no futuro. Por outro lado, os entrevistados manifestaram também que a

aquisição de mais conhecimentos, através da formação, permitirá contribuir, de forma significativa, para o desenvolvimento do seu país.

Ficou patente que as motivações de ordem pessoal estão na base da continuação dos estudos para a grande maioria dos entrevistados³. Este grupo reconhece que a aquisição de mais conhecimentos vai, no futuro, reverter em benefícios económicos, através da posse de melhores empregos e vantagens na aquisição de novas aprendizagens para o mercado de trabalho. Assim, uma boa colocação no mercado de trabalho e as consequências que daí poderão advir parecem determinar claramente a decisão de prosseguir na carreira académica.

“Estudei sobretudo porque ter uma formação é importante para se ter acesso ao mercado de trabalho. Só com um curso se consegue um bom trabalho” (Entrev. 5).

Uma boa colocação no mercado de trabalho é, na percepção desses indivíduos, um meio para ter maiores oportunidades de progressão na carreira, auferir um bom salário (receber mais dinheiro), ter melhores condições de vida no futuro e gozar de reconhecimento social.

Para outro grupo de entrevistados, o investimento na educação constitui também um meio para poder futuramente contribuir para o desenvolvimento do país⁴.

“Eu acredito que é com conhecimento que podemos ter acesso a certas qualificações e ajudar a melhorar o nosso país. Eu acho que limitar-se somente no ensino secundário seria insuficiente. Por isso, um dos objectivos para a realização do meu sonho pessoal é ter uma licenciatura. Por outro lado, espero poder com esses conhecimentos ajudar STP, ou seja, dar a minha contribuição para o desenvolvimento do país” (Entrev. 6).

Estes indivíduos consideram que a aquisição de conhecimentos reveste-se de extrema importância para um país em “vias de desenvolvimento”, como é o caso de STP. Assim, há que investir na educação e aproveitar os conhecimentos adquiridos para conceder à sociedade mudanças significativas.

No que se refere às **razões para a escolha do curso**, estas são sobretudo de ordem pessoal, sendo que nenhum entrevistado aponta a frequência do curso que escolheu como aquele que poderia permitir a aquisição de mais conhecimentos numa determinada área com vista a dar um maior contributo no processo de desenvolvimento do país, por exemplo. O facto de gostar da área em questão constitui a situação mais mencionada. Outros factores como “ser interessante”, estar relacionado com a área ou com a actividade profissional e ter maiores perspectivas de emprego são também mencionados.

No sentido de averiguar quais os principais benefícios da educação, quer em termos individuais quer em termos sociais e, conseqüentemente, perceber quais os possíveis retornos

³ 89% dos entrevistados. Ver Anexo 3, Quadro 3 (Motivos para estudar).

⁴ 11% dos entrevistados. Ver Anexo 3, Quadro 3 (Motivos para estudar).

dos investimentos da educação, foi colocado aos entrevistados um conjunto de questões que procurava apurar quais as alterações provocadas no seu modo de encarar o mundo após terem iniciado a formação, por um lado e, por outro, quais os benefícios actuais e futuros que poderão usufruir em termos profissionais e de nível de vida.

Assim, quando questionados sobre os benefícios proporcionados pela formação a maioria⁵ dos entrevistados fazem referência a benefícios de ordem pessoal, como são a aquisição de novos conhecimentos e vantagens no acesso ao mercado de trabalho. Indicam que os principais benefícios actuais proporcionados pelo curso são os conhecimentos e as competências que estão a adquirir, o que lhes tem permitido alargar o seu leque de informação. No conjunto de conhecimentos proporcionados referem sobretudo a própria área de formação mas também outros níveis da vida social. Reconhecem que a frequência do curso veio responder a muitas das suas dúvidas e inquietações, permitindo-lhes reflectir e raciocinar sobre determinadas situações sociais.

“Neste momento este curso está a dar-me respostas a muitas dúvidas que eu tinha, como é que funciona, como é que se implementam determinadas coisas. Este é um mundo muito bonito que estou a descobrir. E por ser uma área muito ampla, pode ser usada em vários sectores” (Entrev. 12).

Pôde constatar-se também que os **benefícios e ganhos no futuro** estão intimamente relacionados com as vantagens que usufruirão no mercado de trabalho, quer no momento de procura do emprego quer posteriormente. Muito ligada a esse êxito profissional foi possível identificar que estes indivíduos ambicionam alcançar através do curso frequentado o êxito pessoal, traduzidos em regalias em termos financeiros e em melhores condições de vida.

“No futuro, penso que terei regalias financeiras e estabilidade em termo de emprego. Acho que vou ganhar mais e ser bem colocado no mercado de trabalho” (Entrev. 7).

“Eu espero que eles [os cursos] me permitam atingir um patamar elevado e que eu possa ganhar financeiramente bem porque eu sou pobre, eu quero dinheiro” (Entrev. 23).

Assim, estas constatações vêm reafirmar a ideia defendida por muitos analistas, segundo a qual a motivação mais valorizada pelos indivíduos para investirem na educação está sobretudo relacionado com o facto de um grau ou diploma ser considerado um modo de ingresso a ocupações melhor remuneradas e com algum estatuto em termos sociais.

No entanto, além do êxito pessoal foi possível identificar também uma certa preocupação por parte de alguns entrevistados em desenvolver mecanismos que, através dos conhecimentos e competências adquiridas, possam contribuir quer para ajudar as pessoas e o desenvolvimento do país, quer para melhorar o contexto de trabalho em que estiver inserido.

⁵ 85% dos entrevistados. Ver Anexo 3, Quadro 3 (Benefícios do curso).

“Com essa formação, acredito que vou introduzir algo de novo em STP” (Entrev. 6).

De um modo global, pode considerar-se que a principal motivação desses jovens para continuar os estudos diz respeito ao facto de poderem, com maiores qualificações, ter acesso a um conjunto de benefícios que visam a satisfação dos interesses pessoais, como são o êxito pessoal, mas também pode estar associada com a preocupação de contribuir de algum modo para a sociedade em que estão inseridos.

Pôde apurar-se que relativamente aos formados que ainda permanecem em Portugal, um número significativo⁶ destes considera que já está a ter benefícios com o curso que frequentou, uma vez que trabalha na sua área, está satisfeito com as funções que desempenha e auferir de um salário que lhe parece proporcionar alguma estabilidade e realização profissional. Identificou-se também que pelo menos 3 formados consideram que o curso que frequentaram não lhes está a proporcionar neste momento benefícios, apesar dos conhecimentos adquiridos, ou porque não se encontram inseridos no mercado de trabalho ou porque estão a trabalhar numa área diferente da sua formação.

Neste trabalho considerou-se também importante analisar que tipo de alterações esses indivíduos, estudantes e formados, consideram que sofreram após terem iniciado um curso de formação, nomeadamente no seu **modo de encarar o mundo**. Assim, foi possível verificar que para todos os entrevistados a frequência de um curso veio provocar um conjunto de alterações quer nas suas vidas de um modo geral, quer nas suas práticas, atitudes e comportamentos.

Os entrevistados consideram que adquiriram um conjunto de conhecimentos através do processo educativo que os ajudaram a perceber muitos assuntos, não só na área em que se encontram a formar como também na realidade social em geral, permitindo também alterações na sua forma de agir no meio social.

“Desde que comecei o curso que comecei a ter uma visão diferente do mundo. O facto de eu ter saído de STP também me ajudou bastante a alargar os meus horizontes ” (Entrev. 4).

Esses indivíduos reconhecem que estão mais atentos a determinadas situações, percebendo as coisas com maior abrangência, e já têm a capacidade de emitir opinião sobre esse assuntos.

“Eu creio que sim, que os cursos de Sociologia e Direito permitiram-me fazer perguntas com mais frequência, estar incomodado, reconhecer facilmente a injustiça, compreender a diferença. Permitiu-me ver a diferença e aceitar o outro mais facilmente.” (Entrev. 23).

O facto de ter saído de STP é também mencionado como uma mais-valia, já que permitiu conhecer novas realidades e uma visão mais alargada da mesma.

⁶ 63% dos formados que permanecem em Portugal. Ver Anexo 3, Quadro 6 (Profissão em Portugal).

Assim, de acordo com a análise já efectuada sobre os quadros são-tomenses, pode-se constatar que todos os conhecimentos adquiridos já produziram mudanças nas suas representações e visões do mundo. Mas além dessas alterações no modo de encarar o mundo é necessário que os conhecimentos adquiridos por esses indivíduos sejam também traduzidos em acções e comportamentos favoráveis ao desenvolvimento. Não basta apenas a aquisição de conhecimentos. É necessário que haja uma utilização desses conhecimentos de modo que tenham tradução em acções propiciadoras de mudanças significativas na sociedade.

Assim sendo, e de acordo com as concepções de vários autores citados, uma educação eficaz num processo de desenvolvimento é aquela que tem por objectivo aumentar a capacidade dos indivíduos para analisar a sua própria situação e desenvolver os seus próprios planos de acção para transformar a realidade em que se encontra inserido. O processo de educação, além da capacitação, deve conduzir também ao *empowerment* do indivíduo, no sentido da implementação de processos inovadores e sustentáveis de mudança e de melhoria da qualidade da sua vida e da sua comunidade.

Capítulo III

Recursos Humanos São-tomenses: Contributos para o Desenvolvimento

1. PERSPECTIVAS DE REGRESSO

Um dos principais objectivos dessa investigação é identificar qual poderá ser o contributo dos quadros são-tomenses para o desenvolvimento de STP. Considerou-se extremamente importante perceber quais as perspectivas desses indivíduos em regressar ao país no sentido de trabalhar em prol do desenvolvimento.

Assim, foi possível identificar três tipos de discursos relativamente à questão colocada quanto **as intenções de regressar ao país natal**: os que indicam que pretendem regressar a STP num futuro próximo, os que querem permanecer a longo prazo fora do seu país natal e, finalmente, os que ainda não definiram se regressam ou não a STP.

O grupo maioritário⁷ é composto por indivíduos que afirmam que têm intenções de regressar ao país assim que terminar o curso ou com maior brevidade possível. Estes entrevistados que, de um modo geral, pretendem regressar a STP alegam para o efeito o facto de já terem uma família constituída em STP e/ou a intenção de dar o contributo pessoal para o desenvolvimento de STP.

“Espero voltar porque eu acho que STP precisa do meu contributo pessoal.” (Entrev. 12).

Por outro lado, o facto de considerarem que em Portugal têm baixas possibilidades de inserção profissional e de progressão na vida constitui também outro elemento que favorece o desejo de regressar ao país natal.

“Penso eu que não terei um futuro risonho em Portugal. Eu prefiro mesmo acabar o meu curso e progredir a minha carreira no meu país” (Entrev. 15).

De salientar que dos 19 indivíduos que pretendem voltar para STP, 7 têm também intenções de prosseguir a sua carreira académica antes do regresso. Assim, os indivíduos que estão a frequentar ou frequentaram um curso profissional pretendem seguir uma licenciatura enquanto que os que, neste momento, estão a frequentar ou frequentaram uma licenciatura têm intenções de prosseguir um mestrado e só então regressar a STP. Constatou-se que são sobretudo os indivíduos das ciências sociais, mais do que das ciências exactas, os que mais tendem a prossecução dos estudos, nomeadamente a frequência de um mestrado uma vez que consideram que a obtenção desse grau permitirá maiores perspectivas no futuro. De notar que

⁷ 70% dos entrevistados. Ver Anexo 3, Quadro 3 (Perspectivas de regresso a STP).

uma das grandes vantagens que consideram que poderão vir a usufruir ao adquirir o grau de mestre é a possibilidade de exercer a docência no ensino superior em STP.

“Estou a terminar o mestrado, pois quero ter a possibilidade de dar aula no ensino superior” (Entrev. 18).

Trata-se de uma situação a louvar já que o país enfrenta grandes dificuldades a esse nível e a integração desses indivíduos na carreira docente do ensino superior poderá vir a contribuir para se suprir algumas dificuldades e limitações actuais.

Constatou-se também que o regresso a STP, para estes indivíduos, encontra-se apenas no plano das intenções, sendo que nenhum entrevistado, mesmo os formados que ainda permanecem em Portugal, apontou uma data definitiva para efectivar o regresso a STP.

Esta situação ocorre, principalmente porque estes indivíduos reconhecem que o país não reúne actualmente condições que possam favorecer a sua integração social e profissional a quando da sua chegada. Factores como a instabilidade política que frequentemente tem abalado o país e que interrompe e desorganiza grande parte das acções e estruturas institucionais e os baixos níveis de salários auferidos quando comparados com os de outros países, sobretudo os praticados em Portugal, constituem os principais factores que proporcionam aos quadros são-tomenses alguma hesitação para retornarem às ilhas. Um dos entrevistados salienta também que o regresso dos quadros ao país é encarado pelas pessoas que lá se encontram como uma ameaça, ou seja, pessoas com mais conhecimentos e competências que lhes podem facilmente retirar o cargo que actualmente ocupam.

Perante este cenário, esses indivíduos consideram que é importante, antes de voltar a STP, ter uma experiência profissional e obter informações detalhadas sobre a situação real do país, sobretudo no que se refere ao mercado de trabalho, de modo a fazerem face a todos os obstáculos que possam encontrar quando chegarem a STP, ponderando mesmo a possibilidade de poderem vir a exercer actividades numa área diferente da sua formação académica.

“Eu queria ir para STP com uma experiência. Não chegar lá e fazer experiências. Antes de ir para STP trabalhar, eu tenho que analisar quais são as minhas expectativas lá e perceber o que STP tem, o que se pode fazer lá. Não quero cair de pára-quadras em STP.

Eu queria ir com uma certa “bagagem” e isso já me daria uma margem de manobra” (Entrev. 9).

Enquanto não encontram as melhores condições para voltar a STP, os quadros são-tomenses têm permanecido em Portugal exercendo uma actividade profissional e adquirindo a nacionalidade portuguesa como mecanismos de integração na sociedade lusa ou investindo na progressão da carreira académica, ficando o retorno ao seu país apenas no plano das intenções.

O segundo tipo de discurso identificado sobre as perspectivas de regresso às ilhas foi proferido por um grupo de entrevistados⁸ que mencionou não pretender regressar ao seu país de origem num futuro próximo. São vários os factores apontados por estes indivíduos para tomarem essa decisão. Por um lado, têm a percepção de que existem fracas oportunidades de inserção e de desenvolvimento no mercado de trabalho de STP. Por outro lado, reconhecem que, devido aos anos que permaneceram fora do país, a realidade são-tomense lhes parece estranha, considerando que possuem poucas informações actualizadas sobre a real situação do país.

“Não vou para STP porque já sei que não vou ser valorizado devidamente pelo esforço que fiz durante esse tempo todo enquanto estive fora do país. STP não tem nada para nós, por isso não vale a pena eu voltar para lá” (Entrev. 26).

“Não vou para STP porque já sei que não vou ser valorizado devidamente pelo esforço que fiz durante esse tempo todo enquanto estive fora do país. STP não tem nada para nós, por isso não vale a pena eu voltar para lá. Por exemplo, uma pessoa pode ter vários projectos e planos de intervenção numa determinada área da sociedade, mas depois ninguém lhe dá oportunidades para pôr em prática as suas ideias. Ela faz o projecto e fica estagnada sem perspectivas de desenvolvimento. Ela esteve a estudar durante vários anos, pagar elevadas propinas para depois ir para um sítio “quadrado”, de onde dificilmente vai conseguir sair” (Entrev. 5).

“Há bem pouco tempo decidi não voltar para STP quando acabar o curso. Eu pretendo fazer a minha vida cá em Portugal. Em STP que vida terei quando acabar o curso? Em princípio conseguiria apenas ser professor e penso que teria poucas oportunidades para conseguir outro cargo” (Entrev. 10).

O facto de terem constituído família em Portugal e a ausência de apoios por parte do Estado são-tomense ao longo do curso, o que lhes dá a percepção de não dever nada ao país, são ainda factores que parecem condicionar o regresso desses jovens a STP.

“Embora seja um são-tomense com muito orgulho, eu não devo nada ao meu país. Sempre estudei por minha conta” (Entrev. 26).

De salientar que todos os entrevistados que afirmam não terem intenções de regressar a STP apresentam laços familiares bem constituídos em Portugal, sendo que alguns deles vieram de STP com a intenção de, além de estudar, se agregarem a familiares que já se encontravam em Portugal. Reconheceu-se também que essas pessoas não descartam totalmente a possibilidade de um dia regressarem ao país, caso surjam algumas condições para tal, sobretudo em termos profissionais, situação que neste momento não se verifica.

Finalmente, identificou-se ainda um terceiro tipo de discurso quanto às perspectivas de regresso ao país, extremamente marcado pela indecisão e incerteza. Os indivíduos⁹ com esse tipo de discurso encontram-se, portanto, indecisos e ainda não definiram se regressam ou não ao país. A actual situação mercado de trabalho português, caracterizada sobretudo como

⁸ 11% dos entrevistados. Ver Anexo 3, Quadro 3 (Perspectivas de regresso a STP).

⁹ 19% dos entrevistados. Ver Anexo 3, Quadro 3 (Perspectivas de regresso a STP).

sendo de estagnação, é factor que favorece esta indecisão de permanecer ou não em Portugal. Por outro lado, a percepção de que a inserção no mercado de trabalho de STP não será uma situação facilitada vem acentuar também essa incerteza e indecisão.

Verifica-se também o surgimento de novos pólos de atracção, como é o caso de Angola. A economia angolana mostra sinais de crescimento e parece capaz de absorver com alguma facilidade mão-de-obra de diversas áreas. Assim, dada a grande dificuldade de se enquadrar no mercado de trabalho Europeu, bem como as baixas oportunidades de inserção do mercado de STP, verifica-se uma tendência crescente entre esses jovens em considerar a possibilidade de ir trabalhar noutros países, sendo que Angola constitui actualmente um forte pólo de atracção para os jovens quadros são-tomenses.

“Nasci em Angola. Tenho toda a minha família materna lá e as propostas de trabalho são mais aliciantes que em STP” (Entrev. 18).

Este grupo de indivíduos que ainda não definiram se regressam ou não à STP encontram-se todos na situação de estudantes e possuem a nacionalidade portuguesa ou pensam a adquirir brevemente, sendo que ainda não traçaram qualquer plano ou estratégia de acção a desenvolver em STP caso venham a regressar ao seu país natal.

Ainda nesta parte do trabalho, foi possível constatar que dos 8 indivíduos formados que ainda permanecem em Portugal, 1 alega sobretudo motivos de ordem financeira, nomeadamente meios de pagamento da passagem aérea para STP e formas de sobrevivência durante os primeiros tempos em STP e outros 3 a intenção de dar prossecução à sua carreira académica como sendo os principais motivos para ainda não terem regressado à casa¹⁰. Estes últimos consideram que é extremamente importante o alcance de um nível superior em termos de formação de modo a terem um acesso mais facilitado ao mercado de trabalho de STP.

“Neste momento o único factor que me impede de regressar a STP é a minha condição financeira. Não há mais nada que me impeça de ir. Eu se pudesse regressar, regressava já hoje mas não tenho condições financeiras para isso. Portanto, assim que poder lá estarei, o mais breve possível” (Entrev. 23).

Os restantes 4 formados já exercem uma actividade profissional, na sua área de formação, e alegam o facto de possuírem algum medo e receio de abandonar as regalias já conquistadas em Portugal e regressar a STP onde, muito provavelmente, nunca terão a possibilidade de conquistar novamente tais condições.

“Não vou deixar o meu trabalho aqui para ir lá sem saber o que vou fazer. Depois, o que eu ganho aqui em Portugal sei que não vou ganhar lá. As facilidades que tenho em Portugal, dificilmente serão

¹⁰ Ver Anexo 3, Quadro 6 (Motivos para não ter regressado a STP)

as mesmas em STP. Por isso, enquanto tiver trabalho em Portugal, vou continuar aqui. Só se houver uma oportunidade para ir lá trabalhar com algumas condições poderei ir” (Entrev. 25).

Assim, foi possível identificar que tanto os formados de ensino profissional como de ensino superior alegam motivos de ordem financeira, a intenção de prosseguir os estudos ou o receio de perder regalias já conquistadas como principais motivos para permanecerem em Portugal. Apurou-se também que existem indivíduos formados¹¹ que exercem uma actividade profissional na sua área de formação, totalmente integrados no mercado de trabalho, encontrando-se largamente satisfeitos com as funções desempenhadas, ou seja, realizados profissionalmente. Neste grupo estão indivíduos que terminaram a sua formação e, mesmo tendo intenções de prosseguir nos estudos, actualmente apenas exercem a actividade profissional.

Os entrevistados que permanecem em Portugal e que exercem actividades pouco qualificadas e pouco relacionadas com a sua área de formação continuam todos eles a estudar no sentido de progredir nos estudos ou têm intenções de o fazer brevemente.

2. REPRESENTAÇÕES SOBRE STP

Já foi possível reconhecer que os estudantes e formados são-tomenses, aqui em análise, estão dotados de um conjunto de informações, de conhecimentos e com uma visão mais crítica e abrangente da realidade, capazes de desenvolver múltiplas acções para influenciar as formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos da sociedade. Sendo assim, e tendo em conta que um dos principais objectivos dessa investigação é compreender qual será o contributo desses jovens no processo de desenvolvimento de STP, nesta parte do trabalho, procurou-se perceber como é que os mesmos percebem a actual situação do país e que estratégias consideram importantes serem implementadas pela sociedade no sentido de se ultrapassar tais dificuldades e conduzir o país ao desenvolvimento. Adicionalmente, procurou-se perceber que estratégias de acção, mais individuais e personalizadas, estes indivíduos pensam vir a desenvolver com vista a introduzir mudanças significativas na sociedade.

Assim, ao analisar a forma como esses indivíduos avaliam a **situação actual de STP** nomeadamente no que se refere aos motivos que têm impedido o país de se desenvolver, foi possível identificar dois tipos de discursos. O primeiro deles, e o mais referido¹², diz respeito

¹¹ 63% dos formados que permanecem em Portugal. Ver Anexo 3, Quadro 6 (Profissão em Portugal).

¹² 85% dos entrevistados. Ver Anexo 3, Quadro 4 (Motivos para o não desenvolvimento de STP).

à instabilidade política que tem abalado frequentemente o país. Consequentemente, a coexistência da má gestão, do oportunismo, da corrupção e da satisfação exclusiva do interesse particular são considerados factores que têm atrasado todo o tipo de iniciativas orientadas para o desenvolvimento. Consideram que a mentalidade das pessoas, sobretudo dos governantes, está orientada para a satisfação dos seus próprios interesses em detrimento dos interesses da colectividade o que têm inviabilizado alterações significativas com vista ao desenvolvimento do país. Muito associado, a esta questão, os entrevistados fazem também referência ao não funcionamento das instituições e a fraca capacidade crítica das pessoas como factores que têm atrasado o país.

“Há muita relação de promiscuidade a todo nível em STP, político, social e na escola, a promiscuidade está no seu nível mais alto. Entre professores e alunos, não há uma separação entre quem é educador e que é educando” (Entrev. 9).

Por outro lado, um outro conjunto de entrevistados¹³ considera o facto dos recursos humanos não estarem a ser convenientemente aproveitados, como sendo o principal obstáculo ao desenvolvimento do país.

“Há alguma fraqueza de recursos humanos qualificados e bem preparados para levar a cabo o processo de desenvolvimento. STP apresenta muitas limitações em termos recursos humanos, sobretudo em certas áreas. Alguns recursos humanos que se podiam aproveitar, em grande parte, encontram-se fora do país. Por um lado, muito associada a questão de instabilidade política e a partidarização, não se aproveita convenientemente as competências técnicas dos quadros do país” (Entrev. 17).

Assim, há também uma convicção de que o país possui recursos humanos com competências mas estes não estão a ser convenientemente aproveitados, factor este condicionado pela não renovação dos postos de trabalho e pela fraca valorização dos jovens quadros.

Perante toda esta situação os entrevistados¹⁴ apontam como a principal **estratégia para o desenvolvimento de STP** o alcance da estabilidade governativa, já que consideram que só será possível atingir o desenvolvimento se houver continuidade dos programas e acções. As constantes interrupções atrasam toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento e reduzem a credibilidade dos investidores quer nacionais, quer internacionais.

“É preciso estabelecer a estabilidade governativa porque só com a estabilidade se consegue consolidar os esforços para o desenvolvimento. Porque a instabilidade perturba a acção governativa e o bom funcionamento da sociedade, a estabilidade político-governativa é a condição indispensável para se perspectivar o desenvolvimento de STP” (Entrev. 6).

Como vector para o alcance da estabilidade governativa, os quadros apontam a reformulação e aplicação de leis e regras que permitam maior justiça e igualdade de direitos entre os são-tomenses e corrijam o sistema actual onde os interesses colectivos e a justiça social são

¹³ 15% dos entrevistados. Idem.

¹⁴ Ver Anexo 3, Quadro 4 (Estratégias para o desenvolvimento de STP).

consecutivamente relegados para o segundo plano. Assim, alguns desses indivíduos, porque reconhecem que o sistema social não muda repentinamente, consideram que o reforço do sistema judicial é um passo importante no alcance da estabilidade governativa e da justiça social, elementos cruciais no processo de desenvolvimento de STP.

“Devemos investir seriamente na justiça porque sem justiça todos os outros sectores não funcionam convenientemente e a segurança nos negócios será uma miragem. Por outro lado, a justiça deve ter um papel crucial na resolução de conflitos entre os cidadãos, no combate à corrupção e na criação de uma sociedade mais justa e fraterna. Assim, serão garantidas a todos, as mínimas condições para viverem com dignidade” (Entrev. 23).

É também imprescindível nesse processo dar oportunidades aos jovens quadros de modo que todo o seu potencial, habilidades e competências sejam aproveitados convenientemente. Há que disponibilizar mais empregos de qualidade para esses indivíduos. Há que permitir uma maior abertura aos investimentos externos como forma de criar mais empregos com qualidade.

Dar prioridade a certas áreas também foi considerado importante pelos entrevistados. A educação, a saúde e o turismo são os sectores em que se deve colocar maior ênfase de modo a promover o progresso do país.

Quando questionados sobre as áreas de formação por eles consideradas necessárias e essenciais ao desenvolvimento, 13 entrevistados indicam que, dada a situação do país, todas as áreas são importantes para o processo de desenvolvimento.

Assim, está patente que na concepção destes quadros são-tomense o desenvolvimento não se faz só a partir de uma área mas sim do conjunto de áreas e dimensões.

No entanto, dadas as características do país, os restantes entrevistados apontam áreas mais específicas (educação, saúde, turismo, novas tecnologias) como sendo prioritárias no processo de desenvolvimento de STP.

É de salientar a extrema importância atribuída a educação nesse processo de desenvolvimento do país, percepção esta que é transversal e comum nos discursos dos entrevistados. Constatase também a noção de que a formação de quadros é sempre importante independentemente no seu enquadramento no mercado de trabalho.

Este reconhecimento da **importância crucial da educação** no processo de desenvolvimento de STP por parte desses quadros vem reafirmar a ideia defendida por muitos autores de que um dos principais obstáculos ao desenvolvimento numa região, e neste caso específico de STP, está relacionado com o baixo nível de desenvolvimento dos seus recursos humanos.

Deste modo, pode-se referir que estes indivíduos, tendo em conta a suas próprias experiências, nomeadamente as alterações que admitem que a frequência do curso veio provocar nos seus conhecimentos, capacidades e atitudes, reconhecem o valor imperativo da educação no processo de desenvolvimento. Assim, consideram que é importante apostar e valorizar a formação no país bem como a implementação da formação contínua de modo a favorecer a polivalência das funções.

Ao reconhecer a extrema importância da educação no processo de desenvolvimento de STP, a grande maioria dos entrevistados¹⁵ considera que os recursos humanos poderão constituir a “tábua de salvação” de STP, apesar de terem a noção de que a actual situação do país não parece favorecer o seu aproveitamento mais adequado.

“Eu não tenho dúvidas e a minha esperança no desenvolvimento de STP está nos quadros. Eu espero que, com o regresso desses quadros ao país, estes possam constituir uma massa crítica e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento de STP” (Entrev. 17).

Esses indivíduos consideram que STP não apresenta as melhores condições para acolher os novos quadros, pelo que é necessário criar um conjunto mecanismos para atrair os recursos humanos qualificados ao país. Estes mecanismos devem passar por propiciar aos jovens quadros maiores perspectivas de inserção e progressão profissional e maior reconhecimento e valorização do seu potencial, de modo que possam estar mais motivados a desempenhar com seriedade um conjunto de tarefas que possam ser condutoras ao progresso social.

Um outro grupo de entrevistados¹⁶, apesar de reconhecer o alto potencial dos recursos humanos no desenvolvimento de STP, não rejeita a possibilidade de estes não contribuírem para uma mudança significativa da sociedade são-tomense, uma vez que dada a actual situação do país de elevada escassez de recursos, esses indivíduos tenderão a priorizar a luta pela satisfação dos seus próprios interesses. Por outro lado, as fracas oportunidades de inserção profissional, a elevada taxa de desemprego, a preponderância do emprego público, a instabilidade e precariedade laboral associada a instabilidade política constituem também factores que poderão determinar a ocorrência desta situação.

Neste sentido, de facto, podem ocorrer situações em que os indivíduos façam uso das competências adquiridas através da educação para desenvolver acções que beneficiem apenas os seus interesses pessoais sem que haja tradução em benefícios para a sociedade no seu todo. Os contextos sociais caracterizados por grande escassez de recursos podem favorecer a ocorrência desta situação. Assim, em determinadas situações, a formação e educação podem

¹⁵ 85% dos entrevistados. Ver Anexo 3, Quadro 4 (Papel dos quadros no desenvolvimento).

¹⁶ 15% dos entrevistados. Idem.

ser encaradas apenas como instrumentos que permitem uma apropriação mais facilitada dos poucos recursos existentes. Os investimentos feitos na educação, neste sentido, permitem quase exclusivamente retornos individuais, não contribuindo para a mudança e o desenvolvimento da sociedade.

Deste modo, é importante que se crie em STP uma cultura de responsabilidade social. É necessário promover, entre os jovens quadros, a noção de que é extremamente indispensável que as competências e os saberes que adquiriram através da educação sejam convertidos não apenas em acções que visam a satisfação dos seus próprios interesses pessoais, mas que provoquem também alterações substanciais na sociedade em que estão inseridos.

3. PLANOS E ACÇÕES A IMPLEMENTAREM EM STP

Nesta investigação, considerou-se que as acções que os indivíduos pretendem desenvolver no futuro, já com a formação concluída, constituem meios para se apurar os retornos individuais e sociais dos investimentos na educação. Assim, foi colocada uma questão a fim de se perceber que tipo de planos, projectos e acções esses indivíduos pretendem desenvolver no futuro em STP no sentido de fazerem uso dos conhecimentos e competências adquiridas ao longo da formação.

Constatou-se que a maioria dos entrevistados¹⁷ tem **planos e ideias** para serem implementados em STP sendo que quase todos se enquadram em projectos de natureza social, nomeadamente, o associativismo, empreendedorismo, apoio social e ajuda aos mais desfavorecidos, de modo que possam colocar em prática os conhecimentos adquiridos e dar o seu contributo pessoal na mudança social e desenvolvimento das ilhas. Alguns entrevistados têm mesmo a intenção de desenvolver acções orientadas para a mudança de mentalidade e atitudes e para o despertar da população para a discussão e reconhecimento dos seus direitos e deveres, já que consideram que se trata de um grave problema actual. É necessária uma mudança de mentalidades e de atitude em STP, potencializando os recursos e valores internos do país e, simultaneamente, despertando as pessoas para o exercício da cidadania.

Foi possível identificar ainda no discurso de alguns entrevistados a necessidade de labutar no sentido de criar postos de trabalho, tendo como objectivo ajudar o desenvolvimento da economia do país.

¹⁷ 67% dos entrevistados. Ver Anexo 3, Quadro 5 (Projectos para STP).

“Gostaria de desenvolver um projecto na área da agricultura visto que fiz formação profissional nesta área. Quero criar um projecto de modo a gerar postos de trabalhos e poder também ajudar a economia de STP” (Entrev. 11).

Assim sendo, de acordo com os discursos destes indivíduos, estes estão incentivados a dedicar-se a actividades que possibilitem partilhar os seus conhecimentos, actuar de forma responsável para uma mudança de mentalidade e para o crescimento económico e social do país. Estes jovens constituem, por isso, uma mais-valia para o desenvolvimento de STP.

De notar também que na nova concepção de desenvolvimento, os actores locais e suas experiências são bastante valorizados, uma vez que é a partir deles que se deve centrar todo o processo que tem como fim último, a tentativa constante de mudança de atitudes, implementando estratégias com vista à resolução dos seus problemas.

Aqui há que referir o processo de “des-envolvimento” referido por Amaro por analogia a uma semente que lançada à terra e envolvida por esta, realiza “um processo esforçado de desenvolvimento, rompendo com os obstáculos (pedras, terra endurecida, ervas daninhas, etc.), até se libertar para o exterior, tornando-se planta, flor e/ou fruto, de acordo com as suas potencialidades, atingindo a sua realização nos centímetros ou metros que alcançar e nos gramas e quilos que pesar (dimensões quantitativas), mas também na sua estética, aroma e sabor (qualitativas)” (Amaro, 2004, 66).

Assim, este processo resulta sobretudo da força, vontade e potencialidade individual e cabe ao própria pessoa libertar-se e alcançar a sua própria realização. Tem que ser o próprio indivíduo a criar os seus próprios mecanismos para alcançar os seus próprios objectivos e autonomia. As pessoas estão no cerne das próprias intervenções. Nesta perspectiva, as acções são iniciadas pelas próprias populações dando lugares a processos democráticos e permitindo às pessoas obterem maiores benefícios do desenvolvimento. Trata-se de um processo que se desenrola ao longo do tempo em que as pessoas participam activamente e são elas próprias que geram ideias e põem em uso as suas capacidades mentais. É um processo propiciador do *empowerment*, isto é, que possibilita às pessoas determinarem o modo e o sentido da sua vida. Amaro reconhece ainda a extrema importância do agricultor (“animador do desenvolvimento”) como auxiliador do “des-envolvimento” da semente.

Tal como o agricultor que rega, alimenta e cuida da semente até esta se tornar planta (Amaro, 2004, 66), existem alguns actores como são, por exemplo, os recursos humanos locais qualificados e os agentes externos e/ou internacionais que podem ser imprescindíveis na dinamização e auxílio do “des-envolvimento” das populações locais.

Os recursos humanos são-tomenses são constituídos por indivíduos que possuem conhecimentos específicos adquiridos através da formação escolar, ao mesmo tempo que conhecem a realidade local do país, o contexto em que vivem as pessoas, suas necessidades e dificuldades, suas aspirações, conhecimentos bastante valiosos para o processo de mudança que se pretende. Assim, além dos conhecimentos adquiridos por via escolar, são também conhecedores do seu meio ambiente, através da herança familiar, histórica, cultural e social, acumulados através da experiência e experimentação contínuas. Estes indivíduos estão mais aptos para identificar as necessidades e problemas que os afectam a si e a sociedade de STP no seu todo e para dar o seu contributo para a promoção da sua satisfação e resolução.

Assim, os recursos humanos são-tomense aqui em análise, mais do que os outros actores locais que não tiveram a possibilidade de adquirir mais conhecimentos ao nível académico e mais do que qualquer técnico externo e/ou internacional que têm poucos conhecimentos sobre as realidades locais, encontram-se numa condição privilegiada para desenvolver acções com vista ao desenvolvimento.

Face a esta situação, é fundamental que os recursos humanos são-tomenses assumam o papel de “animadores do des-envolvimento” das populações locais. Estes indivíduos têm a importante tarefa de inverter a inércia e a incapacidade de auto-organização dessas populações locais, sobretudo dos grupos mais carenciados de informação e de contextos espaciais mais periféricos. Esta animação deve consistir em facultar aos actores locais um conjunto de instrumentos, tais como o acesso a informação, a estimulação do espírito empreendedor e da participação local, reforçar a sua capacidade de intervenção na criação e gestão de recursos e promover a satisfação das suas necessidades e a sua auto-realização.

De salientar que a comunidade internacional também tem um importante papel a desempenhar neste processo, já que são possuidores de um conjunto de conhecimentos, experiências, meios financeiros, recursos e técnicas que, conjugados com os recursos e as potencialidades endógenas, podem facilitar e animar o “des-envolvimento” das gentes locais. Segundo o PNUD, a ajuda internacional é uma das armas mais eficazes na guerra contra a pobreza (PNUD, 2005). Daí que a cooperação, o trabalho em parceria, a troca de experiências e a partilha de conhecimentos entre os agentes internos e externos reveste-se de grande importância neste processo.

A **participação política**, por sua vez, é encarada como uma forma de aumentar a capacidade de mobilização e de pressão política, bem como de controlo de recursos públicos, garantindo

mecanismos para a partilha do poder de decisão. É assim, uma forma de participação activa nos assuntos que dizem directamente respeito à sociedade em que se está inserido, pelo que os actores políticos são também agentes de transformação social.

Assim, procurou-se perceber as intenções desses jovens qualificados em integrar no futuro a carreira política e, em caso positivo, perceber as motivações que poderiam estar associada a essa intenção.

Alguns entrevistados¹⁸ reconhecem a importância da política na mudança do país e, por isso, aspiram seguir uma carreira política e ter uma participação activa na sociedade.

“Não quero entrar na política para ser ministro mas, sim, para ter uma participação activa na sociedade. Posso participar numa reunião, fazer parte de um conselho. Assim, também vou aprendendo mais” (Entrev. 15).

De salientar ainda que foram também identificados alguns entrevistados que indicam que não pretendem integrar a política mas consideram que poderão fazê-lo, apenas no caso de tal acção ser necessária e indispensável no processo de desenvolvimento do país.

“É sempre bom dar o nosso contributo para o país. Isto, sim, é o mais importante. Se prestar política por um meio para contribuir para o desenvolvimento do país, é claro que serei político um dia” (Entrev. 14).

Na nova concepção de desenvolvimento é atribuída aos indivíduos a capacidade e a possibilidade de escolher os mecanismos e estratégias para produzir mudanças significativas no seu dia-a-dia e na sua sociedade para que possam ser agentes prioritários e por excelência do processo desenvolvimento, pelo que é colocada grande ênfase na participação e na cidadania.

A participação política dos jovens qualificados são-tomenses é, sem dúvida, uma forma de estes se envolverem nos assuntos que lhes dizem directamente respeito; através de múltiplas acções poderão garantir a partilha do poder de decisão e maior eficiência das políticas públicas.

Deste modo, e tendo por base as ideias de Oakley (1991), a participação política desses quadros são-tomenses traduzir-se-á, sem duvida, em vantagens no processo de transformação social da sociedade no seu todo, já que terão voz neste processo, contribuindo com os seus recursos, conhecimentos e capacidades, permitindo maior eficiência e sustentabilidade ao processo de desenvolvimento, conduzindo ao *empowerment*.

¹⁸ 33% dos entrevistados. Ver Anexo 3, Quadro 5 (Intenção de seguir a carreira política).

De referir também que foi possível identificar um entrevistado que aponta motivos puramente instrumentais para singrar na política, nomeadamente o facto de esta ser uma forma para ganhar dinheiro.

“Sem dúvida que quero ter uma carreira politica. Eu penso que a maioria das pessoas se integram na política porque ser político dá dinheiro e consegue-se safar usando este meio. Mas para mim, esse não é o único motivo para eu querer seguir a política. Acho que essencialmente quero integrar na política porque eu gosto e porque me sinto bem em fazer politica.

E depois, sim, porque qualquer político em STP, como em Africa no geral, tem grandes possibilidades de subir na vida. Alias, ser político é um estatuto social em STP e isso revela muita coisa. Ser político dá dinheiro” (Entrev. 23).

O processo de transformação social, enquanto resultado da participação política dos recursos humanos, só será possível caso esses actores sociais estejam conscientes de que é importante fazer um aproveitamento da política, não direccionada apenas para a própria realização pessoal, mas acima de tudo dirigida para a satisfação dos interesses do colectivo.

O grupo de entrevistados¹⁹ que alega não ter intenções de fazer parte da política em STP tomou essa decisão tendo por base a concepção de não possuir um perfil político e a percepção de que a política não lhes vai trazer nada de novo, sendo possível dar sua contribuição para o desenvolvimento do país sem ser através da participação política. Para este grupo de pessoas a política que se pratica em STP não é a mais correcta e justa.

“Não me estou a ver a fazer politica, porque em STP não há política. Há inveja, há preconceitos e isto não é política” (Entrev. 9).

De um modo geral, conclui-se que só a participação política não garante um processo de transformação social traduzido em melhoria das condições de vida das populações. É necessário, que a acção dos actores políticos esteja orientada para a resolução dos problemas da sociedade no seu todo e não apenas para a satisfação dos interesses pessoais.

Deste modo, uma educação para o desenvolvimento, além de promover uma acção activa dos indivíduos no seio da sua comunidade, deve promover também uma mentalidade de responsabilidade social que passa pela promoção de uma atitude menos autocentrada, menos individualista e consumista. Assim, deve incentivar e orientar os indivíduos para se dedicarem a uma actividade social, que lhes possibilite partilhar os conhecimentos adquiridos, actuando de forma responsável para uma mudança de mentalidade e transformação social. Trata-se de uma educação que habilita os indivíduos a criar e construir algo de forma inovadora e sustentável para o bem-estar da sociedade.

¹⁹ 67% dos entrevistados. Ver Anexo 3, Quadro 5 (Intenção de seguir a carreira política).

Assim, uma educação para o desenvolvimento é aquela que, além de proporcionar aos indivíduos o desejo de realização pessoal por meio de aquisição de benefícios pessoais, propicia também o desejo de resolver problemas sociais e introduzir mudanças na sociedade em que se encontra inserido.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Esta parte do trabalho pretende salientar as principais conclusões da investigação e, a partir destas, fazer algumas considerações e balanço final.

Relativamente à hipótese colocada no início da investigação, segundo a qual os recursos humanos são-tomenses procuram uma integração na sociedade portuguesa, através do exercício de uma actividade profissional e da aquisição da nacionalidade portuguesa, enquanto não são reunidas as condições para a efectivação do seu regresso a STP, confirmou-se que de facto os entrevistados, na sua grande maioria, mostram o desejo e intenções de regressar ao seu país, mas existem alguns condicionalismos que os têm oferecido uma certa hesitação em efectivar esta acção. Assim, os quadros são-tomenses vão permanecendo em Portugal e adiam, consecutivamente, o regresso ao seu país natal. Esta situação ocorre, principalmente porque estes indivíduos reconhecem que STP não reúne actualmente condições que possam favorecer a sua integração social e profissional aquando da sua chegada.

A instabilidade política, que frequentemente tem abalado o país e que interrompe e desorganiza grande parte das acções e estruturas institucionais, e a fraca oportunidade de inserção profissional em STP, associado aos baixos níveis de salários auferidos quando comparados com os de outros países, sobretudo os praticados em Portugal, constituem os principais factores que justificam a hesitação dos recursos humanos são-tomenses em regressar às ilhas. Consideram que a constante instabilidade política e, a ela associada, a coexistência do oportunismo, da corrupção e a busca exclusiva da satisfação do interesse particular em detrimento dos interesses da colectividade são os factores que têm atrasado todo o tipo de iniciativas de desenvolvimento. Pensam também que, apesar da existência de recursos humanos, estes não estão a ser convenientemente aproveitados, quer porque lhes são atribuídas poucas oportunidades de inserção e de progressão profissional, quer devido a

tendência para o partidarismo que afecta as acções desses indivíduos, impossibilitando um desempenho profissional eficaz.

Perante esta situação, os recursos humanos são-tomenses em Portugal, porque não encontram as melhores condições para retornar a STP, têm permanecido em Portugal exercendo uma actividade profissional e adquirindo a nacionalidade portuguesa como mecanismos de integração na sociedade lusa.

Constatou-se também que a intenção de dar seguimento aos estudos, ou seja a obtenção de graus académicos mais elevados é outro mecanismo utilizado pelos recursos humanos são-tomenses para permanecerem em Portugal e adiarem o regresso a STP.

Apurou-se que existem indivíduos formados que exercem uma actividade profissional na sua área de formação, totalmente integrados no mercado de trabalho português, encontrando-se largamente satisfeitos com as funções desempenhadas, ou seja, realizados profissionalmente. Estes indivíduos apenas exercem uma actividade profissional e alegam o facto de possuírem algum medo e receio de abandonar as regalias já conquistadas em Portugal e regressar a STP onde, muito provavelmente, nunca terão a possibilidade de adquirir novamente tais condições. De salientar também que os entrevistados formados que permanecem em Portugal e que exercem actividades pouco qualificadas e pouco relacionadas com a sua área de formação continuam todos eles a estudar no sentido de progredir nos estudos ou têm intenções de o fazer brevemente.

Verificou-se que a aquisição da segunda nacionalidade constitui para estes indivíduos uma mais-valia para obtenção de algumas vantagens e regalias na sociedade portuguesa, embora consideram que a sua identidade continuou e será sempre a são-tomense.

Deste modo, conclui-se que existe uma aparente contradição entre o discurso e a prática dos recursos humanos são-tomenses em Portugal que, por um lado, indicam que pretendem regressar a STP, mas, por outro, têm utilizado mecanismos no sentido da sua integração na sociedade portuguesa. Assim, o regresso a STP tem ficado apenas no plano das intenções, pelo que adiam, consecutivamente, o retorno ao seu país natal.

Certificou-se também que, de acordo com a segunda hipótese levantada, os objectivos e acções que os recursos humanos esperam alcançar futuramente em STP, caso regressem ao seu país natal, reverterão não apenas em benefícios individuais como também em benefícios sociais, sendo, por isso, favoráveis ao processo de desenvolvimento de STP.

A prossecução dos estudos para estes jovens é encarada, por um lado, e principalmente, como um meio para atingir certos objectivos e sonhos, que passa muito pela possibilidade de aquisição de melhor emprego e, conseqüentemente, maior oportunidade de progressão na carreira, de auferir melhores salários (receber mais dinheiro), ter melhores condições de vida no futuro e gozar de certo reconhecimento social. Por outro lado, a aquisição de conhecimentos, por meio da formação, constitui também um meio útil para contribuir para o desenvolvimento do país.

Foi reconhecido o papel fundamental dos recursos humanos são-tomenses na animação do processo de desenvolvimento de STP, devido aos conhecimentos e habilidades de que são portadores.

Estes indivíduos consideram que as estratégias de desenvolvimento do país devem passar pela afirmação da estabilidade político-governativa e por um melhor aproveitamento dos recursos humanos, associados a maiores investimentos em certas áreas prioritárias como a educação, o turismo e a saúde. Reconhecem também a extrema importância da educação no processo de desenvolvimento do país, percepção esta que é transversal e comum aos discursos dos entrevistados. A educação é encarada como uma das áreas prioritárias no desenvolvimento dado o seu papel na transformação da mentalidade das pessoas e, conseqüentemente, na transformação da sociedade.

Verificou-se que alguns desses indivíduos que pensam regressar ao país têm intenções de se dedicarem a uma actividade de âmbito social, quer através do associativismo, quer através do empreendedorismo, que possibilite a partilha de conhecimentos, actuar de forma responsável para uma mudança de mentalidades e transformação social. A intenção de enveredar pela carreira política tem também por base a vontade de participar de forma activa nos assuntos sociais e contribuir para o desenvolvimento do país. Apesar disso, houve quem indicasse que pretende seguir a política por motivo puramente instrumental, nomeadamente o facto de esta ser uma forma para ganhar dinheiro.

Constatou-se que as acções que os recursos humanos são-tomenses esperam desenvolver futuramente reverterão tanto em benefícios individuais como também em benefícios sociais e estes têm um papel crucial de animação do processo de desenvolvimento de STP.

Relembrando as perspectivas de vários teóricos, concluiu-se que uma educação eficaz num processo de desenvolvimento não é aquela que faculta ao homem apenas a acumulação de conhecimentos mas também a capacidade de reflexão acerca da sua própria condição de

existência, que o incentiva a uma acção participativa, critica e criativa no seu meio no sentido de induzir mudanças significativas e constantes na sociedade em que se encontra inserido.

Assim, uma educação para o desenvolvimento deve ser geradora de acção, facultando aos homens a capacidade de reflectirem e agirem proactivamente sobre si próprios, sobre o seu comportamento social e sobre o meio em que vivem. Esta acção não deve beneficiar e satisfazer apenas os interesses individuais, mas deve estar impregnada de responsabilidade social e orientada para o colectivo, de modo que possa conduzir a alterações substanciais e sustentáveis quer da condição de vida do seu actor, quer das condições de vida da sociedade em que este se encontra inserido.

Deste modo, de acordo com as análises efectuadas, chegou-se à conclusão que se pode avaliar a relação entre a educação e o desenvolvimento e caracterizar os formados tendo em conta duas dimensões: a predisposição para a acção e o objectivo da acção.

No que se refere à predisposição para a acção os formados podem optar por uma atitude de passividade ou de acção, colocando ou não em prática os conhecimentos acumulados através do processo de educação.

Quando optam por uma atitude de acção, estes indivíduos podem desenvolver actos com o objectivo de satisfazer os seus interesses pessoais (individualismo) ou de resolver os problemas sociais e introduzir mudanças significativas na sociedade (responsabilidade social). A partir da combinação desses elementos é possível identificar três tipos de indivíduos gerados pelo processo educacional: o formado passivo, o formado activo individualista e o formado activo com responsabilidade social.

O formado passivo, apesar de ter consciência que a situação socio-económica da sua sociedade não é a mais favorável, não está muito preocupado em desenvolver acções com vista a alteração desta situação, por considerar que se trata de uma responsabilidade que cabe aos outros. A educação neste sentido não habilitou o indivíduo para uma participação social activa, sendo que os conhecimentos adquiridos servem sobretudo para o desempenho de actividades de âmbito profissional, tarefas estas esboçadas por outros e que o indivíduo limita a executar. Este indivíduo procede apenas com vista a satisfação das suas necessidades, não estando muito preocupado em desenvolver acções orientadas para a alteração quer da sua condição de vida, quer da sociedade em que se insere.

Por sua vez, o formado activo individualista é aquele que pretende ter uma participação social bastante activa mas apenas com o objectivo de ganhar dinheiro. O seu principal objectivo é

obter benefícios pessoais a qualquer custo, independente das consequências sociais. Dada a escassez de recursos da sociedade em que se encontra inserido, considera que já não existem soluções para a crise social e, sendo assim, tenta a todo custo apropriar-se dos poucos recursos disponíveis, quer através do exercício de uma actividade profissional na função pública, quer enveredando pela política. A sua acção tem por base uma atitude auto-centrada, individualista e consumista.

Este tipo de acções têm sido apontadas como uma das principais causas para a instabilidade política e para a corrupção nos países “subdesenvolvidos”, inviabilizando qualquer iniciativa com vista ao desenvolvimento.

Finalmente, o formado activo e com responsabilidade social é aquele que tem a consciência da situação socio-económica da sua sociedade e, por isso, mostra preocupação em desenvolver acções orientadas para a sua melhoria. Pensa que tem o dever e a responsabilidade na projecção de uma sociedade melhor e, por isso, tem uma participação social activa com o objectivo último de proporcionar uma transformação social. Este indivíduo, apesar de ter interesses e ambições pessoais para satisfazer, tem a busca do bem-estar social como a principal directriz de toda a sua acção. Neste processo o indivíduo, mesmo não tendo recursos económicos para encetar tais acções, utiliza os grandes recursos que possui, os conhecimentos, competência e habilidades adquiridos através da educação, para transformar a sociedade em que se encontra inserido. A educação, neste sentido, tem impactos positivos na sociedade já que habilitou o indivíduo a desenvolver múltiplas iniciativas a partir de praticamente nada (com poucos ou nenhuns recursos económicos), quer através de acções como o associativismo, do empreendedorismo, quer através da criação do auto-emprego e do emprego privado, por exemplo.

Dessa análise pode-se concluir que os benefícios da educação, em termos sociais, nem sempre são positivos, ocorrendo situações em que apenas o indivíduo recebe benefícios com os investimentos feitos na educação. Neste caso, os conhecimentos e competências adquiridos através da educação não revertem em benefícios para a sociedade no seu todo, mas apenas em benefícios para o indivíduo, não contribuindo para o desenvolvimento. Uma educação propiciadora de desenvolvimento é aquela que tem a capacidade de formar indivíduos activos e com responsabilidade social, capazes de desenvolver acções que, além produzirem benefícios e retornos individuais, produzem também impactos sociais positivos, traduzidos em transformações e alterações no meio social.

Constatou-se também nesta investigação que, não obstante, o sector de educação constituir uma das preocupações dos sucessivos governos, mediante criação e implementação de reformas educativas, o Sistema de Educação de STP se tem mostrado incapaz de oferecer um ensino abrangente e de qualidade, destacando-se uma insuficiente rede escolar para as necessidades educativas fundamentais, alta taxa de repetência e de abandono escolar, escassez de material didáctico, reduzido número de docente e a sua fraca qualificação em todos os níveis de ensino.

Assim, o principal motivo que levou esses jovens são-tomense, aqui em análise, a saírem de STP foi a intenção de dar continuidade aos estudos e alargar os conhecimentos, dada a fraca oferta e qualidade do ensino do país e a grande dificuldade de inserção em termos profissionais após o término do ensino secundário. Além das dificuldades relacionadas como a integração e a adaptação, os problemas económicos são apontados como as principais dificuldades que têm enfrentado ou que enfrentaram enquanto estudantes em Portugal.

Após esta análise podem indicar-se as principais conclusões a que se chegou nesta investigação.

A primeira grande conclusão é que o problema de “fuga de quadros” está intimamente relacionado com a fraca oportunidade de inserção profissional dos jovens qualificados em STP. A preponderância do emprego público, a elevada taxa de desemprego, os baixos salários auferidos e a instabilidade laboral, associada a instabilidade política e o facciosismo político dos postos de trabalho são factores que podem explicar essa baixa perspectiva de inserção profissional, favoráveis ao não retorno dos recursos humanos ao seu país, mesmo após o término da formação. Face a esta situação esses jovens, apesar de terem intenções de regressar a STP, vão permanecendo no estrangeiro e adiam conseqüentemente o retorno ao seu país natal.

A outra conclusão a que se chegou é que os recursos humanos são-tomenses têm um papel fundamental na animação do processo de desenvolvimento de STP e, caso regressem ao seu país natal, poderão implementar acções que reverterão tanto em benefícios individuais como sociais. Ficaram, assim, visíveis as reais potencialidades dos recursos humanos são-tomenses em Portugal e a sua importância no processo de desenvolvimento de STP.

Assim, é urgente a criação de mecanismos que possam atrair e incentivar o retorno dos recursos humanos qualificados ao país e aproveitar todas as competências e saberes de que são portadores para a dinamização do processo de desenvolvimento de STP. Dada a notável

incapacidade do mercado de trabalho de STP em absorver esses jovens quadros, há que investir em acções empreendedoras e tirar partido das competências e habilidades desses recursos humanos são-tomenses.

A criação do seu próprio posto de trabalho ou de microempresas (auto-emprego) constituem formas de ultrapassar as barreiras de acesso ao mercado de trabalho. Podem constituir um método útil para o aproveitamento de competências técnicas, para a inserção profissional, para a valorização dos jovens quadros e para a dinamização da economia local, quer através da criação de novas actividades, quer através do aproveitamento de nichos do mercado mal explorados.

É fundamental gerar nos jovens quadros são-tomenses o espírito empreendedor, disponibilizando-lhes condições e oportunidades do exercício de uma profissão num projecto próprio. Seria uma forma de atracção, mobilização, valorização e aproveitamento dos recursos humanos qualificados para a dinamização do processo de desenvolvimento de STP, contrariando a tendência de permanência no estrangeiro, finda a formação.

O desenvolvimento de uma cultura empreendedora terá que passar por uma clara aposta em iniciativas legislativas, no aumento de incentivos à criação do auto-emprego, na redução dos procedimentos burocráticos, na facilitação do acesso a serviços de crédito e de consultoria em gestão empresarial, inovação tecnológica, comercialização e pela assinatura de acordos, pactos, planos, projectos e agendas com os jovens quadros. É também importante a constituição de espaços de “estímulo de ideias”, de partilha de informação e de experiências, de apoio e acompanhamento das acções já desenvolvidas no sentido de propiciar a criação de actividades e negócios bem estruturados e auto-sustentados.

Urge em STP um sistema de ensino mais abrangente e de qualidade e mais qualificante, capaz de formar indivíduos activos e aptos a implementar múltiplas acções e processos inovadores e sustentáveis de mudança e de melhoria da sua condição de vida e da comunidade. É necessário estimular nos alunos o espírito crítico e empreendedor, ou seja, dotá-los de meios que reforcem a sua capacidade de participação e de intervenção activa na sua sociedade, promovendo simultaneamente a sua auto-realização.

É também importante haver uma maior sistematização de informação em termos estatísticos sobre os recursos humanos são-tomenses no estrangeiro de modo a se poder conhecer melhor esta população e encontrar os mecanismos mais eficazes de incentivo ao seu retorno. De facto uma das limitações encontradas nesta investigação foi a ausência de dados estatísticos

detalhados e fiáveis relativos aos estudantes são-tomenses em Portugal, dos que estão formados e ainda permanecem em Portugal e dos que regressaram após a formação. Este trabalho seria valorizado com uma análise mais aprofundada destes dados estatísticos.

Reconheceu-se também que algumas questões tratadas nesta investigação poderiam ter sido mais aprofundadas, nomeadamente as relacionadas com a predisposição para a participação e acção, já que as conclusões aqui sublinhadas foram baseadas exclusivamente nos discursos e intenções de acções futuras que esses jovens esperam desenvolver. Para dar maior sustentabilidade ao estudo, teria sido também interessante e importante analisar as acções desenvolvidas pelos recursos humanos que já se encontram em STP.

Assim, como pistas para novas investigações, podem indicar-se questões relacionadas com o enquadramento profissional dos quadros são-tomenses que já regressaram ao país, com as dificuldades encontradas e com a análise das acções que estão a desenvolver actualmente no sentido de estimular uma transformação social ou no sentido da acomodação, inércia e reprodução da ordem social existente.

Em jeito de conclusão, importa salientar que é urgente dotar o Sistema de Educação de STP de mais qualidade e criar uma cultura empreendedora no país de modo a transformar os jovens são-tomenses em autênticos promotores do processo de desenvolvimento de STP.

BIBLIOGRAFIA

Abdi, Ali (2002), *Culture, Education, and Development in South Africa: historical and contemporary perspectives*, London, Bergin & Garvey.

Abreu, Alcides, Abreu, Márcia (1984), *Educação: Prioridade Nacional*, Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.

Amaro, Rogério Roque (2004), “Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou Renovado? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, Nº 4, Lisboa.

Arocena, José (1986), *Le Développement Par L’Initiative Local, Le Caa Français*, Paris, Editions L’Harmattan.

Becker, G. (1964), *Human Capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*, Chicago, The University of Chicago Press.

Bils, Mark and Peter J. Klenow (2000) “Does Schooling Cause Growth?” *American Economic Review*, 90(5), 1160-1208.

Bourdieu, Pierre (sd), *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*, Lisboa, Editorial Vega.

BOWLES, S.; GINTIS, H. (1975) “The Problem with Human Capital Theory: a marxian critique”, *American Economic Review*, V. 65, Nº 2.

Brito, Brígida (1997), *A importância dos Sistemas Participativos no Desenvolvimento Local da Guiné-bissau*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.

Cardoso, Maria Manuela (2006), *Importância da Criação de Infra-estruturas e da Formação de Recursos Humanos no Desenvolvimento: os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, Tese de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, Lisboa, ISCTE.

Cardoso, Maria Manuela (2007), *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Educação e Infra-estruturas como Factores de Desenvolvimento*, Porto, Afrontamento.

Caetano, António, Vala, Jorge (2002), *Gestão de Recursos Humanos – contextos, processos e técnicas*, Lisboa, Editora RH.

Canário, Rui (2000), *Educação de Adultos – um campo e uma problemática*, Lisboa, Enefa.

Fagerlind, Ingemar, Lawrence, J. Saha (1989), *Education & Nacional Development: A Comparative Perspective*, 2 edição, Oxford, Pergamon Press.

Friedmann, Jonh (1996), *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editores.

Freire, Paulo (1969), *Educação como Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Freire, Paulo (1975), *A Pedagogia do Oprimido*, Porto, Afrontamento.

Ghai, Dharam (1990) “Participatory Development: Some Perspectives from Grass-Roots Experiences” em K. Griffin, J. Knight (org) *Human Development and Internacional Strategy for the 1990's*, London, Macmillan Press.

Harbison, Frederick, Myers, Charles (1964), *Educação, Mão-de-obra e Crescimento Económico*, Lisboa, Editora Fundo da Cultura.

Heimer, Franz-Wilhelm (1990), “Educação e Desenvolvimento em Africa: O Papel Problemático das Teoria”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Nº 12 e 13 IICT, Lisboa.

INESTP (2006), *São Tomé e Príncipe em Números – 2006*, Direcção de Estatísticas, República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Jesus, António (2005) *O Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Cabo Verde: a formação profissional no quadro dos pressupostos de desenvolvimento*, Tese de Mestrado em Estudos Africanos, Desenvolvimento Social e Económico em África: análise e gestão, Lisboa, ISCTE.

Khumbanyiwa Andy (2004), *Better Days around the Corner: restoration of hope, self-confidence and the desire to succeed*, Zomba, Kachere Series.

Krueger, A. and M. Lindahl (2001) “Education for Growth: Why and for Whom?” *Journal of Economic Literature*, 39, 1101-36.

Kwesiga, Joy (2002), *Women's access to higher education in Africa: Uganda's experience*, Kampala, Fountain Publishers.

Martelo, António (2005), *A Cooperação Portugal/São Tomé e Príncipe na área da educação e ensino (1975-2005)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Lisboa ISCTE.

Milando, João (2003), *O Desenvolvimento Participativo em Contextos Institucionais Adversos. Aspectos Africanos*, Tese de doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE.

Mincer, Jacob (1962) “On-the-Job Training: Costs, Returns, and Some Implications”, *Journal of Political Economy*, 62, 50-79.

Nsamenang, A. Bame (2004), *Cultures of Human Development and Education: challenge to growing up African*, New York, Nova Science Publishers.

Oakley, Peter *et al* (1991), *Projectcts with People – The Praticce of Participation in Rural development*, Geneva, Internacional Labour Office.

OCDE (1998), *Human Capital Investment: A Internacional Comparison*, Centre for Educational Research and Innovation, Paris, OCDE.

Pedroso, Paulo (1998), *Formação e Desenvolvimento Local*, Oeiras, Celta Editora.

PNUD (2003), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto entre as Nações para Eliminar a Pobreza Humana*, Queluz, Ed. Mensagem.

PNUD (2005), *Relatório do Desenvolvimento Humano - Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual*, Queluz, Ed. Mensagem.

PNUD (2007), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008 - Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido*, Queluz, Ed. Mensagem.

Psacharopoulos, George, Woodhall, Maureen (1985), *Education for Development: An Analysis of Investment Choices*, Nova York, Oxford University Press.

Psacharopoulos, George (1994) “Returns to Investment in Education: A Global Update” *World Development*, 22 (9), 1325-1343.

Rhazaoui, Ahmed *et al* (2008), *L'Afrique et les Objectifs du Millénaire pour le Développement*, Paris, Economica.

Silva, Augusto Santos (1990), *Educação de Adultos – Educação para o Desenvolvimento*, Rio Tinto, Edições Asa.

Servaes, Jan (1996), “Participatory Communication Research with New Social Movements: a Realistic Utopia” in Servaes, Jan, Jacobson, Thomas, White, Shirley (ed) *Participatory Communication for Social Change*, London, Sage Publication.

Schultz, Theodore (1961), “Investment in Human Capital” in *American Economic Review*, 51, 1-17.

Shuller, T. (2000) *The Complementary Roles of Human and Social Capital*, Birkbeck College, University of London.

Trostel, P., Walter, I. and Woolley, P. (2002) “Estimates of the Economic Return to Schooling for 28 Countries”, *Labor Economics*, 1, 1-16.

World Commission on Environment and Development (1991), *O Nosso Futuro Comum*, Lisboa, Minibérica.

World Commission on Environment and Development (1987), *Energy 2000: a Global Strategy for Sustainable Development*, London, Zed Books.

Metodologia

Greenwood, Ernest (1965), “Métodos de investigação empírica em sociologia”, em *Análise Social*, Nº11.

Bardin, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

Haguette, Teresa Maria (1990), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Editora Vozes, 2ª ed.

Quivy, Raymond, Campenhoudt, Luc (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Diplomas Legislativos

Lei nº 2/2003 – Lei de Bases do Sistema Educativo da Republica Democrática de São Tomé e Príncipe.

Electrónica

Banco Mundial (2008) *What is Empowerment in*
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTEMPOWERMENT/0,,contentMDK:20272299~menuPK:546167~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:486411,00.html> (acedido em 23-04-2008).

Cardoso, Maria Manuela (2004), *Educação/Formação/Investigação em São Tomé e Príncipe – Será uma Aposta do País no Caminho para o Desenvolvimento in*
<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaManuelaCardoso.pdf> (acedido em 13-05-08)
CEA/ISCTE, Lisboa.

Cardoso, Maria Manuela (2008), *Educação em São Tomé e Príncipe*, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto in
http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/PAG66_03.pdf
(acedido em 23-10-08).

Fundação Calouste Gulbenkian (2008), *Distância e Proximidade*, Newsletter Nº 94, Junho 2008, in
http://www.gulbenkian.pt/media/files/FTP_files/pdfs/newsletter08/94.pdf (acedido em 23-08-08).

Fundação Calouste Gulbenkian (2008), *Programas Gulbenkian*, in
http://www.gulbenkian.pt/media/files/fundacao/Relatorios/2004/Programas_Gulbenkian.pdf
(acedido em 23-08-08).

INESTP (2006b), *Educação Pré-escolar*, in
http://www.ine.st/files_pdf/MICSEDUCACAO.pdf

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2008), *Entrega de Diplomas dos Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes*, in
http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=564&Itemid=1
(acedido em 23-08-08).

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2008), *Curso Secundários de Qualificação Profissional – uma Experiência-piloto em S. Tomé e Príncipe*, in
http://www.icp.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=401&Itemid=2
(acedido em 23-08-08).

Ministério da Educação e Cultura, Direcção da Escola Técnica e Profissional (2007), *Centro Politécnico de Formação Profissional* in
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_saotome.pdf
(acedido em 23-08-08).

ANEXOS

Anexo 1: Guião de entrevista.....	1
Anexo 2: Caracterização dos entrevistados.....	3
Anexo 3: Dados quantitativos.....	5
Anexo 4: Transcrição das entrevistas.....	8

ANEXO 1: GUIÃO DE ENTREVISTA

Guião de entrevista

(a estudantes)

Caracterização

- Idade:
- Sexo:
- Curso:
- Ano de ingresso:

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?
2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?
3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?
4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?
5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?
7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?
8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?
10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?
11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?
12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?
14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?
15. Quem financia a sua estadia em Portugal?
16. Além de estudar exerce alguma profissão?
17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Guião de entrevista

(a formados)

Caracterização

- Idade:
- Sexo:
- Curso:
- Ano de ingresso:
- Ano do termino:

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?
2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?
3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequentou?
4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?
5. Quando pretende regressar a STP?

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de ter frequentado esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?
7. O que pretende fazer quando regressar a STP? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?
8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?
10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?
11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?
12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?
14. Quais são as principais dificuldades que enfrentou enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como ultrapassou tais dificuldades?
15. Quem financiou a sua estadia em Portugal?
16. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?
17. Uma vez que já terminou a sua formação, quais os motivos para ainda não ter regressado a STP?
18. O que faz nesse momento em Portugal? Qual é a sua profissão?
19. Quanto tempo mais pretende ficar em Portugal?

ANEXO 2: CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

	Sexo	Idade	Curso	Nível de escolaridade	Condição perante o trabalho	Ano de ingresso	Ano do termino
Entrev 1	M	22 anos	Técnicas de gestão e programação de sistemas informáticos	Curso profissional	Estudante	2006	Por terminar
Entrev 2	M	20 anos	Técnicas de gestão de equipamentos informáticos	Curso profissional	Estudante	2006	Por terminar
Entrev 3	F	22 anos	Técnica de hotelaria, cozinha/pastelaria	Curso profissional	Estudante	2007	Por terminar
Entrev 4	M	27 anos	Técnico de Mecânica auto	Curso profissional	Estudante/ Exerce activ. profissional	2008	Por terminar
Entrev 5	F	18 anos	Sociologia	Licenciatura	Estudante/ Exerce activ. profissional	2007	Por terminar
Entrev 6	M	22 anos	Ciências Políticas e Relações Internacionais	Licenciatura	Estudante/ Exerce activ. profissional	2007	Por terminar
Entrev 7	M	33 anos	Economia	Licenciatura	Estudante	2002	Por terminar
Entrev 8	F	17 anos	Economia	Licenciatura	Estudante	2007	Por terminar
Entrev 9	M	27 anos	Engenharia de Telecomunicações e Informática	Licenciatura	Estudante/ Exerce activ. profissional	2003	Por terminar
Entrev10	M	21 anos	Gestão	Licenciatura	Estudante	2006	Por terminar
Entrev 11	M	34 anos	Contab., Fiscalidade e Auditoria (Curso profiss. em Gestão Agrícola)	Licenciatura	Estudante/ Exerce activ. profissional	2006	Por terminar
Entrev 12	F	19 anos	Engenharia de Telecomunicações e Informática	Licenciatura	Estudante	2006	Por terminar
Entrev 13	F	29 anos	Psicologia	Licenciatura	Estudante/ Exerce activ. profissional	2004	Por terminar
Entrev 14	M	30 anos	Engenharia de telecomunicações e informática	Licenciatura	Estudante/ Exerce activ. profissional	2003	Por terminar
Entrev 15	M	30 anos	Economia	Licenciatura	Estudante/ Exerce activ. profissional	2005	Por terminar
Entrev 16	F	20 anos	Economia	Licenciatura	Estudante	2006	Por terminar
Entrev 17	M	33 anos	Economia e Políticas Publicas	Mestrado	Estudante	2007	Por terminar
Entrev 18	M	29 anos	Finanças (Licenciatura em Eng. informática)	Mestrado	Estudante/ Exerce activ. profissional	2007	Por terminar
Entrev 19	F	24 anos	Direito	Licenciatura	Estagiaria	2001	2006
Entrev 20	M	27 anos	Matemática Financeira (Licenciatura em	Mestrado	Estudante/ Exerce activ. profissional	2007	Por terminar

RECURSOS HUMANOS SÃO-TOMENSES:
Importância e Contributo no Processo de Desenvolvimento de STP

			Matemática Aplicada)				
Entrev 21	F	23 anos	Direito e Relações Internacionais	Licenciatura	Exerce activ. profissional	2003	2007
Entrev 22	M	32 anos	Jornalismo de investigação	Curso profissional	Exerce activ. profissional	2005	2007

	Sexo	Idade	Curso	Nível de escolaridade	Condição perante o trabalho	Ano de ingresso	Ano do termino
Entrev 23	M	32 anos	Sociologia (Frequência da Licenciatura em Direito)	Licenciatura	Desempregado	2000	2007
Entrev 24	M	28 anos	Técnico de Automação Robótica e Controlo industrial	Curso profissional	Exerce activ. profissional	2005	2006
Entrev 25	F	23 anos	Técnica de Turismo e hotelaria	Curso profissional	Exerce activ. profissional	2004	2007
Entrev 26	M	27 anos	Engenharia informática	Licenciatura	Exerce activ. profissional	1998	2004
Entrev 27	M	27 anos	Desenvolvi. Social e Económ. em África (Licenciatura em Sociologia)	Licenciatura	Exerce activ. profissional	2005	2008

ANEXO 3: DADOS QUANTITATIVOS

Quadro 1: Caracterização

<i>Sexo</i>	<i>Idade</i>	<i>Curso</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Masculino: 19 (70%) ▪ Feminino: 8 (30%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ De 17 à 19 anos: 3 (11%) ▪ De 20 à 23 anos: 8 (30%) ▪ De 24 à 29 anos: 9 (33%) ▪ Mais de 29 anos: 7 (26%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ciências sociais: 11 (41%) ▪ Ciências exactas: 16 (59%)
<i>Nível de escolaridade</i>	<i>Condição perante o trabalho</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso profissional: 7 (26%) ▪ Licenciatura: 17 (63%) ▪ Mestrado: 3 (11%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudante: 19 (70%) -Estudante/trabalhador: 10 ▪ Formados: 8 (30%) -Exerce uma actividade profissional: 6 -Desempregado: 1 -Estagiário: 1 	

Quadro 2: Integração em Portugal

<i>Tempo que se encontra ausente de STP</i>	<i>Dificuldades enfrentadas em Portugal</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪Menos de 1 ano: 2 (7%) ▪Entre 1 e 3 anos: 7 (26%) ▪Entre Mais de 3 anos e 5 anos: 5 (19%) ▪Mais de 5 anos: 13 (48%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪Dificuldade económica/ Método de estudo: 19 (70%) ▪Outras dificuldades: 3 (11%) ▪Nenhuma dificuldade: 5 (19%)
<i>Financiamento/meio de pagamento dos estudos</i>	<i>Possui outra nacionalidade além são-tomense</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪O próprio/ apoio de familiares 16 (59%) ▪Governo Português: 7 (26%) ▪Governo São-tomense: 4 (15%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪Sim: 10 (37%) ▪Não: 17 (63%) <ul style="list-style-type: none"> -Pensa adquirir brevemente: 4 -Já tem possibilidade de adquirir: 1

Quadro 3: Motivações e incentivos para investir na educação

<i>Motivos para sair de STP</i>	<i>Motivos para estudar</i>	<i>Razões da escolha do curso</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪Continuar os estudos: 27 (100%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪Motivações pessoais: 24 (89%) ▪Motivações sociais: 3 (11%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪Razões pessoais: 27 (100%)
<i>Benefícios do curso</i>	<i>Perspectivas de regresso a STP</i>	
<ul style="list-style-type: none"> ▪Benefícios pessoais: 23 (85%) ▪Contribuir para o desenvolvimento do país: 4 (15%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪Regressar: 19 (70%) ▪Não regressar: 3 (11%) ▪Indecisos: 5 (19%) 	

Quadro 4: Representações sobre STP

<i>Motivos para o não desenvolvimento de STP</i>	<i>Estratégias para o desenvolvimento de STP</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instabilidade política/ Má gestão: 23 (85%) ▪ Sub aproveitamento de quadros: 4 (15%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabilidade política/ Mais justiça social: 17 (63%) ▪ Mais trabalho/ Mais investimentos: 4 (15%) ▪ Mais educação/ Melhor aproveitamento dos quadros: 6 (22%)
<i>Papel dos quadros no desenvolvimento</i>	<i>Formações essenciais para o desenvolvimento</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Papel crucial: 23 (85%) ▪ Nenhuma importância: 4 (15%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todas: 13 (48%) ▪ Áreas específicas: 14 (52%)

Quadro 5: Planos e acções a serem desenvolvidos em STP

<i>Projectos para STP</i>	<i>Intenção de seguir a carreira política</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não: 9 (33%) ▪ Sim: 18 (67%) <ul style="list-style-type: none"> -Projectos sociais: 15 -Projectos individuais: 3 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sim: 9 (33%) ▪ Não: 18 (67%) <ul style="list-style-type: none"> -Não gosta: 9 -Não há política em STP: 7 -Pode ajudar o país através de outros meios: 2

Quadro 6: Formados que ainda permanecem em Portugal

<i>Motivos para ainda não ter regressado a STP</i>	<i>Profissão em Portugal</i>	<i>Tempo que pretende permanecer em Portugal</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Razões económicas: 1 (12%) ▪ Progressão nos estudos: 3 (38%) ▪ Está a trabalhar em Portugal: 4 (50%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Está a trabalhar na área de formação: 5 (63%) ▪ Está a trabalhar na área diferente da formação: 2 (25%) ▪ Não está inserido no mercado de trabalho: 1 (12%) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 ano ou menos: 2 (25%) ▪ Mais de um ano: 1 (12%) ▪ Não sabe: 5 (63%)

ANEXO 4: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

Caracterização

- **Idade:** 22 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Curso profissional em Técnicas de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
- **Ano de ingresso:** 2006
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

18. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Tive que sair de STP devido a fraca qualidade de ensino que existe no país, sobretudo ao nível de ensino superior.

19. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

As razões que me levaram a frequentar um curso foram a vontade de adquirir novos conhecimentos e de garantir um bom futuro. Gostaria também de tentar contribuir de alguma forma para o avanço científico e tecnológico do meu país.

20. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Escolhi esse curso porque eu gosto de tudo que está relacionado com computadores e também porque em STP não existem muitos quadros especializados nessa área.

21. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Eu acho que em termos profissionais terei muito sucesso tendo em conta que hoje em dia quase tudo se baseia na tecnologia informática. Em termos de nível de vida, penso que será bastante rentável para mim trabalhar neste ramo, uma vez que existe muita procura de serviços na área da informática.

22. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Eu não pretendo voltar para STP logo que terminar este curso porque eu acredito que STP ainda não se encontra preparado para me receber. Eu, pessoalmente, acho que estaria a perder tempo indo lá nesta situação. Por isso, quando acabar esse curso quero fazer outro. Quero tirar uma licenciatura. Quem tem um curso superior tem mais vantagens no mercado de trabalho do que quem tem apenas um curso médio ou profissional. Eu quero continuar a estudar para poder estar no mesmo nível das pessoas que já têm uma licenciatura.

Benefícios da Educação/Formação

23. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Eu penso que a frequência desse curso permitiu-me adquirir alguns conhecimentos que acredito que me ajudarão a contribuir de alguma forma para o avanço da tecnologia de STP.

24. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Tenho planos de prestar serviços ao Governo de forma a melhorar o desempenho tecnológico do país. E espero vir a conseguir, conjuntamente com outros colegas formados nesta área, mudar STP em termos de acesso aos meios tecnológicos. Por isso é que eu quero continuar a estudar e aprender mais. Se conseguir tirar uma licenciatura também nessa área penso que será mais fácil eu desenvolver este projecto. Tenho a certeza que ganharia muito com isso, quer em termos económicos, quer em termos de reconhecimento social.

25. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não, por enquanto não.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

26. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Eu acho que os actuais dirigentes de STP são pessoas pouco capacitadas e que não estão interessadas no desenvolvimento do país. Pelo contrário, são pessoas que pensam apenas em obter apenas benefícios pessoais.

27. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Em primeiro lugar, penso que é necessário proceder-se a uma reciclagem no Governo, integrando pessoas realmente capacitadas e interessadas em trabalhar em prol do desenvolvimento de STP. Penso que também é importante a criação de uma polícia capaz de controlar os gastos do Governo e tomar medidas necessárias em caso de irregularidades.

28. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Acredito que os quadros vão contribuir de todas formas possíveis para o desenvolvimento de STP, porque são pessoas com conhecimentos e com novas visões da realidade.

29. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Eu acho que de uma forma geral STP precisa de pessoas realmente com capacidade e inteligência para mudar o país. Penso que as formações essenciais para o desenvolvimento seriam gestores e técnicos de turismo, porque penso que temos um grande potencial turístico e isso seria bom para o desenvolvimento de STP. Estamos a precisar também de pessoas que saibam gerir correctamente.

Integração em Portugal

30. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Saí de STP há cerca de dois anos.

31. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Temos dificuldades a vários níveis. Temos dificuldades em acompanhar o ritmo e o método de estudo do sistema de ensino de Portugal. As matérias, a forma de aprender e de ensinar são muito diferente de STP. Assim, quando cheguei cá tive muitas dificuldades ao nível da aprendizagem. Outra grande dificuldade que sentimos está relacionada com os atrasos no pagamento da bolsa.

Quem financia a sua estadia em Portugal?

Basicamente é a escola onde estou a fazer o curso e o Governo de STP que me custeiam o curso. Mas a bolsa do Governo é paga sempre com atrasos, o que torna bastante difícil a nossa vida.

32. Além de estudar exerce alguma profissão?

Não exerço nenhuma profissão. Apenas estudo. Se pudesse também trabalhava para não depender tanto da bolsa do Governo.

33. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Não. Não tenho outra nacionalidade.

ENTREVISTA 2

Caracterização

- **Idade:** 20 anos

- **Sexo:** Masculino

- **Curso:** Curso profissional em Técnicas de Gestão de Equipamentos Informáticos

- **Ano de ingresso:** 2006

- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Saí de STP para poder dar continuidade aos meus estudos. Foi apenas por isso. Em STP não tinha condições para continuar a estudar.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Estou a frequentar o curso para ter mais conhecimentos e ser alguém na vida. Se não estudasse nunca saberia e aprendia o que sei hoje.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Escolhi esta área porque sempre gostei de informática e de tudo que estivesse relacionado com computadores.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Ao frequentar este curso aprendi e estou a aprender muito e espero que todos esses conhecimentos possam ter alguma utilidade no futuro.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Ainda não sei. Só regresso a STP quando terminar os meus estudos. Tenho planos de continuar a estudar. Gostava de tirar uma licenciatura.

Porquê?

Eu penso que será melhor para mim continuar a estudar. Ir para STP apenas com esse curso profissional não seria boa ideia. Hoje em dia muita gente já tem um curso superior em STP. Por isso, penso que terei grandes dificuldades em encontrar um emprego indo para STP apenas com um curso profissional. Aqueles que fizerem um curso superior terão maiores vantagens. Eu preciso de fazer um curso superior antes de ir para STP.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Eu gostaria de fazer algo para mudar um pouco STP e ganhar também algum dinheiro. Penso que STP está muito mal. As pessoas não têm emprego e passam por muitas dificuldades. Assim, penso que era importante cada um de nós fazer algo para mudar esta situação.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não, porque não gosto de política.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Acho que STP não se desenvolve sobretudo por causa da corrupção e da má gestão. Os nossos dirigentes estão mais preocupados em resolver os seus próprios problemas. Em vez de implementarem acções para ajudar o povo a sair da miséria, agem de má fé. Assim não é possível haver desenvolvimento. É preciso que os nossos dirigentes mudem esta mentalidade.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Eu penso que para haver desenvolvimento em STP é preciso lutar contra corrupção e a injustiça social. É preciso mudar a mentalidade das pessoas que estão a gerir o país. Só desta forma haverá desenvolvimento em STP. Caso contrário, a situação vai manter-se.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Penso que os quadros irão ajudar o país a se desenvolver porque são pessoas com mais conhecimentos e capacitadas a executar da melhor forma as suas tarefas.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Tendo em conta a escassez de pessoas qualificadas que se verifica em STP, penso que todas as formações são necessárias para desenvolvimento do país. O importante é colocar pessoas certas no lugar certo.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Saí de STP há dois anos.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Primeiro, está a ser muito difícil acompanhar a matéria. Não tem sido nada fácil. Só mesmo com muito estudo. Temos também grandes dificuldades económicas por causa dos atrasos constantes no pagamento da bolsa.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Tenho a bolsa do Governo de STP. Também tenho alguma ajuda das minhas tias que vivem aqui em Portugal.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Não. Não trabalho.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Não. Não tenho outra nacionalidade.

ENTREVISTA 3

Caracterização

- **Idade:** 22 anos
- **Sexo:** Feminino
- **Curso:** Curso profissional em Técnica de Hotelaria, Cozinha/Pastelaria
- **Ano de ingresso:** 2007
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

O motivo que me fez sair de STP foi a continuação dos estudos. Basicamente, vim para tirar um curso.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Quis continuar os estudos porque quero ser alguém na vida. Por isso é que eu tenho que me esforçar para conseguir terminar o curso. Com um curso pode-se ter um bom emprego e ganhar mais dinheiro.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Este curso foi o que apareceu. Em STP não temos muitas escolhas. Calhou para eu fazer esse curso, então estou a fazer. Mas estou a gostar muito porque me poderá ser muito útil no futuro.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Tenho aprendido coisas muito interessantes. Se eu conseguir continuar nessa área vai ser muito bom. E como o turismo é uma das grandes potencialidades de STP, penso que para mim será fácil encontrar emprego.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Eu pretendo ir para STP assim que terminar os meus estudos. Ainda quero continuar a estudar. Esse curso de hotelaria está quase a acabar mais gostaria também de entrar para a faculdade. Seria muito bom para mim e com um diploma de um curso superior, penso que terei ainda mais facilidades quando chegar em STP.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Penso que estou a encarar as coisas com mais realidade. Já consigo entender muitas coisas que antes não entendia. Já sei que a realidade não é tão simples como as pessoas que não estudaram pensam que é. Agora já sei como muitas coisas funcionam.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Sim, quero criar um negócio em STP. Talvez uma empresa. Algo que me possa dar algum dinheiro. Ainda não tenho as coisas bem definidas mas espero que, com o passar do tempo, poderei ter mais ideias e planos. Sei que terei que fazer algo quando chegar em STP. Já sei que conseguir um bom emprego lá é difícil. Por isso se não encontrar emprego, tenho que arranjar outra forma para sobreviver.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não sei. Quem sabe um dia. Se tiver que fazer parte da política, farei. Seria uma forma de aprender mais e de singrar na vida.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Acho que um dos obstáculos ao desenvolvimento do país é a mentalidade das pessoas. Elas são muito individualistas e egoístas e não estão a pensar nos outros mas apenas nelas próprias. E isso é mau e atrasa tudo. Por outro lado, o povo em si é muito passivo. Aceita tudo. Não tem espírito de iniciativa e ficam a espera que as coisas caíam do céu. E preciso que as pessoas saibam que só se consegue algo com muito trabalho e esforço. Nada cai do céu.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Penso que é necessário que as pessoas trabalhem mais, que tenham maior espírito de iniciativa e de trabalho. É preciso uma mudança de mentalidade. Primeiro, os nossos dirigentes têm que ser mais honestos e trabalhar em prol da satisfação dos interesses do povo. O povo não os elegeu para encher os seus próprios bolsos mas sim para dirigir o país. Tem que haver essa mudança de mentalidade. E depois, temos que trabalhar mais. Temos que produzir mais riquezas para o país. Só assim haverá desenvolvimento.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Essas pessoas são jovens, têm conhecimentos, competências e esperanças em STP. Esses jovens têm mais conhecimentos do que os seus pais, estudaram mais. Por isso, vão certamente ajudar o país a desenvolver. E quanto mais pessoas com conhecimentos existir, melhor será.

E achas que as pessoas não regressam ao país?

Acho que os quadros vão regressar porque a vida na Europa hoje em dia também não está fácil. Conseguir um emprego é cada vez mais difícil. Eu penso que essas pessoas vão preferir voltar para STP e tentar desenrascar a vida mesmo por lá.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Penso que todas as formações são importantes. O país precisa de tudo. No entanto era necessário apostar bastante na área da justiça. Em STP há muitas irregularidades e injustiças. Por isso é importante a aplicação de leis para mudar esta situação. A aposta na área do turismo também é importante. Temos que investir mais no turismo. Num país como é STP, o turismo é essencial e acho que todos vamos ganhar se apostarmos, se investirmos mais no turismo. STP tem potencialidades turísticas que outros países não possuem, por isso temos que aproveitar.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Vim de STP há mais ou menos um ano e meio.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

A maior dificuldade que tenho enfrentando está relacionada com os meios de subsistência em Portugal. O dinheiro não chega para quase nada. E assim, é muito difícil estudar. Por outro lado, as bases e os conhecimentos que trazemos de STP são muito fracas. No início, todos temos muitas dificuldades.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

São os meus pais que me têm ajudado nesse aspecto. Vim com ideias de receber um subsídio do Governo de STP mas até hoje nunca recebi.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Durante o período das aulas não trabalho. Mas procuro sempre trabalhar nas férias para poder ganhar algum dinheiro.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Não. Só tenho a nacionalidade são-tomense.

ENTREVISTA 4

Caracterização

- **Idade:** 27 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Curso profissional em Mecânica Automóvel
- **Ano de ingresso:** 2008
- **Ano de término:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Vim para Portugal para estudar e trabalhar. Como vim sem bolsa, sempre tive ideias de trabalhar, além de estudar.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Estou a frequentar o curso para ter uma formação. Todos sabemos que quem tem uma formação tem mais oportunidades na vida. Por isso, como eu não queria ficar para trás, tive que continuar a estudar. Mesmo sem uma bolsa, vim tentar a minha sorte. Não está a ser fácil mas tenho que lutar e esforçar-me para conseguir alcançar os meus objectivos.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Escolhi o curso porque já sabia algumas coisas de mecânica. O meu pai é mecânico e decidi seguir uma área que parecia ser mais fácil para mim.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Os benefícios que terei no futuro serão mais ao nível académico. Com essa formação poderei executar da melhor forma a minha profissão. Vai permitir-me, além disso, um nível de vida elevado. Sei que terei acesso a algumas regalias.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Pretendo regressar a STP quando terminar a formação e conseguir adquirir alguns bens. Tenho que trabalhar neste sentido. Assim, além de estudar, também trabalho, caso contrário, não conseguiria pagar todas as minhas despesas. Ainda não sei quando regresso a STP.

Mas pretendes ir para STP?

Claro que vou regressar para STP. Só não sei ainda quando. Ainda não posso indicar uma data. Regressarei quando terminar a minha formação e conseguir juntar algum dinheiro.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Eu penso que desde que comecei o curso que passei a ter uma visão diferente do mundo. Não sei se é por causa de curso em si, mas a verdade é que o facto de eu ter saído de STP também me ajudou bastante a alargar os meus horizontes. Hoje conheço coisas que quando estava em STP não fazia ideia de como eram. Por isso é que temos que sair de STP. Quando estamos lá temos uma visão fechada, uma ideia errada da realidade. Eu tive a sorte de sair de STP e hoje penso e raciocino de outra forma.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Ainda não tenho nada de concreto. Mas se acabar esse curso, poderei abrir uma oficina para automóveis em STP.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Sim, gostava de ser político para contribuir para o desenvolvimento do país.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Eu acho que o país não desenvolve sobretudo por causa da instabilidade política e a queda sucessiva do Governo. Estamos sempre a mudar os governantes e isto não permite o desenvolvimento. É preciso haver uma continuidade. Essa instabilidade não nos tem levado a lado nenhum. Por isso STP continua neste atraso e sem conseguir aproveitar os investimentos estrangeiros.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Penso que as estratégias para o desenvolvimento passam sobretudo por uma maior estabilidade e justiça. Uns não podem ter muito e outros não terem nada. Em STP há pessoas que vivem na extrema miséria enquanto outras têm um nível de vida elevado. É preciso acabar com essa injustiça. Tem que haver mais igualdade.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Sim, eu penso que com a chegada de muitos quadros a STP, o país irá mudar. Estas pessoas irão para STP com muitas ideias e vão mudar tudo. Acho que isso vai ser positivo.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Acho que era importante haver mais professores formados. A maioria dos professores não tem formação nenhuma e, por isso, não conseguem passar correctamente a informação e formar devidamente os alunos. Outras profissões das áreas do turismo, do petróleo e da saúde também são importantes.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Vim de STP há um ano.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Tenho dificuldades ao nível económico. Não tenho qualquer bolsa. Às vezes tenho também dificuldades na renovação da autorização de permanência em Portugal porque exigem a apresentação de muitos documentos.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Eu próprio. Tenho que trabalhar para custear os meus estudos.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Trabalho desde que cheguei em Portugal na construção civil.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Não.

ENTREVISTA 5

Caracterização

- **Idade:** 18 anos
- **Sexo:** Feminino
- **Curso:** Licenciatura em Sociologia
- **Ano de ingresso:** 2007
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Saí de STP porque a minha mãe vivia cá em Portugal. Ela mandou-me vir para cá para estudar.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Sempre estudei. Estudei sobretudo porque ter uma formação é importante para se ter acesso ao mercado de trabalho. Só com um curso consegue-se um bom trabalho. Só com o 12º ano, consegue-se arranjar um emprego. Mas é sempre algo de temporário. Já quando se tem uma licenciatura pode-se arranjar um emprego de um certo estatuto social e quanto maior a graduação, maior são as regalias e condições a usufruir num determinado cargo. Este foi um dos motivos que me fez prosseguir os estudos

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

A minha primeira opção foi psicologia. Queria fazer psicologia criminal. Não entrei para psicologia mas entrei para sociologia. Mas agora acho interessante porque a sociologia, diferente da psicologia, não tem intervenção numa só pessoa, mas sim numa sociedade. Então existem muitos campos de intervenção em sociologia. Acho interessante.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Primeiro passei a prestar mais atenção às coisas do dia-a-dia e a ler mais os jornais. Acho que, principalmente, despertou a minha atenção para a forma como as pessoas comportam-se, as opiniões que elas têm sobre certos assuntos.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Não penso ir para lá trabalhar. Eu vivi lá pouco tempo. Sinceramente, eu não penso ir viver para lá. Eu penso acabar o curso, arranjar um trabalho aqui em Portugal, e depois fazer um mestrado. Mas ir para lá viver, talvez só num futuro bem longe.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Caso fosse para STP, a coisa com a qual eu me preocupava era criar um lar de idosos. Eu estive em STP de férias e eu vi como é que as pessoas idosas são maltratadas e como o Estado não tem nada para elas. As pessoas trabalham uma vida inteira e não recebem reformas e têm que pedir dinheiro. Eu penso que seria bastante importante se esses idosos tivessem um local onde pudessem sentirem-se bem, em vez de andarem na rua a serem maltratadas pelas próprias famílias.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não, porque não acho piada a política. Acho que não tenho um perfil político

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Eu acho que o Estado tem que dar mais oportunidades aos jovens. Praticamente, não existe trabalho em STP. Não existe um Centro de Emprego como há aqui na Europa onde os jovens possam ir. Em STP, arranja-se um trabalho porque um familiar trabalha naquele local e não através de uma associação ou do Centro de Emprego. Acho que isto também impede o desenvolvimento e faz com que as pessoas não

mudem de mentalidade. Faz com que a mentalidade das pessoas tenda a retroceder cada vez mais, em vez de progredir.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Primeiramente, penso que se devia arranjar emprego com qualidade e com segurança para as pessoas. Emprego que permita que elas possam sentir vontade para ir trabalhar. Emprego com segurança social como existe aqui na Europa. Se existir, por exemplo, a possibilidade das pessoas irem ao médico se estiverem doentes, de receberem o seu salário quando impossibilitadas de trabalhar, elas sentiriam mais vontade e empenho para o trabalho. Nesta situação, sentiriam que estão a trabalhar com segurança tanto no presente, porque estão a receber um bom salário, como no futuro, porque se acontecer qualquer situação, sabem aonde recorrer.

Acho, portanto, que o desenvolvimento passa por arranjar mais trabalho de qualidade e formação para as pessoas.

Mas que tipo de formação?

Penso que deveria haver mais faculdades em STP. Existe uma ou duas faculdades que ainda não estão bem implementadas e que nem todos têm acesso. Não há faculdade pública, por exemplo.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Eu penso que a maioria das pessoas pensam em trabalhar para se desenvolver pessoal e profissionalmente. Em STP não há condições para tal. Pode-se ir para lá trabalhar mas não se tem campo para se desenvolver, nem se tem perspectivas para no futuro. Por exemplo, uma pessoa pode ter vários projectos e planos de intervenção numa determinada área da sociedade, mas depois ninguém lhe dá oportunidades para pôr em prática as suas ideias. Ela faz o projecto e fica estagnada, sem perspectivas de desenvolvimento. Ela estudou vários anos, pagou elevadas propinas para depois ir para um sítio “quadrado”, de onde dificilmente vai conseguir sair. Mesmo que ela tenha perspectivas de desenvolvimento, ela não tem recursos. Por isso é que eu acho que a maioria das pessoas formadas não regressarão a STP.

Ou seja, achas que essas pessoas vão produzir poucos impactos no desenvolvimento do país?

Eu penso que poucas pessoas têm a perspectiva de estudar aqui durante vários anos para depois ir para STP fazer algo.

Porque achas que isso vai acontecer?

Eu acho que isto vai acontecer porque existem poucas oportunidades de desenvolvimento. As pessoas estão a estudar, estão a empenhar-se num sentido e querem ver o seu trabalho reconhecido. Mesmo que não seja reconhecido mas que possam ter um campo de manobra para alcançar os seus objectivos.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Acho que existem várias áreas para serem desenvolvidas em STP. O turismo, por exemplo. Acho que estudos na área do turismo, da hotelaria e da agricultura seriam bastante importantes.

Eu penso que STP devia, primeiramente, valorizar os recursos naturais que tem, as potencialidades que pode explorar e depois desenvolver-se a partir daí. Penso que o turismo e a agricultura são as duas áreas que deveriam estar mais desenvolvidas em STP. A exportação de café e do cacau também deveria ser uma óptima aposta.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Estou em Portugal há 8 ou 9 anos.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Para a Embaixada de STP em Portugal eu não devo existir porque não tenho qualquer tipo de apoio. Tentei arranjar uma bolsa e não consegui. A maior dificuldade que sinto é que tenho que trabalhar para pagar as minhas propinas.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Eu e a minha mãe.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Trabalho num call center de uma empresa telecomunicações móveis em regime de part time.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

A minha nacionalidade é são-tomense. Eu nem sequer tenho a nacionalidade portuguesa. Ainda não adquiri a nacionalidade portuguesa porque os meus pais também não tinham a nacionalidade portuguesa. Eu tive que esperar até ter 18 anos para ter a possibilidade de adquirir por mim mesma e estou agora a tratar disso. Mas quando eu entrei para a faculdade ainda era menor, sempre tive apenas a nacionalidade são-tomense por isso é penso que quando fui pedir alguma ajuda do Estado, deveriam ajudar-me.

ENTREVISTA 6

Caracterização

- **Idade:** 22 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Licenciatura em Ciências Políticas e Relações Internacionais
- **Ano de ingresso:** 2007
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Um dos motivos que me fez sair de STP foi a procura de melhores condições para continuar os meus estudos. Completei o ensino secundário e como não aparecia nenhuma oportunidade de acesso a uma bolsa estudos, decidi sair mesmo assim de STP.

E em STP frequentaste algum instituto após o secundário?

Quando terminei o ensino secundário não frequentei nenhum instituto nem tão pouco nenhum curso profissional. Fui fazendo a vida até que surgiu a oportunidade para vir para Portugal.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Eu acredito que é com conhecimento que podemos ter acesso a certas qualificações e ajudar a melhorar o nosso país. Eu acho que limitar-se somente no ensino secundário seria insuficiente. Por isso é que um dos objectivos para a realização do meu sonho pessoal é ter uma licenciatura. Por outro lado, espero poder com esses conhecimentos ajudar STP, ou seja, dar a minha contribuição para o desenvolvimento do país.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Confesso que a minha primeira opção era Relações Internacionais mas só que infelizmente para esse curso já não haviam vagas disponíveis. Tive, então, que frequentar o curso de Ciências Políticas e Relações Internacionais que tem também a vertente de relações internacionais. Escolhi o curso porque gosto, não foi imposição de ninguém e graças a Deus tem-me corrido bem.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Eu acredito que os problemas de STP prendem-se com a forma como se faz política. Política não apenas do ponto de vista político partidário, mas também do desenvolvimento. É preciso estabelecer uma política de desenvolvimento em STP. Essa política passa pela educação, pela saúde, ou seja deve-se fazer um planeamento daquilo que se quer para STP. Eu creio que o curso que estou a frequentar, dá-me várias vertentes profissionais. É o caso da acessória e consultoria na área de relações internacionais. Penso que STP, em termos de políticas de cooperação internacional, não tem tido bons resultados. As políticas de cooperação não têm sido bem executadas, não têm um acompanhamento, um seguimento. Por isso é que eu penso que o meu curso é bastante importante. Por outro lado, trata-se de um curso muito recente em STP e quase não existem quadros ligados a esta área. Espero ser pioneiro e, conjuntamente com outras pessoas que possam vir a ter posteriormente esta formação, poder contribuir para a mudança na forma como se faz política em STP, quer de desenvolvimento e de cooperação internacional, quer político partidária. Com essa formação, acredito que vou introduzir algo de novo em STP.

E em termos pessoais?

Em termos profissionais, além deste curso, também sinto inclinação para a área de comunicação social. Já trabalhei na área do jornalismo. Creio que se eu poder associar a licenciatura em Ciências Políticas e

Relações Internacionais mais a outra parte profissional que tenho, que é a comunicação social, acredito que conseguirei o êxito pessoal mas, acima de tudo, está o interesse em ajudar STP.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Feitas as contas até Junho de 2010 tenho a licenciatura terminada. A partir daí pensa-se em frequentar um mestrado. São mais dois anos e o regresso à casa está no universo de 2012.

A meta é terminar a licenciatura e, caso houver possibilidades, frequentar um mestrado. Caso não, o regresso será logo após a conclusão da minha licenciatura.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Só o facto de eu estar a tirar essa licenciatura e numa das áreas que, para mim, tem sido a mais polémicas em STP, faz com que eu acredite que tenho adquirido vários conhecimentos que têm despertado em mim como as coisas realmente deveriam ser e como elas poderão ser. Por isso sinto que, estando a tirar esse curso, é uma oportunidade boa para mim porque consigo perceber porque as coisas acontecem, a razão para elas acontecerem e quais poderão ser as suas consequências e oportunidades.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Eu por ser uma pessoa que estou muito ligada ao associativismo, acredito que, mesmo que não venha a criar uma empresa ou um negócio, poderei desenvolver pequenas iniciativas através do associativismo e com ajuda de outros colegas, revitalizar ONG's que trabalham em prol do desenvolvimento e dar a minha contribuição. A área empresarial está fora de hipótese porque eu não levo jeito para isso.

Que objectivos espera alcançar?

Espero colaborar e ajudar os que mais precisam. São estes os objectivos principais.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Dizer que vou ou não fazer parte da política, para mim, é complicado. Eu quero, sim, ser alguém que procura despertar as pessoas e mostrá-las como é que as coisas devem ser. É este o meu objectivo principal. Mas se for chamado a dar a minha colaboração na política, claro que eu farei de todo agrado.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Eu penso que o principal obstáculo ao desenvolvimento tem sido a forma como se faz política. Eu caracterizo a actual situação de STP, no âmbito da política, como uma situação desastrosa. Tudo o que está mal em STP deve sobretudo à forma como se faz política. O nosso país é bastante instável politicamente. Nos partimos para o multipartidarismo em 1991 e, feitas as contas, temos em media 9 meses por cada governo. E por mais que se queira desenvolvimento e mudanças é impossível nestas condições porque política e governação devem ser feitas com continuidade. No dia em que conseguirmos estabilizar STP em termos de política governativa, podemos, sim, perspectivar o desenvolvimento do país.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

O desenvolvimento continuado e sustentado é priorizar a estabilidade governativa. É preciso estabelecer a estabilidade governativa porque só desta forma consegue-se consolidar os esforços para o desenvolvimento. Porque a instabilidade perturba a acção governativa e o bom funcionamento da sociedade. A estabilidade político-governativa é a condição indispensável para se perspectivar o desenvolvimento de STP.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

É sempre positivo para uma nação ter quadros qualificados, sobretudo para um país como STP que tem uma população maioritariamente jovem. Actualmente existem muitos jovens que já terminaram o ensino secundário, outros enveredaram pelo mundo técnico profissional. Existe também um número bastante significativo de jovens que estão a terminar o ensino superior. No entanto, é preciso também pensar como se pode aproveitar o conhecimento, as competências e a contribuição destes jovens quadros para o desenvolvimento de STP.

Eu acredito que o nosso país não está preparado para esta nova era. Nos temos vários estudantes no estrangeiro. Aqui em Portugal somos no total cerca de 500 estudantes. Existem também estudantes são-

tomenses em Cuba, no Brasil, em Moçambique e pergunta-se: será que o país está preparado para receber esses estudantes?

Considera que os quadros vão regressar a STP?

Nas condições em que o país se encontra, não existe clima de incentivo para os quadros regressarem porque o país é instável politicamente e não está preparado para receber esses jovens. É um entreve que se coloca porque se realmente forem criadas as condições o regresso seria garantido. Nessas condições, em que não existem as chamadas condições de base para o regresso dos quadros, cada um vai fazendo aquilo que pode. Outros acabam por ficar no país onde estavam a estudar. Alguns, no entanto, têm regressado com a esperança de dar a sua contribuição ao país.

Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Eu penso que para STP todas as formações servem. Engenheiros, professores. Nesta altura, em que precisamos de arregaçar as mangas ao trabalho para darmos passos em frente ao desenvolvimento, todas as áreas são úteis. Mas existem áreas prioritárias. De uma forma geral, deve-se colocar ênfase nas áreas da saúde, porque nos precisamos de melhorar o nosso sector de saúde, da educação, porque necessitamos de oferecer mais formação aos professores, da tecnológica, porque é preciso associar o nosso país ao mundo das novas tecnologias de informação e de comunicação. Ao fim ao cabo, todas as áreas são úteis apesar de ser preciso colocar ênfase e prioridade numas em relação às outras.

Integração em Portugal

12. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Vim de STP há precisamente dois anos.

13. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Eu acredito que as dificuldades dos estudantes são comuns. Mas a situação dos estudantes são-tomenses em Portugal a situação é má porque a maioria de nós não temos o apoio do Estado são-tomense. Por outro lado, existem grandes atrasos e irregularidades no pagamento das bolsas. Temos situações de estudantes que não recebem a bolsa há mais de um ano. Cada um vai fazendo a vida como pode e estudado com as condições que tem. Penso que o Estado de STP não tem honrado com os compromissos que tem com os estudantes no estrangeiro.

14. Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Independentemente de estudar também trabalho. Esta tem sido a forma mais viável que encontrei para resolver esta situação.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

A minha estadia em Portugal não é financiada pelo Estado de STP. Recebo uma ajuda de custo de uma fundação, a Fundação Mãe São Tomé. É o único apoio que tenho em termos pontuais e que me tem assegurado o pagamento das propinas. Mas a vida estudantil tem também outros gastos além de propinas.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Ao nível profissional trabalho, há quase dois anos, como técnico de tele marketing. É a área que já me venho adaptando há algum tempo.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Até então não tenho outra nacionalidade.

ENTREVISTA 7

Caracterização

- **Idade:** 33 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Licenciatura em Economia
- **Ano de ingresso:** 2002
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

O motivo que me levou a sair de STP foi a tentativa de aumentar os meus conhecimentos.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Para mim, trabalhar sem formação não fazia qualquer sentido, por isso é que eu abandonei o trabalho em STP e vim simplesmente estudar.

Não fazia sentido porque?

Uma pessoa que trabalha sem formação recebe um salário muito baixo. Já um formado ganha um salário melhor e consegue enquadrar-se com maior facilidade no mercado de trabalho.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Escolhi esse curso de Economia porque está relacionado com a área que eu estudo desde a 11ª classe. Por outro lado, eu sempre gostei de estudar matemática. E como o curso de Economia tem por base muita matemática, foi por isso que escolhi.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Este curso ensinou-me muito como lidar com a sociedade.

E no futuro?

No futuro, penso que terei regalias financeiras e estabilidade de emprego. Acho que vou ganhar mais e ser bem colocado no mercado de trabalho.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Isso é uma incógnita. Eu ainda não tenho certezas porque o meu regresso vai depender das condições do mercado. Se o mercado de trabalho da Europa for melhor, fico na Europa. E se o mercado de STP pagar melhor, de certeza que regresso.

Ou seja, neste momento não tem qualquer perspectiva de regresso assim que terminar o curso?

Não. Neste momento não tenho qualquer perspectiva de regresso.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Penso que estou a encarar a realidade de forma diferente.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Por enquanto não tenho qualquer plano.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não. Eu penso que em STP não há política. Há, sim, jogos de interesses. Por isso não faz sentido eu integrar nessa carreira. Não gosto de jogos de interesses.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Eu penso que são o oportunismo e o interesse particular que não deixam o país desenvolver-se.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Eu acho que, primeiro, tem que haver um consenso ao nível político. Só quando a política tiver estabilidade é que poderá também haver uma estabilidade económica. Portanto, eu acho que deve haver mais diálogo entre os políticos.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Talvez. Eu acho que muitos formados já está com aquela vontade de chegar em STP e também tirar o seu benefício pessoal. Eu penso que será muito difícil haver desenvolvimento em STP.

E porque achas que os quadros não regressam?

Porque estas pessoas consideram que em STP não terão oportunidades nem saídas para alcançar os seus objectivos.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Eu considero que todas as formações são importantes. Economia, Sociologia, Medicina, Engenharia. São todas importantes.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Vim de STP já há 8 ou 9 anos. Vim em 1999.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Enquanto estudante são-tomense em Portugal tenho passado por dificuldades sociais e financeiras. A sociedade onde eu vivo parece ter uma cultura muito pobre em termos de relações sociais.

Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Tenho ultrapassado estas dificuldades através de laços de amizade.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Tenho amigas que me apoiam financeiramente. São amigas de há muito, desde quando me encontrava em STP.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Eu trabalhei durante dois ou três anos nos serviços financeiros postais dos CTT. Mas fui obrigado a abandonar este emprego pouco tempo depois porque tive dificuldades em concilia-lo com as aulas da faculdade.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Tenho também a nacionalidade portuguesa. Assim já não preciso estar todos os anos a solicitar autorização para permanecer em Portugal.

ENTREVISTA 8

Caracterização

- **Idade:** 17 anos
- **Sexo:** Feminino
- **Curso:** Licenciatura em Economia
- **Ano de ingresso:** 2007
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Tive que sair de STP devido a falta de universidades no país. Foi principalmente por isso. Vim para Portugal apenas para estudar.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Continuei os estudos porque considero que o conhecimento é a fonte de tudo.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Escolhi esta área porque era aquela que eu mais gostava e penso que tem maiores perspectivas de emprego em STP.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Eu creio que este curso vai proporcionar-me mais conhecimentos e um bom emprego no futuro.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Penso ir para STP quando terminar o meu curso.

Assim que terminas queres ir para STP?

Quero fazer antes o mestrado e só depois voltar para STP. Quero fazer um mestrado porque quanto mais eu alargar os meus conhecimentos, melhor será.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Desde que comecei o curso que a minha forma de pensar alterou, a forma como eu encaro a realidade. Já consigo ter opinião sobre determinados assuntos.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Por acaso nunca tinha pensado nisso. Ainda não tenho planos.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Sim, quero integrar a carreira política para mudar um pouco o nosso país, para aprender mais e ter novas experiências.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

STP não se desenvolve devido a instabilidade política. Por outro lado, não se criam postos de trabalho e condições para a alfabetização.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Primeiro, o desenvolvimento passa pela estabilidade política. Passa ainda pela criação de postos de emprego e investimento na educação e na saúde.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

De certa forma, penso que os quadros vão contribuir com conhecimentos, com profissionalismo, trabalho, novas ideias e estratégias para a melhoria do país.

E achas que estas pessoas vão regressar para STP?

Isto é subjectivo. Depende de cada pessoa. Eu penso regressar assim que terminar o curso e acho que muitos jovens pensam assim como eu.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Penso que todas as formações são importantes para STP, sobretudo, professores. Cada um tem o seu valor mas todas são importantes.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Saí de STP há 8 meses, mais ou menos.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

O modo de vida em Portugal é muito diferente. É um pouco difícil adaptarmos. Mas penso que com o passar do tempo vou adaptar.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Não trabalho e também não tenho uma bolsa. É o meu pai quem me sustenta e custeia os meus estudos.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Tenho a nacionalidade brasileira. Eu nasci no Brasil.

E acha importante ter esta nacionalidade, além da são-tomense?

A nacionalidade brasileira ainda não me trouxe nenhum benefício. Mas poderá vir a trazer futuramente uma vez que tenho os mesmos direitos que um cidadão brasileiro tem.

ENTREVISTA 9

Caracterização

- **Idade:** 27 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Licenciatura em Engenharia de Telecomunicações e Informática
- **Ano de ingresso:** 2003
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Sai de STP por motivos académicos, principalmente. Vim para Portugal para estudar.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Estou a lutar para realizar um sonho. Sempre quis formar-me numa determinada área e para ter esta formação era necessário continuar os estudos, através da faculdade. Por isso estou a seguir o percurso normal.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Primeiro, desde sempre tive a sorte de saber aquilo que eu queria fazer e percebi que a minha área era engenharia, que a aquilo que eu gostava estava relacionada com engenharia. Depois fiquei na dúvida entre quais das engenharias, de computador ou de telecomunicações. Descobri esse curso através de um amigo e percebi que era ideal juntar o útil ao agradável, telecomunicações e informática. Sinto-me realizado.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Penso que este curso me dá uma visão largada, uma formação bastante boa. Este curso é particular e, por isso, tenho uma vantagem. Na maioria das universidades não existem cursos de telecomunicações e informática. Ou existe telecomunicações ou existe informática. Este curso tem a capacidade de fazer a ponte entre estas duas áreas. Por isso, em termos de mercado de trabalho, põe-me numa situação privilegiada. Em termos de investigação, não tanto. Como o curso é híbrido não nos permite aprofundar muita a matéria. Mas para mim é o curso ideal.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Pretendo regressar a STP num futuro bastante próximo.

Assim que terminar o mestrado?

Não necessariamente quando terminar o mestrado. Eu queria ir para STP com uma experiência. Não chegar lá e fazer experiências. Antes de ir a STP trabalhar, eu tenho que analisar quais são as minhas expectativas e perceber o que STP tem, o que se pode fazer lá. Não quero cair de pára-quedas em STP. Gostaria de ir com uma certa “bagagem” e isso já me daria uma margem de manobra. Tenho que pesquisar as informações. Já tenho alguma informação e já tenho mais ou menos uma ideia de como é a realidade em STP. Ao nível da minha área, sei que a situação é má e que terei muitas dificuldades em trabalhar nesta área. Mas pode ser que haja outras áreas do meu interesse e que eu possa também aplicar os meus conhecimentos. Contudo, penso que terei que fazer uma pesquisa mais intensa.

E se não encontrar algo da sua área, fica em Portugal?

Não tenho que trabalhar necessariamente na minha área. É certo que trabalhar na nossa área dá-nos sempre uma realização profissional maior mas poderei, com certeza, trabalhar noutras áreas.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Agora consigo compreender muitas coisas que até então não entendia. Por exemplo, relativamente às redes de telecomunicações móveis, eu já sei como é que se faz a ligação entre um móvel e uma antena e quais os parâmetros envolvidos neste processo. Por outro lado, nos acabamos sempre por ter uma visão mais alargada do mundo associado a nossa área. E não só.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Eu penso em fazer algum empreendedorismo em STP mas já percebi que será um pouco difícil porque os apoios são limitados. Mas penso que temos que lutar para conseguir alcançar os nossos objectivos.

Que objectivos espera alcançar?

Seria sobretudo uma intervenção ao nível da sociedade. Há um problema grave de mentalidade em STP. O nosso país é pequeno mas a nossa mentalidade é ainda mais pequena. Nos temos que ter a capacidade de pensar para além das nossas ilhas. De outra maneira, não conseguiremos sair do marasmo em que nos encontramos. Muitas pessoas pensam que estar em STP significa que a sua vida nunca irá mudar e que vai ser ignorante para o resto da vida. Penso que nós podemos viajar através do conhecimento e não é necessário sair de STP para se adquirir conhecimentos de qualidade. O meu objectivo seria sobretudo mostrar aos jovens, e mesmo até aos mais velhos, que existem coisas que podemos fazer mesmo estando em STP, que o nosso país pode ser sustentável e viável. Basta querermos.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não me estou a ver a fazer política porque em STP não há política. Há inveja, há preconceitos e isto não é política. Em STP não existe o conceito de adversário político. Se duas pessoas não são do mesmo partido, são inimigos e não adversários políticos. E são coisas diferentes.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Penso que não existe vontade política e todos sabem disso. Não é que não haja quadros qualificados, o problema não é este. Há quadros em STP, há pessoas com capacidades de levar o país para frente. Mas não existe vontade. Enquanto houver um grupo de pessoas a ter vantagens com a situação, esta há-de se manter. STP não se desenvolve por causa da instabilidade política. Devido isto, o investimento estrangeiro é reduzido. Ninguém vai investir num país tão instável politicamente, numa ilha de 150 mil habitantes que não conseguem organizar-se. Ninguém vai investir numa ilha com tanta instabilidade política. Hoje é um Governo, passando 3 meses já é outro. Ninguém quer nada disso. Pessoas sérias não investem nisso.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Há uma coisa que tem que ser completamente mudada em STP. É o nosso sistema educativo. Eu ainda tive o privilégio de ter alguns bons professores mas em STP os professores esquecem que também são educadores. Há muita relação de promiscuidade a todo nível em STP, político, social e na escola a promiscuidade está no seu nível mais alto. Entre professores e alunos, não existe uma separação entre quem é educador e que é educando. Eu penso que é necessário reformar todo sistema de ensino porque este actualmente não incita os alunos a estudar. O método de estudo é nulo. E depois chegamos aqui em Portugal com um grau de dificuldade enorme e temos uma regressão incrível. Outra coisa que precisa ser mudada é o sistema de saúde. Não conseguimos ter pessoas capacitadas sem saúde. Para mim, os dois pontos fulcrais para o desenvolvimento são a saúde e a educação. Depois, como complemento, é necessário estabilizar a economia e investir no turismo. Não é o petróleo a nossa salvação. É, sim, o turismo sustentável. Temos capacidades para fazer três tipos de turismo em STP, já identificados há muito tempo. Só falta é implementar. Ninguém tem é interesse em implementar. Nós podemos fazer o turismo de praia, o turismo rural e o turismo de luxo. STP tem capacidades para fazer esses três tipos de turismos. Cabo Verde é um destino turístico de alta qualidade e bem implementado no mercado. Porquê STP não consegue fazer o mesmo?

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Penso que os quadros poderão dar um contributo se não estiverem com aquela mentalidade de só estarem interessados em regressar a STP caso lhes sejam atribuído antes um cargo, um carro e uma casa em STP. Desta forma não existirão pessoas para ajudar o país. Ninguém começa do topo.

Qual é a mentalidade das pessoas neste momento?

Penso que a mentalidade das pessoas neste momento é a de não regressar para STP. Eu próprio também já ponderei isso e continuo a ponderar. Não vejo uma saída, um incentivo. Eu não estou a pedir ao Governo uma casa, um carro e um projecto para trabalhar. Não é isso. Eu só quero que exista a possibilidade de eu chegar em STP, poder trabalhar e, com o meu próprio trabalho e sacrifício, conseguir arranjar uma casa, um carro e atingir os meus objectivos. Não há incentivos para os quadros regressarem a STP. Por mais boa

vontade que tenham, vão para STP fazer o quê? Vão ser enquadrados onde? Para além disso, terão que lutar contra a mentalidade dos que lá estão e que vêm os novos quadros como uma ameaça, como pessoas que lhes podem substituir.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Costuma-se dizer que a engenharia desenvolve um país mas, para o tipo de país que é, não podemos criar uma capacidade industrial elevada. Aliás, o grande potencial de STP é o facto de termos conseguido conservar a nossa natureza. Em 1998 apenas 10% da nossa floresta tinha sido utilizada. Ou seja, se formos criar uma indústria vamos estragar a nossa floresta. Nós temos que investir no turismo. Para investirmos no turismo são necessárias pessoas formadas na área do turismo, tanto de nível superior como de nível médio. Pode-se aproveitar, por exemplo, as germinações entre as Câmaras Municipais, os laços de cooperação e o intercâmbio internacional para formar localmente profissionais do turismo. Também é importante que as pessoas percebam que para adquirir uma formação não significa viajar e sair de STP. Todos querem viajar porque é um status. Mais formação internamente permitia poupar dinheiro e recursos ao país. As pessoas podem aprender, ter um certificado e uma formação com qualidade, localmente.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Sai de STP há 10 anos, mas não vim directamente para Portugal.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Como estudante são-tomense a principal dificuldade que eu encontrei no início foi a fraca formação que trazia. Era má. Muito baixa. Medíocre. É por isso que os portugueses dizem que os estudantes africanos não têm sucesso. Há muita gente inteligente e não é pela cor da pele que se vê a inteligência de uma pessoa. Mas tive que ultrapassar muitas barreiras para depois conseguir acompanhar o ritmo de estudo daqui. Em STP não tínhamos ritmo de estudo nenhum, fomos ensinados a ser preguiçosos, a não estudar. Embora em casa tenha sido sempre incentivado pelos meus pais, estudei sem método de estudo nenhum. Mas quando cheguei cá tive que necessariamente arranjar um método. Enquanto não arranjei tive, naturalmente, insucessos até descobrir qual era método de estudo mais eficaz para mim.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Tenho uma bolsa de estudo mas também exerço uma actividade profissional.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Trabalho na área de *help desk*, apoio técnico a clientes que têm acesso a internet.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Já tenho a nacionalidade portuguesa. Vivemos num mundo global, uma “aldeia global”. A nacionalidade portuguesa dá-me a capacidade de mobilidade. Eu posso, por exemplo, investir mais na minha formação, se eu quiser. Como português beneficio mais em termos de acessos e de preços do que como cidadão são-tomense. Permite-me um maior investimento pessoal. A identificação em si com Portugal nem é tanta. Eu vivo aqui já há algum tempo, acabei por criar alguns laços de amizade mas penso que serei sempre são-tomense.

ENTREVISTA 10

Caracterização

- **Idade:** 21 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Licenciatura em Gestão de Empresas
- **Ano de ingresso:** 2006
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

O primeiro motivo que me levou a sair do meu país foi para poder dar continuidade aos estudos porque em STP não existia o curso que eu queria. Podia até estudar no ISP mas nesta escola não leccionava o curso que eu queria e os que existiam não eram muito reconhecidos socialmente. Consegui uma bolsa de estudo e então vim para Portugal continuar os estudos.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Todos têm o objectivo de ser alguém na vida e pretendem trabalhar para ter dinheiro. Ter um curso significa, para todos, mais oportunidades de ter um emprego melhor.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Eu estava indeciso na escolha entre Gestão e Economia, mas depois um amigo do meu pai aconselhou-me a fazer Gestão porque ele também é licenciado em Gestão e porque este curso é mais abrangente do que o de Economia. Então eu tive uma pista. Eram estas as minhas duas opções e eu acabei por seguir Gestão.

E porque não sociologia, ou outro curso qualquer?

Relativamente aos outros cursos, eu gosto mais da área de matemática e ciências. Não tenho muito domínio da leitura nem da escrita. Foi por isso.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Por enquanto eu ainda não estou a ter benefícios com o curso, mas, pelo que estou a aprender, penso que esta formação vai ser útil para a minha vida profissional no futuro.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Há bem pouco tempo decidi não voltar para STP quando acabar o curso. Eu pretendo fazer a minha vida cá em Portugal. Em STP não terei certamente grandes oportunidades na vida. Em princípio conseguiria apenas ser professor e penso que teria poucas oportunidades para conseguir outro cargo. Por outro lado, tenho a minha namorada e os meus familiares cá em Portugal e não ficaria bem ir-me embora para STP e deixá-los.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Estou mais informado sobre certas coisas que englobam a minha área de formação e penso que estou mais atento e mais crítico em relação a determinadas situações.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Tenho alguns planos. Caso eu volte para STP e se for bem recebido, tenho intenções de criar um negócio. Uma empresa ou uma loja, quem sabe. Penso que seria bom sobretudo para criar postos de trabalho, por exemplo.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não, eu não sou ligado a política. Não gosto de política e ser político em STP não agrada ninguém.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Penso que nós, os são-tomenses, somos muito passivos. Deixamos as coisas acontecerem simplesmente como estão a acontecer. Não temos ponto de vista crítico. Penso que somos também muito egoístas. Cada um só trabalha a pensar em si e nunca nos outros. Penso que o país não se desenvolve, não pela economia em si, mas sim por causa das próprias pessoas que lá estão.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Eu não tenho uma visão global sobre isso mas eu penso que vai ser muito difícil haver uma mudança no país de modo repentino.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Em termos gerais, penso que quantas mais pessoas formadas existir em STP, melhor será, uma vez que são pessoas com ponto de vista crítico e que podem alterar aquela sociedade. Acho que as pessoas novas poderão vir a alterar a situação de STP.

Porque considera que as pessoas não regressarão ao país?

Acho que a maior parte das pessoas não pensa regressar por causa da actual situação de STP. Repara que os moçambicanos e os angolanos, por exemplo, regressam sempre para o seu país quando terminam a formação. Mas em STP isto acontece raras vezes e penso que é só por causa da situação do país.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Acho que não necessitamos de mais professores. STP já tem muitos professores. Penso, sim, que necessitamos de quadros da área da política e do jornalismo, já que estes profissionais têm muita capacidade de argumentação e podem influenciar e sensibilizar as pessoas a ter uma visão crítica da situação. Penso também que não necessita muito de gestores.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Vim de STP há 3 anos. Em 2005.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Eu não tenho grandes dificuldades porque não recebo a bolsa do Governo de STP. Tenho uma bolsa financiada por Portugal. Portanto, em termos económicos, não tenho muitas dificuldades. Tenho mais problemas em termos sociais. Não me sinto totalmente integrado nesta sociedade.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Tenho uma bolsa do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Não trabalho. Apenas estudo.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Não, só tenho a nacionalidade são-tomense.

ENTREVISTA 11

Caracterização

- **Idade:** 34 anos

- **Sexo:** Masculino

- **Curso:** Licenciatura em Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria (possui curso profissional em Gestão Agrícola)

- **Ano de ingresso:** 2006

- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

O primeiro motivo que me obrigou a sair de STP foi dar continuidade aos estudos e ter uma formação.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Eu gostaria de dar um contributo para a minha terra. Quando ingressamos na escola, todos temos a ideia e expectativa de fazer uma formação com intenção de ser alguém na vida.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Eu escolhi este curso sobretudo porque gosto da área de auditoria e de fiscalidade.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Com o curso de gestão agrícola eu aprendi imenso. Quanto à área de contabilidade e auditoria tenho estado a aprender também muito em termos fiscais, em termos de auditoria de modo a detectar erros da gestão

estatal. No futuro, espero prestar um bom serviço e contribuir de alguma forma para o bem-estar da sociedade são-tomense.

E em termos de acesso ao emprego?

Eu penso que o meu curso é um curso do futuro. Uma vez que a sociedade está sempre a mudar e a evoluir, precisamos também de mais de controlo e de uma maior fiscalização.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Espero voltar para STP assim que terminar este curso. Quando terminei o curso profissional decidi ficar mais uns tempos para fazer a licenciatura. Mas assim que terminar a licenciatura terei que regressar.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Aprendi e tenho aprendido imenso.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Sim, gostaria de desenvolver um projecto na área da agricultura visto que fiz formação profissional nesta área. Mesmo tendo formação superior em Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria, espero vir a trabalhar também na área da agricultura.

Que objectivos espera alcançar?

Quero criar um projecto de modo a gerar postos de trabalho e poder também ajudar a economia de STP.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Ser político não faz parte dos meus sonhos. Nunca gostei de fazer política, apesar de apreciar muito e acompanhar sempre. Mesmo estando cá, acompanho tanto a política de STP como a de Portugal. Faço parte da política, acompanhado. Mas não pretendo vir a fazer política.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Para mim, o país tem condições para se desenvolver. Primeiro porque já tem pessoas formadas, sobretudo os nossos dirigentes. São pessoas formadas em vários países com diferentes culturas e políticas, ou seja, países como Cuba, União Soviética, Portugal, França. Eu penso que todas essas pessoas sabem o que é o desenvolvimento de um país e que estratégias devem ser implementadas. Mas não estão interessadas nisto. Têm outras ideias. A nossa população é muito pequena e não existem razões para estar na miséria. O problema está mesmo nos dirigentes porque são pessoas que estão a pensar mais em si, nos seus próprios interesses. Por outro lado, existe muita instabilidade governativa o que leva também a uma instabilidade nos postos de trabalho. Este facto faz com que as pessoas pensem em tirar proveitos pessoais durante o tempo que estão a exercer um determinado cargo, pois não sabem por quanto tempo vão poder desempenhá-lo e ficar novamente no desemprego.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Eu penso que, tal como está a situação, devia-se começar tudo de novo. Era necessário que todos parassem, pensassem e decidissem em conjunto começar tudo de novo. Na minha opinião, eu acho que o país deveria fazer um inventário total e a partir daí traçar novas estratégias, novos planos e prioridades. É preciso traçar prioridades porque existem áreas mais importantes e outras que não são tão urgente e que podem ser feitas posteriormente.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Existem muitas pessoas que terminam a formação e não regressaram para STP porque durante o tempo que estavam a estudar não tiveram qualquer tipo de apoios do Estado, fizeram vários pedidos de ajuda e não foram atendidas. Essas pessoas tiveram que trabalhar e sacrificar para pagar os seus estudos. Assim, têm uma certa ira do Estado são-tomense e não estão interessados em regressar ao país. Por outro lado, há pessoas que dizem que, caso regressem a STP, vão ter que tirar, em primeiro lugar, os seus benefícios pessoais porque o Estado não pagou as suas propinas.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Eu penso que todas as formações são boas e bem-vindas para o nosso país. Num país do “Terceiro Mundo” eu penso que todas as formações são precisas. Também penso que deveria haver uma reciclagem no quadro estatal. As pessoas que lá estão deveriam ter uma reciclagem, uma formação contínua de modo que pudessem ficar actualizadas no tempo. Isto porque, na Função Pública são-tomense, há pessoas que não têm competências para exercer determinados cargos e outras que estão limitadas a executar uma única tarefa. Se o colega do lado faltar, não há quem o possa substituir porque as pessoas estão limitadas e capacitadas a executar uma única tarefa. E assim há desequilíbrios. Hoje em dia, temos que fazer tudo. As pessoas não podem estar voltadas apenas para uma única tarefa.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Sai de STP vai completar 5 anos no dia 7 de Outubro. Fiz o curso profissional durante 3 anos e depois entrei para a faculdade e estou agora no 2º ano da licenciatura.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Temos dificuldades em todos os aspectos, em termos de alojamento e de pagamento das propinas, principalmente. E depois penso que cá em Lisboa existem poucos apoios aos estudantes São-tomenses.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Eu vivo com a minha irmã e é graças a ela que tenho conseguido superar as dificuldades económicas. Também trabalho para custear os meus estudos. Caso contrário teria que regressar a STP.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Trabalho numa reprografia mas o meu salário é gasto quase todo no pagamento dos meus estudos.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Não, não tenho outra nacionalidade.

ENTREVISTA 12

Caracterização

- **Idade:** 19 anos
- **Sexo:** Feminino
- **Curso:** Licenciatura em Engenharia de Telecomunicações e Informática
- **Ano de ingresso:** 2006
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Vim para Portugal porque eu consegui uma bolsa de estudo quando terminei a 11ª classe.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Eu acho que todas as pessoas ambicionam e querem sempre mais. Um dos meus objectivos desde o secundário foi quando terminasse aquele ciclo, iniciar outro, o ensino superior.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Escolhi este curso porque tem muitas aplicações de Física e é uma das áreas que eu sempre gostei. Na hora de optar, optei por algo que tivesse relacionado com a Física.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Neste momento este curso está a dar-me respostas a muitas dúvidas que eu tinha e já consigo perceber como é que funcionam e se implementam determinadas coisas. Este é um mundo muito bonito que estou a descobrir. E por ser uma área muito ampla, pode ser usada em vários sectores. Um dos benefícios que eu acredito que terei no futuro será sobretudo na fase de procura de emprego. O mercado de trabalho é muito favorável para quem tem esse curso em relação a outros nesse campo.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

O objectivo é partir logo que terminar o curso. Já tinha definido isso quando vinha para Portugal. Mas há sempre surpresas. Mas espero regressar porque eu acho que STP precisa do meu contributo pessoal. É fácil criticar quando se está fora do país, dizer que aquilo está mal. Mas eu acho que, se todos nós déssemos o nosso pequeno contributo pessoal, já seria positivo. E dar contributo pessoal, para mim, não significa necessariamente fixar-se e manter a vida lá. Mas ir para STP quando puder, para se informar e dar algo de si, do que aprendeu enquanto esteve fora do país.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Aprendi imensa coisas.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Ainda não tenho planos.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não, porque não é algo que me fascina e penso que não vai me trazer algo de importante para a minha vida.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Um dos motivos que eu posso focar agora é a má gestão. Eu creio que seria uma aposta neste momento uma renovação do pessoal de vários sectores em STP. Ou seja, eu penso que existem pessoas que deveriam ceder o seu cargo a outras mais novas, formadas e com mais competências para exercer a função. Tudo deveria passar por uma renovação, por um ciclo, uma reciclagem.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Eu acredito que com a chegada dos quadros, vão surgir novas ideias, novos projectos. Essas pessoas irão colocar em prática os conhecimentos que adquiriram enquanto estudantes, o que vai dinamizar bastante o país daqui há algum tempo.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Eu acredito que os quadros vão ajudar a mudar o país porque regressarão com uma carga de esperança e de ambição bastante elevada. Vão com o espírito de trabalhar para mudar as coisas. E depois eu acho que são pessoas que ainda acreditam em STP e isso é bom.

E não vão estar a pensar só em si?

Pode acontecer. Todos chegam com aquele espírito de querer mudar as coisas mas podem com o tempo corromper-se e deixar-se influenciar pelo meio social.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Acho que todas as formações são necessárias. Penso que não há uma área que deve ficar mais desfavorecida em relação a outra. Penso que o país deve procurar o equilíbrio. Mas penso que deveria haver mais investimentos na educação, principalmente.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Estou em Portugal há cerca de 3 anos.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Não tenho tido muitas dificuldades porque benefício de uma bolsa de estudo financiada por Portugal, que não tem nada a ver com STP. Apenas noto é que não há muita união entre os estudantes são-tomenses em Portugal.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Tenho uma bolsa financiada pelo Governo português.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Não.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Há a possibilidade de eu ter uma outra nacionalidade mas, por opção minha, decidi não ter. Em primeiro lugar, não me faz falta e não há nenhum benefício para ter agora. Depois, posso ficar prejudicada devido a bolsa que recebo. Uma das condições para ter a bolsa é não possuir a dupla nacionalidade, ou seja, ter apenas a nacionalidade são-tomense.

ENTREVISTA 13

Caracterização

- **Idade:** 29 anos
- **Sexo:** Feminino
- **Curso:** Licenciatura em Psicologia
- **Ano de ingresso:** 2004
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Vim de STP para estudar. Basicamente a intenção foi essa. Vim mesmo para estudar.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Porque preferi continuar a estudar. Eu penso que sou inteligente e quis aproveitar a minha inteligência.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Antes queria fazer outro curso, Assistente Social. Não houve possibilidade e quando encontrei Psicologia Social das Organizações, achei que o curso correspondia às minhas perspectivas e foi assim que decidi fazer esse curso.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Por enquanto não estou a ter benefícios nenhuns. No futuro, sinceramente, não sei porque hoje em dia é muito difícil enquadrar-se no mercado de trabalho. Penso que cursos ao nível da saúde como a enfermagem, a medicina são os que têm mais saídas profissionais actualmente.

Penso que pelo menos terei algumas oportunidades para encontrar um bom emprego. Costuma-se dizer que é bom estudar porque quem estuda vai exercer a sua função numa área, enquanto que, quem não estuda não terá a mesma oportunidade. Por um lado é sempre bom estudar mas, por outro, com a escassez de emprego que tem havido no mercado de trabalho, não sei se é tão bom assim.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Eu sinceramente não sei quando volto para STP. Sou uma pessoa imprevisível. Agora estou a tentar concluir o curso e se de repente eu perceber que não estou cá em Portugal a fazer nada, volto para STP. Volto para lá para tentar a minha sorte. Mas se as coisas correm também bem por cá, fico. Isso vai depender muito.

Ou seja quando terminar o curso vais tentar arranjar um emprego em Portugal?

Isto irá depender das condições, nomeadamente do ordenado. Até porque eu posso ir também para um outro país para experimentar. Não tenho que ir necessariamente em STP.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Agora encaro as coisas de forma diferente porque tenho mais estudos, mais cultura e tenho que comportar de um outro modo perante a sociedade, senão fica mal.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Não temos lá uma boa estruturação na saúde e eu acho que devemos começar por aí, ajudar as pessoas mais carenciadas.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não quero saber da política porque não gosto.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Eu penso que é a instabilidade governativa que tem atrasado todo o processo. As pessoas não estão a governar como deve ser, mas sim só estão a pensar nos seus interesses e a prejudicar os outros. Penso que temos muitas formas e maneiras para progredir mas, pelo contrario, estamos apenas a retroceder cada dia que passa.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Penso que há muita gente com boas perspectivas e com vontade de fazer mudar STP. Há que dar mais oportunidades a essas pessoas.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Sim, acredito que os quadros vão ter um impacto positivo no país porque são pessoas que querem mesmo mudar STP e vão lutar para isso. São pessoas que têm vontade e que gostariam de ajudar o país.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Acho que todo o tipo de formação são importantes. Temos que ter sempre um pouco de tudo.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Vim de STP há 7 anos.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

A maior dificuldade que tive foi conciliar o emprego com os estudos. É muito difícil estudar e trabalhar.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Tenho que trabalhar para pagar os meus estudos embora tenha apoios, de vez em quando, da minha mãe

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Trabalho numa empresa que presta serviço em limpezas.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Já fiz o pedido de aquisição da nacionalidade portuguesa e agora estou a espera. Quero ter esta nacionalidade porque terei outras vantagens. Embora eu saiba que vou me sentir sempre são-tomense, terei outras facilidades, como por exemplo, viajar e entrar nos países da comunidade europeia. Será uma grande vantagem.

ENTREVISTA 14

Caracterização

- **Idade:** 30 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Licenciatura em Engenharia de telecomunicações e informática
- **Ano de ingresso:** 2003
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Eu acho que o motivo que leva a maioria das pessoas a sair das ilhas é dar continuidade aos estudos. Já ouvi dizer que hoje em dia em STP existem mais oportunidades para se estudar do que no ano em que eu sai. Na altura não havia nada. Era mesmo quase obrigatório sairmos de lá para continuar a estudar.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Ando a estudar para ter melhores condições de vida no futuro. Isso é uma das garantias.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Este curso foi uma das oportunidades que eu tive na altura. Não foi a minha primeira opções, eu tinha outra. Era a minha segunda opção, por isso, era algo que na altura também era do meu interesse.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Adquiri muitos conhecimentos ao nível de informática e de telecomunicações. Eu ando a aprender imenso e espero que isto venha a servir no futuro. Penso que é um curso que, pelo menos no mercado de trabalho, vou conseguir algo interessante. É uma área interessante.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Por enquanto a minha maior preocupação é acabar o curso. Depois logo se vê. Mas penso que é fundamental que as pessoas regressem.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Desde que comecei o curso que a minha vida mudou em quase todos os aspectos. Não só a minha como a dos meus colegas que também estudam por conta própria. Mudou totalmente todo o meu ritmo de vida porque tenho que trabalhar e estudar. Falta-me tempo para quase tudo e tenho mais responsabilidades.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Já estou fora de STP há um bom tempo e, por enquanto, apesar de pensar em STP, ainda não tenho projectos definidos para desenvolver lá, nem planos, nem ideias. Se calhar, na altura certa, terei planos. Não sei quando é que será mas, por enquanto, ainda não tenho plano nenhum.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não sei porque não sou muito voltado para a política mas com o tempo as coisas mudam. Nunca se sabe. É sempre bom dar o nosso contributo para o país. Isto, sim, é o mais importante. Se prestar política for um meio de eu contribuir para o desenvolvimento do país, é claro que serei político um dia.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Eu penso que um dos motivos que tem impedido o desenvolvimento de STP é o mesmo que ocorre nos outros países africanos. Penso que não é tanto por causa da corrupção mas, sim, a falta de oportunidades. Acho que deveriam dar mais oportunidades às pessoas. Há muita gente, no meu ponto de vista, com capacidades mas que não tem oportunidade para pôr em prática as suas habilidades.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Penso que as estratégias para o desenvolvimento passam muito pelo trabalho. As pessoas têm que trabalhar mais e fazê-lo sem pensar em tirar proveitos pessoais. Eu acho que a maioria dos políticos de STP pensam mais neles próprios do que no desenvolvimento do país. Quando isto mudar, se calhar, o país desenvolve também.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Isso é o que eu mais espero e minha esperança é que essa camada jovem, os quadros novos possam vir a mudar STP. As pessoas mais velhas que lá estão, certamente, já não irão contribuir muito para o progresso de STP. Esses quadros jovens são pessoas como eu. Eu tenho ideias de vir a ajudar STP a se desenvolver. A maioria dessas pessoas são da minha geração e idade e, por isso, também devem ter o mesmo tipo de pensamento do que eu. Pelo menos eu penso assim.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Penso que são necessários bons professores, bons gestores e bons dirigentes políticos. São necessárias pessoas formadas em todos os níveis. O desenvolvimento do país começa de baixo.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Vim de STP há 10 anos.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Tenho dificuldades ao nível financeiro, ao nível de todo o tipo de apoios. Eu acho que os estudantes são-tomenses são os que têm menos apoios de um modo geral em Portugal. Eu como não sou estudante bolsista tenho dificuldades em quase todos os níveis, mas o principal é ao nível financeiro.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Eu próprio. Sou trabalhador estudante.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Eu faço de tudo um pouco, eu não escolho trabalho. Faço o que tiver ao alcance e o que me permite conciliar com a escola. Eu já tive muitas outras oportunidades que não pude seguir porque não dava para conciliar as duas coisas.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Já tenho a nacionalidade portuguesa. Adquiri essa nacionalidade sobretudo por causa da oportunidade que passei a ter ao nível mundial. Nunca se sabe o dia de amanhã. Foi uma das oportunidades que tive no momento e tentei usufruir dela. Isto não quer dizer que deixe de ser são-tomense. O fundamental para mim é ter a nacionalidade são-tomense.

ENTREVISTA 15

Caracterização

- **Idade:** 30 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Licenciatura em Economia
- **Ano de ingresso:** 2005
- **Ano de término:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

O motivo principal que me levou a sair de STP foi formar-me, ou seja ser licenciado. Antes já trabalhava em STP mas percebi que isso só não era suficiente para eu progredir na vida. Acabei os estudos com 18 anos, comecei a trabalhar até aos 25 anos. Esperei durante algum tempo para ver se conseguia uma bolsa mas como não apareceu, vim por conta própria e agora estou a tentar fazer a minha formação.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Eu penso que é difícil progredir em qualquer país sem ter uma carreira académica.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Para dizer sinceramente, eu desde miúdo sempre dei valor às coisas e sempre tive esse gosto de ser economista um dia. E foi influência também de familiares. Tenho primos e amigos economistas com quem sempre lidei. E eu gosto mesmo de economia.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Principalmente, o curso tem-me aberto outros horizontes. Passei a ler jornais. Isto não quer dizer que STP não o fazia, mas aqui tenho mais meios para o fazer. Existem mais jornais económicos. Agora consigo actualizar-me dia a dia, com canais televisivos, jornais de negócios, programas económicos. Estou sempre atento. Tudo que tem a ver com negócios económicos, estou sempre atento. É um gosto mesmo.

No futuro, em termos profissionais, penso eu que terei um futuro risonho. Seja onde for. Mas também não estou com muito fúria e ânsia para ser alguém rapidamente. Tenho que construir uma carreira. E carreira faz-se com trabalho e formação. Eu não vou parar por aqui. Vou tentar sempre aprender mais e melhor.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Eu pretendo regressar a STP logo que terminar o meu curso. Não é ser nacionalista. O que me prende cá em Portugal é a minha formação. Por isso, vou dar o meu máximo. Penso regressar assim que terminar o curso. No fundo do meu coração, penso que não terei um futuro risonho em Portugal. Mesmo em STP vou ter que fazer muitos esforços. Seja como for, estarei no meu país. Já estou habituado a viver com poucos recursos. Tenho lá uma casa. Aqui eu tenho que pagar todas as despesas. Há diferenças. Eu prefiro acabar o meu curso e progredir a minha carreira no meu país.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Hoje eu tenho uma visão mais abrangente das coisas que passam, mesmo ao nível mundial. Antes quando ouvia dizer que o preço do crude aumentou ou está sempre a aumentar, não percebia que impactos que isto causava na economia mundial. Mas hoje já percebo. Hoje sei que é só estudando e lidando com notícias do dia a dia que se compreende essas coisas.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Por enquanto não tenho planos. Eu primeiro quero ter uma carreira e só depois saberei o que eu quero. Com sorte até poderei fazer algum mestrado para complementar o meu curso. E só a partir daí poderão vir mais projectos. Por enquanto só penso em acabar o meu curso e ter uma carreira profissional normal como qualquer outro são-tomense, com um salário de acordo com o que é praticado em STP para quadros técnicos. É o que eu pretendo. Por enquanto não tenho nenhum projecto assim em vista.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Para dizer sinceramente, quando vim para Portugal não tinha muito gosto pela política, mas hoje em dia gosto mais. Não é querer singrar na vida através da política. Penso que quanto mais conhecimentos uma pessoa tiver, melhor é. É bom estar-se em todo o lado. Aperceber das coisas ao nosso redor. Não quero entrar na política para ser ministro mas, sim, para ter uma participação activa na sociedade. Posso participar numa reunião, fazer parte de um conselho. Assim, vou aprendendo mais algumas coisas. Ser político não é minha ambição mas ninguém deve dizer que dessa água não beberei.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Eu penso que as pessoas de STP precisam de mudar de mentalidade. Este é o primeiro factor que faz com que o país não progride. O pessoal está todo interligado um com o outro. São familiares, amigos, conhecidos. Ou seja, as instituições e leis não funcionam. E numa sociedade pequena, onde as instituições em si não funcionam em pleno, torna difícil qualquer técnico ou quadro implementar políticas de desenvolvimento. Existem muitas coisas que precisam ser mudadas em STP. Não pagamos o IVA, não pagamos o IRS. O país não produz nada e precisamos de receitas. Não se está a explorar os recursos que temos. Fala-se do petróleo mas até agora não se viu as receitas do petróleo. Temos que ir buscar recursos através de impostos. Neste momento não temos recursos. Como é que vamos desenvolver o país sem recursos? É difícil! Tem que haver uma mudança radical na administração e na mentalidade das pessoas. Existem políticas que têm que ser implementadas. Temos que nos esforçar para ver se o país sai do marasmo em que se encontra.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Eu penso que STP tem que se abrir mais ao investimentos externos porque um país não pode depender 100% da instituição Estado. O Estado não tem capacidades para absorver os quadros, para pagar os salários e a Segurança Social de todo o pessoal. O país tem que se abrir mais ao investimento externo. Quando STP perceber que é necessário abrir-se ao exterior, todos vamos ganhar com isso. Ganha-se mais emprego, melhores salários e mais dinheiro entra nos cofres do país. Primeiramente, temos que nos abri ao investimento externo e dar condições a quem quer investir. Acabar com compadrio. Quando um indivíduo quer investir, seja ele do partido A ou C, desde que mostre garantias e tem um bom projecto, deve-lhe ser atribuídas todas as condições para implementar as suas ideias. É emprego que se cria e é bom para o país. Se não for assim, não temos outra hipótese de desenvolvimento. Esta é a primeira estratégia. O país não

pode estar concentrado no Estado. O Estado não produz nada, não cobra impostos e não tem receitas. O novo primeiro-ministro assim que tomou posse apelou à comunidade internacional ajuda e apoios. Realmente, o país não tem nada e ninguém consegue trabalhar sem meios. Por isso, ele teve mesmo que pedir apoio externo.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Eu penso que os quadros são sempre bem vindos. Um país precisa sempre de quadros. Seja activo ou inactivo, mais cedo ou mais tarde, esses quadros serão sempre necessários. Temos exemplo da Guiné Equatorial que é nossa vizinha e que tem problemas de quadros. Tem recursos, tem petróleo mas recruta mão-de-obra estrangeira porque não preparou o país para esta nova era, a era do petróleo. O país tem recursos, tem dinheiro mas não tem quadros. Os quadros nunca são desnecessários para um país. Quanto mais formados houver, melhor será.

Pensa que os formados irão regressar, na sua grande maioria, para STP?

Eu acho que o país tem que demonstrar um pouco mais de ambição. Porque quem estudou e teve uma carreira académica tem sempre ambições. Caso contrário, nunca estudaria durante tanto tempo. STP está parado no tempo, e os quadros querem evoluir. Por exemplo, um engenheiro informático são-tomense em Portugal que teve sempre a preocupação de estudar, evoluir no conhecimento e manter sempre actualizado sobre os vários programas informáticos, não vai, obviamente, regressar para STP e ficar perdido no tempo. Este indivíduo, mesmo estando a trabalhar em STP, precisa de evoluir, de estar actualizado. Eu acho que STP não reúne essas condições. É por isso que muitos quadros, os que têm outras opções, não regressam ou têm reticências em voltar para ao seu país. E têm razão porque o país não apresenta condições e incentivos. É por isso que eu acho que é necessário um maior investimento externo para haver desenvolvimento. Sem isto, não há hipóteses.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Estamos numa nova era, a era do petróleo. Precisamos de quadros desta área. Precisamos também de professores porque sem educação, o país não avança. Precisamos também de médicos especialistas. A maioria dos médicos que temos é de clínica geral, o que não é suficiente. Precisamos também de urologista, ginecologistas, dermatologista, entre outros. Precisamos também de bons gestores. Ou seja, são necessárias formações de várias áreas para que o país se desenvolva. Ainda precisamos de muita coisa.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Estou em Portugal há 5 anos.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Penso que as dificuldades que eu enfrento são comuns a todos aqueles que estudam, mesmo aqueles que têm uma bolsa de estudos. Primeiro, estamos a viver fora do nosso país. A priori temos que pagar casa, alimentar e a bolsa nunca é suficiente para todos esses gastos. As dificuldades são iguais para toda a gente. Até se eu não tivesse familiares cá em Portugal, nem sei o que seria da minha vida.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Eu trabalho e estudo. Trabalho para pagar as minhas despesas da faculdade. Mas tem sido muito difícil. O dinheiro nunca é suficiente.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Actualmente, eu trabalho num hotel. Faço recepção e dou apoio no transporte de bagagens. É apenas um meio para pagar as minhas despesas. Tenho que trabalhar para custear os meus estudos.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Não. Só tenho a nacionalidade são-tomense.

ENTREVISTA 16

Caracterização

- **Idade:** 20 anos
- **Sexo:** Feminino
- **Curso:** Licenciatura em Economia
- **Ano de ingresso:** 2006
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Eu quando terminei o 11º ano consegui uma bolsa. Então vim para Portugal continuar os estudos.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Em STP só existe o 11º ano e para se arranjar um emprego é bastante difícil. Assim, como eu consegui uma bolsa tive que aproveitar a oportunidade. Se não conseguisse a bolsa, neste momento estava a trabalhar. Ia fazer um estágio e depois ia acabar por ficar ali. Assim, não podia deixar perder a oportunidade de vir para Portugal estudar.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Sempre perguntava a minha mãe coisas sobre a economia e acabei por escolher este curso. Por outro lado, quando eu cheguei cá mesmo se eu quisesse mudar de curso, já não podia porque eu vim com uma bolsa de estudos. Então, acabei por gostar.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Sei que actualmente estou a aprender imenso. Dantes ouvia falar de determinadas coisas mas não percebia como funcionavam realmente, não entendia. Agora já entendo. E eu acho interessante.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Eu pretendo regressar a STP assim que terminar o curso. Não sei como aquilo está. Parece-me que está cada vez pior. Mas, por enquanto, tenho ideias de regressar assim que terminar a licenciatura. Eu tenho todos os meus familiares e a minha mãe lá. Já estou habituada com a vida de lá. Não me imagino ficar aqui, sozinha. Tenho poucos familiares cá.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Não, por enquanto não.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não gosto de política porque tem muita confusão e mentira associada a ela.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Eu acho que STP continua sem se desenvolver por causa da queda dos sucessivos Governos. Isto não ajuda nada. Por exemplo, muitos trabalhadores acabam por receber os salários atrasados porque o Orçamento Geral de Estado não foi aprovado por causa das sucessivas mudanças de Governo.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Eu acho que falar de estratégias eu tinha que conhecer melhor a realmente, a verdadeira situação do país, e só depois dar uma opinião. Como estamos de fora vemos que tem havido várias quedas dos Governos mas não sabemos o que realmente está por detrás de tudo isso.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Penso que, se conseguirem um emprego na área em que estão a formar, vai ser bom para STP. Existe muitos estudantes em Cuba, aqui em Portugal, no Brasil. Se todos, ou pelo menos uma boa parte, conseguir um emprego na área em que está a formar-se, eu penso que será bom para o desenvolvimento do país. Isto porque essas pessoas têm outras experiências e conhecimentos.

E achas que essas pessoas vão regressar a STP?

Eu acho que os que estão em Portugal ou pelo menos a maior parte dos meus colegas não pretendem regressar, porque pensam que STP está mal. Pensam que estando cá, conseguirão ter um nível de vida melhor em relação a STP. Por isso, a maior parte deles não pretende regressar ao país.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Eu acho que se devia apostar mais na formação dos professores. A maior parte dos professores são pessoas que terminaram o liceu e começaram a dar aulas. Por vezes começam a dar aulas ainda enquanto alunos do liceu. Por isso, eu acho que a formação dos professores seria um bom caminho, ajudaria bastante a melhorar a actual situação de STP.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Vim de STP há 3 anos.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Por acaso não tenho tido muitas dificuldades porque sou bolseira do Governo português. Principalmente, quanto ao pagamento da bolsa, nós não temos problemas nenhuns. Os meus colegas que recebem a bolsa do Governo de STP têm vários problemas devido os atrasos da bolsa.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Tenho a bolsa do Governo português.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Não.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Não, mas a minha mãe está a pensar nisso. Primeiro ela vai adquirir a nacionalidade portuguesa e depois faço eu. Já que estou cá, vou aproveitar essa oportunidade que existe.

ENTREVISTA 17

Caracterização

- **Idade:** 33 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Mestrado em Economia e Políticas Públicas
- **Ano de ingresso:** 2007
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Eu vim para Portugal para continuar os meus estudos. Este foi o motivo principal.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Todos os jovens depois de concluírem o seu 11º ou 12º ano, no fundo, acalentam um sonho que é fazer uma formação superior. Eu também não sou a excepção a regra. Portanto, sempre quis ter uma formação superior para ter também maiores oportunidades de progressão na carreira e na vida. Esta foi a razão principal.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Este mestrado está muito relacionado com a minha actividade profissional em STP. Eu trabalho na Direcção de Planeamento do Ministério das Finanças e eu senti que havia, e que ainda existe, um *deficit* muito grande de especialização e de qualificação nesta área de economia e políticas públicas, mais concretamente para o planeamento. O meu mestrado tem uma saída para o planeamento que é a área que eu pretendo especializar-me.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Para além de vir melhorar a minha informação, os meus conhecimentos sobre a área em que eu estou inserido, vai poder dar-me melhores competências para ajudar a melhorar o meu contexto de trabalho, quer através de introdução de novas práticas, quer através de outras formas mais eficazes de organização do serviço.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Penso ir para STP assim que terminar o mestrado porque eu já trabalho e tenho família em STP.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Nós somos, em grande medida, a informação que gerimos ou que consumimos. Por isso que, de qualquer modo, tendo maiores conhecimentos e informação da realidade isto acaba por nos afectar e mudar também as nossas práticas e as nossas atitudes.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Não, porque já sou técnico e estou a formar-me na mesma área. Em princípio vou continuar a trabalhar nesta área, contribuindo com a informação e com o conhecimento para o desenvolvimento das ilhas.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Nós todos somos políticos. Embora já tenha tido uma pequena experiência política, eu não posso dizer que não pretendo seguir a política. Eu sempre fiz política e pretendo fazê-la até ao último dia. Eu acho que a política é muito importante porque é através dela que se desenvolve, que se gere e que se governa um país. A política é muito importante. É através disso que se governa todo um povo. Portanto, é uma tarefa muito aliciante e complexa. Não é tão simples e banal como porventura as pessoas possam ter a percepção.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Um dos motivos que eu costumo apontar para o não desenvolvimento de STP é, exactamente, a carência de recursos humanos. Há alguma fraqueza de recursos humanos qualificados e bem preparados para levar a cabo o processo de desenvolvimento. Outro factor que tem inviabilizado o desenvolvimento é a instabilidade governativa, mas penso que este não é o aspecto essencial. O aspecto essencial continua sendo a carência de recursos humanos. STP apresenta muitas limitações em termos recursos humanos, sobretudo em certas áreas. Alguns recursos humanos que se podia aproveitar, em grande parte, encontram-se fora do país. Por um lado, muito associada a questão de instabilidade política e a partidarização, não se aproveita convenientemente as competências técnicas dos quadros do país.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Eu não sei se estou nas condições de indicar que estratégias concretas devem ser implementadas mas eu creio que o desenvolvimento de STP passa muito por uma boa governação.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Eu não tenho dúvidas e a minha esperança no desenvolvimento de STP está nos quadros. Eu espero que com o regresso desses quadros ao país, estes possam constituir uma massa critica e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento de STP. Eu tenho uma grande esperança nos quadros e eu apelo que os quadros regressem a STP. Peço sempre aos meus colegas para regressarem ao país, apesar das dificuldades que STP tem. Eu sei como é. Quando terminei a licenciatura e regresssei para STP senti, no início, um grande desespero. Mas é necessário que todos regressem ao país.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Todas as áreas, a partida, são importantes para o desenvolvimento. Mas penso que cabe a governo, se assim entender e de acordo com a sua visão de desenvolvimento, apostar numa ou outra área. Na minha opinião, penso que podíamos explorar mais o turismo. O nosso ponto forte, no meu ver, está no turismo. Nós temos uma grande potencialidade turística que não está a ser explorada. Por outro lado, o turismo é um sector do futuro, que não esgotará. Aliás, se vier a esgotar-se um dia, não será num futuro próximo. O petróleo esgota-se, outros tipos de recursos naturais esgotam-se mas o turismo nunca esgotará. Muito pelo contrário, a medida que os países desenvolvem e as pessoas vão tendo melhor qualidade de vida, vão procurando alternativas na área do turismo e de serviços. Por isso, o turismo é um sector do futuro.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Para fazer o mestrado, estou cá há 7 meses, sensivelmente.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Agora não tenho dificuldades nenhuma. Eu fiz a minha licenciatura cá. Aliás já tinha feito o 12º ano cá. Fiz também duas pós-graduações, portanto permaneci em Portugal cerca de 11 anos. Por isso, neste momento não tenho grandes problemas.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

Neste momento tenho uma bolsa do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Em Portugal apenas estou a estudar.

17. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Não. Apenas tenho a nacionalidade são-tomense.

ENTREVISTA 18

Caracterização

- **Idade:** 29 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Mestrado em Finanças (possui licenciatura em Engenharia Informática)
- **Ano de ingresso:** 2007
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

20. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Vim de STP para fazer a minha formação.

21. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Sempre sonhei ter um curso superior e é também uma forma de ter maiores oportunidades ao nível profissional. Com as alterações sociais que se têm verificado, ter uma formação superior tornou-se muito importante, pois permite uma melhor integração na sociedade local e noutros pontos do globo. Tenho a certeza que irei ter um bom emprego por causa da qualificação que o ensino superior confere. Sempre procurei ter uma intervenção nos diferentes grupos em que me integrava e penso que, ao ter uma formação, poderei ter uma intervenção maior num campo de abrangência também maior. Com esta formação poderei também ajudar os outros, quer ao nível escolar, quer ao nível da formação cívica.

22. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequentou?

Sempre quis ser engenheiro informático, sempre gostei da matemática.

23. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Tenho imensas perspectivas, quer ao nível monetário, quer ao nível de integração e realização pessoal. Penso que esta formação vai permitir-me ganhar bem.

24. Quando pretende regressar a STP?

Dentro de um ano penso regressar a STP. Portanto, assim que terminar o mestrado.

Benefícios da Educação/Formação

Em que medida o facto de ter frequentado esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Hoje tenho a noção mais abrangente da realidade e sei que as nossas decisões de hoje podem condicionar as nossas acções no futuro.

25. O que pretende fazer quando regressar a STP? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Um formado é aquele que consegue gerar emprego, essa é a grande filosofia. Em STP irei ajudar na formação, e leccionar. Espero também rentabilizar a empresa que os meus familiares já têm. Em termos de associativismo, obviamente, espero continuar com as actividades que deixei quando vim para Portugal, pois já fundei e presidi várias associações.

26. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não. Nunca quis ser político mas gostaria de governar um dia. Para mim, governar é gerir e acho que se faz má gestão dos recursos em STP. Espero um dia ajudar a atenuar esse problema, gerindo pequenas causas.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

27. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Penso que em STP não se define objectivos, não há planificação nem existe uma estrutura de governação com base sustentável. Não se faz um levantamento das necessidades urgentes do país. Em STP está tudo por fazer. Tudo é necessário mas há que priorizar sectores.

28. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Penso que é necessário fazer alterações ao nível da economia, nomeadamente recuperar e revitalizar fabricas, e investir na pecuária e na agricultura. Na área da educação, é preciso reordenar as políticas, formando não só quadros superiores mas também quadros técnicos em diversas áreas porque existe um grande défice. Temos pessoas com estudos primários, muitos outros com estudos superiores mas não temos quadros técnicos especializados e, desta forma, a economia não avança.

29. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Penso que os quadros terão um papel importante no desenvolvimento. Penso também que STP tem quadros qualificados mas não existem políticas correctas para se tirar proveito dessa massa crítica. Também tenho algum receio em relação a isto. Acredito que poderá haver um colapso social brevemente com o regresso de 600 estudantes para o país, caso este tenham uma atitude para a intervenção. Tenho dúvidas se o país está realmente preparado para responder a esta situação.

30. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Para o país que temos, todas as formações são indispensáveis. Deve-se dar uma especial atenção aos professores e técnicos de turismo. Considero que a educação e o turismo são as duas áreas importantes para o desenvolvimento do país.

Integração em Portugal

31. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Sai de STP em 2003.

32. Quais são as principais dificuldades que enfrentou enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como ultrapassou tais dificuldades?

Para ser sincero, tive a sorte de não encontrar grandes dificuldades ou quase nenhuma. Mas, existe sempre. Cheguei em Portugal meses depois das aulas terem iniciado e foi difícil acompanhar e perceber a matéria

entretanto leccionada. No plano financeiro o Estado de STP sempre pagou a bolsa com atrasos e com muitas dificuldades.

33. Quem financiou a sua estadia em Portugal?

Desde que cheguei em Portugal sempre trabalhei e vivi em casa de familiares. Tinha também a bolsa do Governo de STP. Depois de terminar a licenciatura, passei a pagar o curso e a morar sozinho.

34. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Tenho também a nacionalidade angolana. Tenho toda a minha família materna em Angola e as propostas de trabalho são mais aliciantes que em STP. Mas se um dia eu tiver que ir para Angola será sobretudo por causa dos laços familiares, para estar junto dos meus irmãos e da minha mãe. Gostaria de fazer a minha vida em STP mas tudo dependerá do que lá encontrar.

35. Uma vez que já terminou a sua formação, quais os motivos para ainda não ter regressado a STP?

Estou a terminar o mestrado, pois quero ter a possibilidade de dar aula no ensino superior.

36. O que faz neste momento em Portugal? Qual é a sua profissão?

Trabalho num *call center*.

37. Quanto tempo mais pretende ficar em Portugal?

Espero ficar mais um ano para concluir o mestrado. Já fiquei tempo demais em Portugal.

ENTREVISTA 19

Caracterização

- **Idade:** 24 anos
- **Sexo:** Feminino
- **Curso:** Licenciatura em Direito
- **Ano de ingresso:** 2001
- **Ano do termino:** 2006

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Vim de STP para estudar. Lá não tinha a possibilidade de tirar uma licenciatura, então tive que vir para Portugal.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Continuei a estudar para ter uma licenciatura. Sempre foi este o meu objectivo.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequentou?

Escolhi este curso porque era a minha área de preferência e a bolsa de estudo que consegui não me dava a possibilidade de fazer outro curso.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Este curso dá-me a possibilidade de trabalhar em diversas áreas. Vou optar por uma profissão que me permita ter um óptimo nível de vida.

5. Quando pretende regressar a STP?

Espero regressar ao meu país assim que terminar o estágio.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de ter frequentado esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Penso que o curso me permitiu conhecer melhor o sistema social, político e cultural de Portugal e de STP. Permitiu-me também fazer comparações e juízos crítico destas duas sociedades, apresentando algumas soluções para a sua melhoria e desenvolvimento, embora teoricamente.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Quando chegar a STP vou procurar trabalho na minha área na Função Pública ou em empresas privadas, onde houver as melhores condições de trabalho. Mas em termos de projectos ou planos ainda não tenho nada em concreto. Só mesmo quando chegar lá e estar a trabalhar, já com melhores condições poderei pensar nisso.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não, porque não concordo com a política de nenhum partido actual. Penso que nenhum partido apresentou um projecto que poderá conduzir o país ao bom caminho do desenvolvimento.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Penso que o grande problema de STP está relacionado com a mentalidade da população em geral, não só a dos políticos, que não se preocupam com o futuro e apenas querem gozar o momento, mas também a mentalidade da população. A população é muito passiva.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Penso que os quadros contribuirão para o desenvolvimento do país caso trabalharem todos no sentido de mudar o actual sistema.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

É necessário diversificar as áreas de formação, não se cingindo apenas ao Direito, Relações Internacionais, Economia ou Contabilidade.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de STP?

Saí de STP desde 2001.

14. Quais são as principais dificuldades que enfrentou enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como ultrapassou tais dificuldades?

Tive mais dificuldades em acompanhar as disciplinas de matemáticas por falta de bases. Tive que estudar bastante.

15. Quem financiou a sua estadia em Portugal?

Recebia uma bolsa de estudos da Cooperação Portuguesa durante os 5 anos da licenciatura. Mas após o término da minha licenciatura e início do estágio, passei a contar apenas com o apoio dos meus pais.

16. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Apenas tenho a nacionalidade são-tomense. Não considero importante ter outra nacionalidade. As pessoas que conheço e que adquiriram a nacionalidade portuguesa, por exemplo, fizeram-no para poderem ter um acesso mais facilitado a outros países em termos de deslocação. Eu já tenho essa possibilidade, por isso para mim não é importante ter outra nacionalidade. Penso que serei sempre são-tomense.

17. Uma vez que já terminou a sua formação, quais os motivos para ainda não ter regressado a STP?

Estou ainda a frequentar um estágio na minha área profissional.

18. O que faz neste momento em Portugal (qual é a sua profissão)?

Sou advogada estagiária.

19. Quanto tempo mais pretende ficar em Portugal?

Espero ficar cá mais um ano em Portugal.

ENTREVISTA 20

Caracterização

- **Idade:** 27 anos

- **Sexo:** Masculino

- **Curso:** Mestrado em Matemática Financeira (possui licenciatura em Matemática Aplicada desde 2007)

- **Ano de ingresso:** 2007
- **Ano de termino:** Por concluir (estudante)

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Sai de STP basicamente para prosseguir os meus estudos.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Sempre estudei com o objectivo de vir a ter a possibilidade de desenvolver pessoal e profissionalmente. Achava que com um curso poderia ter maiores oportunidades, conseguir determinadas coisas com mais facilidade, quer em termos pessoais, quer em termos profissionais.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequentou?

Escolhi este curso porque gosto e também porque tem boas perspectivas em termos profissionais.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Penso que me proporcionou a aquisição de um leque bastante alargado de conhecimentos e a capacidade para trabalhar no sentido de alcançar os meus objectivos.

5. Quando pretende regressar a STP?

Penso regressar a STP dentro de 5 a 7 anos. Ainda me falta fazer o doutoramento.

Porque o doutoramento?

Porque quero adquirir mais conhecimentos.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de ter frequentado esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Eu creio que todo o ambiente estudantil permitiu-me ter maior vontade para perceber a sociedade em que vivemos.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Tenho alguns planos, mas não posso dizer quase nada a respeito. Gostaria de ajudar o desenvolvimento do nosso sistema de ensino porque considero que, neste momento, existem grandes limitações.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Talvez um dia possa vir a fazer política. É uma questão a pensar. Se chegar a conclusão de que posso realmente ajudar e fazer algo de bem seguindo esta carreira, sim, serei político.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Penso que o país não se desenvolve sobretudo por falta de conhecimento adequado por parte da maioria dos nossos dirigentes. Como consequência disto, temos a instabilidade política e a má governação.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Penso que STP começará a dar os primeiros passos para o desenvolvimento quando alcançar a estabilidade política.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Sem dúvida que o futuro de STP está nos seus quadros. São portadores de conhecimentos. Embora não seja tudo para o alcance do desenvolvimento, é um factor essencial.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Penso que todas as formações são importantes para o país que temos.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de STP?

Sai de STP há cerca de 10 anos.

14. Quais são as principais dificuldades que enfrentou enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como ultrapassou tais dificuldades?

Tive sorte quanto a isso. Penso que não tive nenhuma dificuldade.

15. Quem financiou a sua estadia em Portugal?

Essencialmente, foi a minha família quem me apoiou financeiramente desde que cheguei em Portugal. Apesar de receber um subsídio do Governo de STP, foi essencialmente com o apoio da minha família que consegui estudar, já que este subsídio era pago sempre com atrasos e o valor mensal era muito reduzido.

16. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Não. Sou apenas são-tomense.

17. Uma vez que já terminou a sua formação, quais os motivos para ainda não ter regressado a STP?

18. O que faz neste momento em Portugal (qual é a sua profissão)?

Ainda não regressei a STP porque quero dar continuidade aos meus estudos. Também trabalho.

19. Quanto tempo mais pretende ficar em Portugal?

Pretendo ficar em Portugal mais 5 a 7 anos para terminar o doutoramento.

ENTREVISTA 21

Caracterização

- **Idade:** 23 anos
- **Sexo:** Feminino
- **Curso:** Licenciatura em Direito e Relações Internacionais
- **Ano de ingresso:** 2003
- **Ano do termino:** 2007

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Eu sai de STP para ir estudar em Marrocos.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Acho que estudei para alargar os meus horizontes, a nível de conhecimento e também porque havia uma área em que eu queria especializar-me em termos profissionais.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequentou?

Escolhi o meu curso porque eu gosto da área.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Neste momento estou a ter poucos benefícios. Actualmente não trabalho na minha área mas penso que o curso me proporcionou conhecimentos e uma nova visão da realidade e do mundo. Se especializar-me na área em que eu pretendo o benefício será trabalhar na área em que eu gosto. Além do mais vou poder contribuir para o desenvolvimento do meu país e da política internacional, de um modo geral.

5. Quando pretende regressar a STP?

Não tenho data prevista para voltar para STP. Ainda pretendo frequentar um mestrado.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de ter frequentado esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Em STP tínhamos acesso ao mundo através dos meios de comunicação mas a nossa mentalidade era um pouco fechada. O facto de eu ter tirado o curso e conhecido novas realidades fez-me encarar o mundo de uma outra forma, com uma nova visão. Eu acho que, enquanto estamos em STP, temos uma visão cor-de-rosa do mundo mas no fundo a realidade não é bem assim.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Estou a pensar em criar uma empresa de trabalho temporário em STP. Pretendo recrutar o máximo de pessoal possível e reduzir o nível de desemprego do país.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não pretendo seguir a política. Eu penso que eu posso ajudar o meu país sem estar directamente integrada na política.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Penso que o país não muda por causa da mentalidade das pessoas. As pessoas precisam evoluir na sua mentalidade. Começando pelos governantes. Os governantes são muito egocêntricos. Pensam mais neles do que na população e quando lutam pelo poder esquecem que representam a população. Querem o poder apenas para resolver os seus próprios interesses. E a população também não tem consciência que, ao escolher aqueles governantes, está a escolher alguém que lhe vai representar. Portanto, é importante que os são-tomenses mudem a sua mentalidade.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Penso que é preciso melhorar o sistema de educação. A educação é a base de tudo. Deve-se começar por implementar uma educação cívica. Deve-se fazer também uma remodelação do sistema político em STP.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Penso que os quadros vão ajudar o país porque os são-tomenses que vivem fora de STP passam por muitas dificuldades e encaram a vida de uma outra forma. E quando chegarem em STP, tendo em conta as experiências que adquiriram no estrangeiro, irão fazer de tudo para que o seu curso valha a pena, que toda a experiência que viveram no exterior tenha algum valor. Assim, vão empenhar no desenvolvimento do país.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Penso que precisamos de engenheiros do petróleo. Tendo em conta que agora a agricultura passou para o segundo nível em termos de actividade económica e está-se a apostar muito na exploração petrolífera conjunta, eu penso que técnicos especializados nessa área seriam uma mais valia para o desenvolvimento.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Sai de STP há 5 anos e meio. Em Portugal estou há cerca de 1 ano. Antes estava a estudar em Marrocos.

14. Quais são as principais dificuldades que enfrentou enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como ultrapassou tais dificuldades?

Em primeiro lugar, tive dificuldades em aprender a língua e adaptar-me. Depois também tive dificuldades económicas porque o pagamento da bolsa era feito sempre com atrasos.

15. Quem financiou a sua estadia em Portugal?

Quando estava em Marrocos tinha uma bolsa do Governo de STP.

16. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Não. Sou apenas são-tomense.

17. Uma vez que já terminou a sua formação, quais os motivos para ainda não ter regressado a STP?

Porque eu quero continuar a estudar e fazer um mestrado. Gostava de ter um mestrado para não ficar apenas com a licenciatura que me deu uma formação geral. Gostaria de me especializar numa área específica.

E quando terminar o mestrado regressas a STP?

Ainda não sei. Talvez.

18. O que faz nesse momento em Portugal? Qual é a sua profissão?

Trabalho num *call center* que presta serviço a uma empresa de comunicações móvel.

19. Quanto tempo mais pretende ficar em Portugal?

Não sei.

ENTREVISTA 22

- **Idade:** 32 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso que iniciou:** Curso Profissional em Jornalismo de Investigação
- **Ano de ingresso:** 2005
- **Ano do termino:** 2008

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Vim para continuar os estudos.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Queria adquirir mais conhecimentos. Num país como STP em que existem poucas oportunidades, só as pessoas com conhecimentos conseguem ter algo e um nível de vida estável.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequentou?

Eu já trabalhava na área do jornalismo e como surgiu essa oportunidade não tive como não aproveitar.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Ajudou-me a ter mais conhecimentos e a compreender muitas coisas que já fazia em termos profissionais que, na altura, talvez não fazia correctamente porque não sabia como fazer. Mas, após ter frequentado essa formação e o estágio, estou em melhores condições para desempenhar as minhas funções. Espero que o curso venha a proporcionar-me os melhores benefícios possíveis. Quero seguir a carreira de jornalismo e tirar dele os melhores benefícios ao nível psicológico, social e económico.

5. Quando pretende regressar a STP? Porquê?

Para já, ainda não pensei nisso. Devo, antes de mais, acabar o meu estágio e depois tomarei uma decisão.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de ter frequentado esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Eu penso que a frequência do curso veio alterar o meu modo de encarar o mundo, já que me permitiu estar mais atento ao que se passa no mundo. Hoje tenho a noção de quão importante é estar informado. Uma pessoa informada e formada tem outro modo de encarar a realidade, dado que tem mais informação disponível para poder analisar uma determinada situação ou uma pessoa.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP (ou mesmo fora de STP) já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Para já, ainda é prematuro pensar em planos e projectos para STP. Mas espero poder trabalhar na área em que me formei.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não, não pretendo seguir a carreira política, uma vez a aquela que se faz em STP é demasiada suja.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Penso que são vários os motivos que não permitem o desenvolvimento do país. A má fé dos dirigentes, por exemplo. Por outro lado, muitos deles não têm preparação para exercer os cargos que ocupam. Fraca aposta na educação, demasiada concentração da vida económica nas mãos do poder político são também factores que têm inviabilizado o desenvolvimento do país. Penso que o Estado são-tomense tem sido um mau gestor. Acho que seria relevante a criação de condições para que fosse formado um sector empresarial forte, seja ele nacional ou internacional. Creio que seria também relevante a adopção de legislação facilitadora e encorajadora do investimento privado. As áreas consideradas estratégicas pelo Estado poderiam continuar a ser do domínio público transformadas em empresas públicas, por exemplo.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Creio que é preciso reformular a forma de fazer política em STP e apostar numa nova geração de políticos, constituída por pessoas sérias e não por corruptos.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Penso que se forem dadas oportunidades a esses jovens, sem dúvida, que serão uma mais valia para o país. Mas é imprescindível que sejam abertos caminhos para que estes apliquem todos os conhecimentos que aprenderam enquanto estudantes.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Penso mesmo que o país precisa de tudo neste momento. O nosso país está de rastos. São precisas pessoas capacitadas. Mas penso existir alguns sectores prioritários. O turismo é uma das áreas essenciais, mas penso que também é necessário fazer um investimento sério na defesa e segurança de modo a ser reposta a autoridade do Estado. Depois, e não menos importante, devemos investir seriamente na justiça porque sem justiça todos os outros sectores não funcionam convenientemente e a segurança nos negócios não existirá. Por outro lado, a justiça deve ter um papel crucial na resolução de conflitos entre os cidadãos, no combate a corrupção e na criação de uma sociedade mais justa e fraterna. Assim, serão garantidos à todos as mínimas de condições para viverem com dignidade.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Vim de STP há 1 ano.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentou enquanto estudante são-tomense em Portugal?

Não tenho passado por dificuldades. Não tenho motivos de queixa.

15. Quem financiou a sua estadia em Portugal enquanto era estudante?

Uma agência internacional de notícias.

16. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Ainda não tenho outra nacionalidade mas vou lutar para conseguir a nacionalidade portuguesa porque ser apenas são-tomense não me dá seguranças nenhuma.

17. Uma vez que já terminou a sua formação, quais os motivos para ainda não ter regressado a STP?

Neste momento exerço uma profissão. Inicialmente, não trabalhava mas tive que arranjar um emprego para me ocupar enquanto aguardo por outro estágio que ainda tenho que fazer.

18. O que faz nesse momento em Portugal (qual é a sua profissão)?

Trabalho numa empresa de reciclagem de materiais electrónicos. Sou técnico. Mas ainda vou fazer um estágio jornalístico na área de investigação.

19. Quanto tempo mais pretende ficar em Portugal?

Ainda não sei quanto tempo mais vou ficar em Portugal. Depois ver-se-á. Mas quero ainda continuar a estudar e a progredir em termos de conhecimentos, quem sabe mesmo não frequentar e tirar uma licenciatura. Porque eu penso que quanto mais conhecimento adquirir, mais vantagens e benefícios terei no futuro.

ENTREVISTA 23

Caracterização

- **Idade:** 32 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Licenciatura em Sociologia (frequentou também a Licenciatura em Direito durante 2 anos)
- **Ano de ingresso:** 2000
- **Ano do termino:** 2007

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

O único motivo que me levou a sair de STP foi a necessidade de dar continuação aos estudos. Lá não tinha como continuar a estudar. Tinha terminado o 11º ano e não podia continuar o 12º ano nem o ensino superior. Sai de STP apenas e só para estudar.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Eu podia seguir outras vias. Mas, num país pobre como o nosso, a única forma do pobre safar se é apostando no conhecimento. O pobre tem que apostar em estudar. Portanto, eu apostei o máximo em estudar.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequentou?

Penso que foi quase por um acaso a escolha do curso, embora eu sempre tive a ideia de fazer duas licenciaturas. A escolha de Sociologia foi mesmo por acaso. Eu vim para fazer Direito. Fiz o 12º ano e depois ingressei-me numa universidade privada para fazer Direito. Mas depois não pude continuar porque as propinas eram elevadas. Surgiu outra oportunidade, consegui uma bolsa, então, abandonei o curso de Direito e ingressei em Sociologia, desta vez numa universidade pública.

E porque escolheu Direito?

Eu fiz Direito porque sempre segui a área. No 9º ano ou no 10º ano tem-se que escolher uma área a seguir. E como gostava mais da área de letras do que a matemática, escolhi aquela que mais me convinha. E depois o curso de Direito podia dar-me acesso a outras coisas, nomeadamente à política e advocacia. Pensava que podia ter mais oportunidades na vida com o curso de Direito.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Neste momento, na prática não estou a ter benefícios nenhuns. Mas eu sei que aprendi imenso com o curso de Sociologia. Ajudou-me bastante a mudar a minha forma de raciocinar, de pensar a sociedade e como se faz política. Eu gosto muito de política. O curso de Direito deu-me várias perspectivas sobre as leis mas ainda não posso dizer que é algo que me tenha ajudado em concreto.

No futuro, eu não sei quais são os benefícios que estes cursos poderão proporcionar-me. Mas sei bem quais os benefícios que eu quero que esses cursos me proporcionem. Eu espero que eles me permitam chegar a um patamar social, financeiro e económico elevado. Eu espero que eles me permitam ganhar financeiramente bem porque eu sou pobre, eu quero dinheiro.

5. Quando pretende regressar a STP?

Eu se pudesse regressava já hoje para STP mas não tenho condições financeiras para tal. Portanto, assim que poder lá estarei, o mais breve possível.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de ter frequentado esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Eu creio que os cursos de Sociologia e de Direito permitiram-me fazer perguntas com mais frequência, estar incomodado, reconhecer facilmente a injustiça, compreender a diferença. Portanto, abriram-me, já não me fecho no meu mundo. Permitiram-me ver a diferença e aceitar o outro mais facilmente.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Sim, gostaria de criar uma empresa e trabalhar no ramo de estudos de mercado, pesquisa de opinião, etc. Por outro lado, eu tenho também planos de entrar na política.

8. Pretende integrar na carreira política? Porque motivos?

Sem dúvida que quero ter uma carreira política. Eu penso que a maioria das pessoas integram-se na política porque ser político dá dinheiro e consegue-se safar usando este meio. Mas para mim, esse não é o único motivo para eu querer seguir a política. Acho que essencialmente quero integrar na política porque eu gosto e porque me sinto bem em fazer política. Eu penso que sou capaz de fazer política de uma forma clara e directa. Eu creio que eu tenho um dom para a política. Assim, eu diria que eu quero ser político, em primeiro lugar, porque eu tenho o dom para a política. E depois, sim, porque qualquer político em STP, como em Africa em geral, tem grandes possibilidades de subir na vida. Alias, ser político é um estatuto social em STP e isso revela muito. Ser político dá dinheiro.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Para mim o principal motivo que tem impedido STP de se desenvolver é a instabilidade política. Não existe outro motivo. Primeiro, tem que haver uma estabilidade política para haver desenvolvimento. Ou seja, só depois de haver estabilidade política é que as pessoas terão oportunidade e tempo para pensar noutras coisas. Se nós, o povo são-tomense, passamos o tempo a pensar na política, não temos tempo para pensar noutras coisas. Ou seja, o país não está a ser governado, está sempre instável. As pessoas não recebem o seu salário, ou recebem com muitos atrasos; os estudantes no estrangeiro ficam vários meses sem receber a bolsa. Nesta crise, ninguém consegue ter tempo e condições para escrever um poema, por exemplo, porque só pensa na situação em que se encontra. As pessoas, nesta situação, só pensam em tirar proveito da política, sobretudo no período das eleições. Portanto, a estabilidade política é essencial. A partir do momento em que a política passar a ser estável, as pessoas poderão pensar noutras coisas, noutras alternativas, noutras formas de sobrevivência e de superação da sua pobreza.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Penso que o desenvolvimento passa, primeiro e tudo, pela estabilidade política. Eu acho que os são-tomenses, e os africanos em geral, deveriam ser suficientemente espertos e encontrarem uma forma para manterem a estabilidade política e só depois dar prioridade a outras questões como a educação, a saúde, a agricultura e outras áreas. O problema que tem atrasado STP é a instabilidade política. Temos apenas 15 ou 16 anos de democracia multipartidarista e, por isso, não estamos preparados para aceitar a diferença. Os homens são-tomenses não estão conscientemente preparados para aceitar o outro a dar ordens. Não estão preparados conscientemente para dar oportunidades aos outros. Não estão preparados para isto neste momento e estarão nos próximos tempos. Isto leva tempo. Por isso, penso que temos que criar mecanismos que possam melhorar o sistema num período de tempo mais curto. Esses mecanismos passam pela implementação de mais leis e regras. Se existem injustiças, temos que criar leis para evitarem essas injustiças. Não vamos esperar que os homens que praticam essas injustiças melhorem. Não vão melhorar. Ninguém muda de um dia para o outro. Um drogado não deixa de se drogar de um dia para o outro. Temos que melhorar as leis de forma que não haja a instabilidade política e, a partir daí, partir para o desenvolvimento de outras áreas. Criar políticas sociais e económicas e estabelecer certas prioridades, com são a aposta na educação e na saúde. Penso que a educação é essencial porque tem a magia de mudar as pessoas. Com tempo, mas muda. Uma pessoa com a 4^o classe nunca é igual a aquela que esteve no estrangeiro a estudar e que tem uma licenciatura.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Penso que os quadros produzem sempre um impacto positivo. Mesmo não estando no país, um quadro são-tomense fora de STP produz também um bom impacto.

Mas as pessoas irão pensar apenas na satisfação dos seus interesses pessoais?

Isto poderá vir a ocorrer e, neste caso, o contexto será determinante. Se de facto, não existe estabilidade política, as pessoas têm que pensar em si próprias, seja ela formada ou não e vêem a carreira política como a única solução para a resolução dos seus problemas. Com a instabilidade política, todos estão numa situação má, excepto os políticos, os que estão no poder. O licenciado em engenharia, em medicina ganha pouco. O médico que trabalha no único hospital do país pode ficar vários meses sem receber o seu salário porque o Orçamento Geral do Estado não foi aprovado. Mas se ele estivesse na política, se fosse Ministro da Saúde, seria bem melhor. Os ministros nunca ficam sem receber o seu salário. Por isso é que eu penso que em STP tudo, neste momento, está em volta da política. Enquanto a política não melhorar, o resto não vai conseguir concentrar para fazer algo, para se organizar porque todos estão a espera de uma oportunidade para tirar proveito da situação. Mesmo quem não estudou, sonha ser político e tirar o seu proveito. Aliás, temos muitos exemplos de pessoas que não têm sequer o 9^o ano e estão no poder.

Portanto, considera que os quadros não vão produzir impactos positivos no país?

Os quadros poderão regressar ao país mas não terão condições e estabilidade suficiente para trabalharem convenientemente. Claro que trabalharão mais e melhor do que aqueles que não formaram. De certeza que o trabalho mais deficiente que um médico possa prestar no hospital ao doente é sempre melhor do que aquele prestado por uma pessoa não formada.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Eu penso que a formação mais importante de um país, e nesse caso concreto de STP, é o professor. Devia-se apostar muito, mas muito, na formação dos professores. Há professores que transformam as pessoas, dão outras perspectivas, abrem horizontes. E nós temos um défice muito grande ao nível de conhecimentos. Não temos professores que incentivam os alunos. E os professores, quando capacitados, conseguem com grande facilidade mudar as mentalidades. Um bom professor consegue mudar toda a vida de um aluno. Recordo-me de dois ou três professores que foram cruciais para mim, porque me marcaram. E isto é muito importante. A profissão que deveria ser melhor remunerada e bem apostada em STP é a dos professores.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Vim de STP há 12 ou 13 anos.

14. Quais são as principais dificuldades que enfrentou enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como ultrapassou tais dificuldades?

Basicamente não encontrei enquadramento social. Eu não conhecia ninguém, não sabia a quem me dirigir. Não sabia onde arranjar uma casa para ficar. Portanto foi difícil. Mas o mais difícil não foi ao nível monetário, mas ao nível curricular, ao nível do saber. Eu comecei a frequentar o 12º ano mas já tinha perdido o primeiro trimestre. E quando comecei a ir às aulas parecia que nunca iria aprender aquelas coisas. E custou. Eu e os meus colegas, que também chegaram na mesma altura, tivemos que estudar 12 a 16 horas por dia para ver se compreendíamos a matéria. Sofremos mesmo a sério.

15. Quem financiou a sua estadia em Portugal?

No princípio foi o meu pai quem me ajudou. Eu vim com algum dinheiro. Depois de 6 meses tive que ir trabalhar na construção civil em Aveiro. Depois vim para Lisboa e trabalhei na construção civil mais um ano. Posteriormente consegui um desses cursos profissionais que pagavam um subsídio. E naquela altura pagavam cerca de 40 contos. Foi em Electrotecnia mas estava a fazer aquele curso durante dois anos apenas para receber o dinheiro. Não sabia nada daquilo e o professor só me deixou continuar e acabar o curso porque sabia que eu estava numa faculdade e que aquele curso me ajudava a pagar as propinas.

16. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Sim, já tenho a nacionalidade portuguesa. Adquiri porque eu cheguei a conclusão de que, no mundo em que vivemos, não se pode pensar pequeno. Por isso, hoje em dia quanto mais global, mais universais e internacionais formos, melhor é. Se Portugal não tiver a oferecer as melhores condições e se eu tiver a nacionalidade angolana, eu vou para Angola. Não podemos pensar pequeno.

17. Uma vez que já terminou a sua formação, quais os motivos para ainda não ter regressado a STP?

Neste momento o único factor que me impede de regressar a STP é a minha condição financeira. Não há mais nada que me impeça de voltar para o meu país. Existem coisas que, por vezes, me fazem pensar, vacilar. Por exemplo, a instabilidade política do país e o salário que lá se pratica. Eu sei que qualquer emprego que eu vier a ter em STP, não me vai satisfazer tendo em conta os meus conhecimentos e as minhas habilitações. Eu sei que na Europa uma pessoa licenciada pode ganhar acima de 1500 euros se estiver a exercer a sua profissão. Em STP já sei que não vou ganhar este dinheiro, de certeza absoluta. Este tipo de comparação, faz-me, por exemplo, pensar em ir para Angola em vez de ir para STP. Penso que lá teria mais possibilidades de ganhar aquilo que uma pessoa com o meu nível académico deve ganhar. Portanto, isto faz-me pensar, faz-me vacilar mas não me impedirá de ir para STP. É um vacilo instantâneo que acontece de vez em quando. Mas querer regressar ao meu país é uma certeza que eu tenho. Eu quero regressar a STP.

18. O que faz nesse momento em Portugal? Qual é a sua profissão?

Estou desempregado. Não encontro trabalho na minha área.

19. Quanto tempo mais pretende ficar em Portugal?

Não pretendo ficar mais tempo em Portugal mas as condições também não estão favoráveis. Ainda não sei exactamente quanto tempo poderei ficar cá. Prevejo mais alguns meses. Mas não quero ficar em Portugal por muito mais tempo.

ENTREVISTA 24

Caracterização

- **Idade:** 28 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Curso profissional (nível IV) em Automação Robótica e Controlo Industrial
- **Ano de ingresso:** 10/01/2005
- **Ano do termino:** 30/11/2006

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Sai basicamente de STP para continuar os estudos. Os meus pais mandaram-me para Portugal para e poder estudar.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Estudei sobretudo para ter uma qualificação e poder entrar mais facilmente no mercado de trabalho. Pensava que só com um curso tinha possibilidade de aceder a um bom emprego. Sem qualificações tornava-se muito difícil.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequentou?

Sempre gostei de electrónica, electricidade e automação. Foi basicamente por isso que escolhi o curso. Podia seguir um outro qualquer mas sempre tive o desejo de trabalhar nessa área. E depois achava também que com este curso poderia ter um acesso mais facilitado a esta área. Graças a Deus correu-me bem. Comecei o curso no nível superior, mas não estava a conseguir ter êxito, devido dificuldades económicas e porque estava a ser difícil acompanhar o ritmo e compreender a matéria. Então decidi abandonar o ensino superior e iniciar o curso no nível profissional, que pelos visto foi a melhor opção. Actualmente estou a trabalhar na área.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Este curso está a proporcionar-me realização profissional e financeira. Gostava ainda de fazer outras coisas. Gostava de adquirir mais conhecimentos embora já tenha conseguido fazer o principal, que foi ter um curso profissional. O ser humano quer sempre mais. Eu quero mais e vou trabalhar neste sentido, trabalhando, formando.

5. Quando pretende regressar a STP?

Tenho estado a pensar nisto nos últimos tempo e creio que está para breve o meu regresso a STP. Não posso dizer quando mas quero voltar para lá porque é o meu país.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de ter frequentado esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Não acredito que a frequência do curso tenha alterado o meu modo de encarar o mundo. Mas depois de o terminar e estar a trabalhar pude perceber que sou capaz de criar muitas coisas, de assumir grandes responsabilidades, de resolver muitos problemas sozinho. Por isso, de certa forma, alterou a minha forma de encarar o mundo. Hoje encaro as coisas com mais optimismo e tenho mais vontade de lutar até conseguir algo que quero.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Na verdade estou a pensar em algumas coisas, ainda não tenho nada escrito. Apenas tenho ideias. Mas tenho o objectivo de criar uma micro-empresa, quando regressar. Quero e pretendo trabalhar para ter alguns benefícios financeiros mas quero também ajudar pessoas, sobretudo da minha família em termos de emprego, já que o desemprego é um grande problema em STP.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não, porque para ser político em STP tinha que aprender a mentir e a enganar.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Penso que a fraca formação da população, que não conhece os seus direitos e se limita a cumprir os deveres, é o grande obstáculo ao desenvolvimento.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

No meu ver, o desenvolvimento passa por maior escolarização dos são-tomenses. Penso que já existe algum esforço neste sentido mas é preciso haver um maior empenho e investimento na área da educação.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Não tenho dúvidas que com chegada de muitos e novos quadros, estes vão causar um grande impacto positivo no país. Muitos vão lutar por uma oportunidade e por mais justiça, chegando mesmo a identificar e a denunciar irregularidades, sobretudo as praticadas pelos dirigentes. Assim espero eu.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Parece-me que, além de gestores, engenheiros ou de pessoas formadas, em geral, o país precisa de pessoas com vontade de trabalhar a terra, cultivar, criar associações de pesca, etc. Em STP, quase todos os bens essenciais são provenientes do estrangeiro e o país vive da “esmola” de outros países. É preciso que esta situação altere.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de STP?

Estou a viver em Portugal aproximadamente há 16 anos.

14. Quais são as principais dificuldades que enfrentou enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como ultrapassou tais dificuldades?

As dificuldades foram sobretudo de ordem económica.

15. Quem financiou a sua estadia em Portugal?

Foram os meus tios que sempre me apoiaram.

16. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Sim, tenho a nacionalidade portuguesa, isso porque me proporciona muitas vantagens. Agora tenho as mesmas regalias que um português.

17. Uma vez que já terminou a sua formação, quais os motivos para ainda não ter regressado a STP?

Pretendo ainda concluir o curso superior. Por outro lado, ainda não regresssei devido ao medo da mudança que tenho. Já estou fora de STP há muito tempo. Vivi em Portugal mais tempo do que no meu país. Já conquistei muitas coisas aqui. Mas tenho certeza que vou estar em STP brevemente.

18. O que faz nesse momento em Portugal (qual é a sua profissão)?

Sou técnico de manutenção industrial.

19. Quanto tempo mais pretende ficar em Portugal?

Não sei por quanto tempo mais terei que ficar em Portugal. Talvez dentro de 2 a 4 anos voltarei definitivamente a STP.

ENTREVISTA 25

Caracterização

- Idade: 23 anos
- Sexo: Feminino
- Curso: Curso Profissional em Técnica de Turismo e Hotelaria
- Ano de ingresso: 2004
- Ano do termino: 2007

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Vim para Portugal para estudar e fazer o curso. Tive esta oportunidade após ter terminado a 9ª classe em STP.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Sempre quis ter um curso. Por isso tinha que estudar e sair do meu país. Eu consegui fazer o curso, por isso foi bom. Eu achava que com um curso podia ter um bom trabalho e ganhar bem. Foi por isso que estudei.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequentou?

Havia a possibilidade de escolher este curso e, como em STP o turismo é uma área do futuro, decidi optar por este. Penso que foi uma boa escolha. É uma área interessante e aprendi imenso. Hoje em dia trabalho cá em Portugal mas muitas coisas que aprendi podem ser aplicadas em STP.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Neste momento estou a trabalhar na minha área, o que me tem trazido alguma satisfação. Já consegui adquirir algumas coisas e isto é positivo. No futuro não sei que benefícios terei, mas espero vir a conseguir mais coisas por via deste curso.

5. Quando pretende regressar a STP?

Não sei ainda quando regresso a STP. Eu gostava de lá ir mas o país neste momento não tem muito para nos dar. Não há emprego. Não vou deixar o meu trabalho aqui para ir lá sem saber o que vou fazer. Depois, o que eu ganho aqui em Portugal sei que não vou ganhar lá. As facilidades que tenho em Portugal, dificilmente serão as mesmas em STP. Por isso, enquanto tiver trabalho, vou continuar aqui. Só se houver uma oportunidade para ir lá trabalhar com algumas condições poderei ir.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de ter frequentado esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Sei que aprendi muitas coisas que estão a ser útil para mim no trabalho e espero que sejam úteis também no futuro.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Por enquanto não tenho planos. Mas penso que existem imensas coisas na área do turismo que se pode fazer em STP. Podia, por exemplo, implementar uma pensão turística. No entanto, é preciso haver recursos para se investir. Penso que, neste momento, existem poucos recursos, o que torna difícil criar planos.

Mas se houvesse recursos o que farias?

Implementava, por exemplo.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Não. Eu não gosto de política. Deixo isto para os outros.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Penso que o país não se desenvolve sobretudo por falta de vontade política. As pessoas não estão muito interessadas em mudar STP. É mais por isso. Por outro lado, grande parte dos dirigentes não tem capacidade para gerir.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Eu penso que STP precisa de mais escolas e mais educação para dotar as pessoas de mais conhecimentos de modo que possam agir com mais consciência.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Penso que, caso regressem, esses os quadros, serão uma mais valia para o desenvolvimento do país. Mas penso que a tendência é para não regressarem.

Porquê?

A maioria das pessoas não regressam porque consideram que o país não tem condições para os receber, sobretudo porque em STP não há emprego e não se valoriza o conhecimento das pessoas, o que elas sabem de facto. Existe muita “cunha” e compadrio. Por isso, muitos preferem ficar no estrangeiro.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Penso que formar mais técnicos de turismo era importante. Em STP, o turismo é essencial para o desenvolvimento. Se explorarmos mais a área do turismo vai ser bom porque o país tem todas as condições para desenvolver um turismo de qualidade.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Vim de STP há quatro anos.

14. Quais são as principais dificuldades que enfrentou enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como ultrapassou tais dificuldades?

Tive algumas dificuldades de ordem económica mas tinha também apoio dos meus familiares e recebia subsídio do Governo de STP.

15. Quem financiou a sua estadia em Portugal?

16. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Tenho também a nacionalidade portuguesa. Procurei ter essa nacionalidade sobretudo para ter mais condições. Assim, tenho as mesmas condições que um português tem.

17. Uma vez que já terminou a sua formação, quais os motivos para ainda não ter regressado a STP?

Estou a trabalhar cá em Portugal, por isso, ainda não regressei a STP. Acabei o curso e depois do estágio houve a possibilidade de continuar a trabalhar na mesma empresa onde estagiei. Aceitei logo e continuo a trabalhar até hoje. Por isso não sei quando volto para STP. Enquanto houver trabalho aqui, não vou.

18. O que faz nesse momento em Portugal? Qual é a sua profissão?

Trabalho num hotel na zona do Alentejo na parte da restauração do hotel.

19. Quanto tempo mais pretende ficar em Portugal?

Não sei. Sinceramente não sei.

ENTREVISTA 26

Caracterização

- **Idade:** 27 anos
- **Sexo:** Masculino
- **Curso:** Licenciatura em Engenharia Informática
- **Ano de ingresso:** 1998
- **Ano do termino:** 2004

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Foram os meus pais que me mandaram para aqui.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

Todos nós temos que estudar. Hoje em dia, se alguém quer realizar os seus sonhos e quer ter um futuro, tem que estudar. Sem estudar, é impossível, alguém idealizar planos e projectos. Penso que fazemos as coisas por etapas. Quando se termina uma etapa pensa-se em iniciar outra logo a seguir. Vale a pena ter sempre mais formação. É uma mais valia. Estudei por minha conta, sem influência de ninguém. Queria realizar os meus sonhos.

3. Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequentou?

Porque era a área que eu mais gostava. Não gosto da área de letras mas, sim, de matemática, códigos e novas tecnologias. Escolhi esse curso porque gosto.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Por exemplo, fui capaz de construir um site na Internet, o Canal Santola. Trabalhei e empenhei bastante na construção do site e o meu grande objectivo era dar a conhecer STP ao mundo através da internet. Quis aproveitar os meus conhecimentos para divulgar o país no mundo. Actualmente, o Canal Santola é um portal de referência sobre STP na diáspora. Para mim é bastante gratificante e é claro que, se eu não estudasse, nada disso seria possível. Poderia até ser, mas seria mais difícil ter a qualidade que tem.

5. Quando pretende regressar a STP?

Quem sabe quando ficar reformado regresso definitivamente a STP. Não penso em regressar a STP. Penso ir apenas de férias. No entanto, posso lá ir caso haja algum convite de trabalho com óptimas condições. Não vou para STP porque já sei que não vou ser valorizado devidamente pelo esforço que fiz durante esse tempo todo enquanto estive fora do país. STP não tem nada para nós, por isso não vale a pena eu voltar para lá. Só se o país mudar de repente. Embora seja um são-tomense com muito orgulho, eu não devo nada ao meu país.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de ter frequentado esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Penso que o meu modo de lidar e de estar no mundo continua a ser igual, não mudou. Apenas conheci mais pessoas e já tenho um ambiente diferente de convívio. Nada mais.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Eu penso que STP vai precisar brevemente de quadros da minha especialidade para informatizar o país. Como já disse, caso haja um convite de trabalho e com oferta de boas condições, irei para lá trabalhar de bom grado. Já recebi vários convites, mas recusei porque penso que não iria ter grandes vantagens e o país ainda não está preparado para me receber.

8. Pretende integrar a carreira política? Porque motivos?

Embora não possamos prever o nosso futuro, é impossível, um dia, eu vir a ser político em STP.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Penso que é a instabilidade política o maior problema de STP, não há dúvidas. Todos sabem disso. Sempre houve instabilidade política. Penso que será difícil alcançarmos a estabilidade porque não sabemos partilhar. Os nossos dirigentes não pensam no desenvolvimento do país. Eles pensam no seu desenvolvimento pessoal. Vêem a carreira política como uma maneira de ganhar dinheiro e não de governar. Mesmo se houver maioria absoluta, haverá sempre instabilidade política em STP. Isto é negativo.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Eu nunca segui muito essas questões mas acho que os dirigentes deveriam evitar desviar os fundos, trabalhar com honestidade e dedicação. Seria bastante importante.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Penso que será difícil aos quadros terem a possibilidade de trabalhar em STP. Talvez só a longo prazo, não agora. Eu penso que as pessoas são muito oportunistas e não dão oportunidades aos jovens. Os quadros podem até ir para STP mas vão ficar desempregados. Por isso é que a maior parte das pessoas que cá estão, não pensa em regressar a STP porque sabe que o país está mal. Por outro lado, as pessoas têm medo de arriscar. Parece que não vai haver pessoas formadas em STP. Só mesmo aqueles muito patriotas é que regressarão.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Penso que a área das novas tecnologias é muito importante para STP e para o desenvolvimento. Hoje em dia é uma área muito importante. STP não precisa de quadros como advogados e sociólogos. Precisa, sim, de médicos e de formados na área das novas tecnologias. Penso que o desenvolvimento do país está nas novas tecnologias.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de STP?

Saí de STP desde 1998.

14. Quais são as principais dificuldades que enfrentou enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como ultrapassou tais dificuldades?

Não tive dificuldades nenhuma porque fui estudante por conta própria. Trabalhava para custear os meus estudos. Era estudante pós laboral. Nem mesmo assim senti dificuldades nos estudos porque era uma área que gostava e da qual já tinha muitos conhecimentos em termos práticos.

15. Quem financiou a sua estadia em Portugal?

16. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Além da nacionalidade são-tomense tenho também a nacionalidade cabo-verdiana e a portuguesa. Eu nasci em STP e a minha mãe é são-tomense. O meu pai é cabo-verdiano e adquiriu também a nacionalidade portuguesa. Eu adquiri essas duas nacionalidades através do meu pai. Quis ter essas nacionalidades para ter também mais facilidades. É muito mais fácil deslocar-me de um lado para outro, sendo português ou cabo-verdiano.

17. Uma vez que já terminou a sua formação, quais os motivos para ainda não ter regressado a STP?

18. O que faz nesse momento em Portugal? Qual é a sua profissão?

Sou analista de rede, técnico informático e, as vezes, assistente. Portanto, trabalho numa empresa exercendo estas funções. Diariamente também dedico uma boa parte do meu tempo ao site Canal Santola, pelo que também sou *webmaster*, ou seja programador *web*.

19. Quanto tempo mais pretende ficar em Portugal?

Não pretendo ficar em Portugal. Em princípio, o meu plano a curto prazo é ir para os Estados Unidos da América. E depois, talvez volte para a Europa. Quero sair de Portugal para aprender outras coisas e também porque já estou farto de cá estar.

ENTREVISTA 27

Caracterização

- **Idade:** 27 anos

- **Sexo:** Feminino

- **Curso:** Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África (possui Licenciatura em Sociologia desde 2004)

- **Ano de ingresso:** 2005

- **Ano de término:** 2008

Motivações/ Incentivo

1. Quais motivos que o levaram a sair de STP?

Vim para Portugal para estudar. Em STP não tinha a possibilidade de dar seguimento aos estudos.

2. Quais foram as principais razões que o levaram a frequentar um curso?

A principal razão para eu continuar a estudar foi a necessidade de ter acesso a um nível de ensino que não é oferecido nas escolas de STP. Por outro lado, penso que a educação não constitui de todo a preocupação essencial dos nossos governantes. Por isso tive que sair de STP a procura de mais formação.

Quais as razões que estiveram na origem da escolha do curso que frequenta?

Sempre fui guiada por motivações sociais. Estudei sobretudo para entender a sociedade e os seus problemas. Sempre quis perceber quais as origens, consequências e soluções dos problemas sociais.

4. Quais os benefícios que considera que este curso lhe está a proporcionar ou lhe poderá vir a proporcionar em termos profissionais e de nível de vida?

Penso que o principal benefício que poderei ter, será a possibilidade de conciliar a minha realização pessoal e profissional. Portanto, para mim trabalhar e, simultaneamente, ajudar os que mais precisam seria muito enriquecedor.

5. Quando pretende regressar a STP? Assim que terminar o curso? Porquê?

Ainda não sei. Não tenho data prevista para regressar a STP.

Benefícios da Educação/Formação

6. Em que medida o facto de estar agora a frequentar esse curso veio alterar o seu modo de encarar o mundo?

Estar num país diferente e conviver com pessoas diferentes, nacionais e outros imigrantes, proporciona um grande intercâmbio sócio-cultural, com todas as suas implicações positivas e negativas. Tudo isso tem vindo a contribuir para alterar a minha forma de encarar o mundo, até porque a minha experiência de vida agora é muito diferente da que trouxe de STP, principalmente pela maturidade que o próprio avançar da idade confere.

7. O que pretende fazer quando regressar a STP já com a sua formação concluída? Tem algum plano elaborado (criação de empresa, associação...) Que objectivos espera alcançar?

Penso que todos temos sempre ideias e planos para levar a cabo quando chegar em STP. Mas a verdade é que a realidade não nos oferece grandes condições para levarmos adiante as nossas ideias.

8. Pretende integrar a carreira política? Por que motivos?

Se Deus permitir, não pretendo integrar a carreira política. É um mundo que não me desperta grande admiração.

Representações sobre STP /Contributos para o desenvolvimento

9. Na sua opinião, quais são os motivos que têm impedido STP de se desenvolver?

Penso que o grande problema que tem impedido STP de se desenvolver é a grande ganância e sede de poder que impede os nossos governantes de agirem no sentido de satisfazerem os interesses colectivos. STP é um país lindo e com grandes potencialidades mas o povo não tem vez nem voz. E isto é triste.

10. Que estratégias considera adequadas a serem adoptadas para o desenvolvimento continuado (sustentável) de STP?

Não entendo muito de governação, mas penso que é necessário mais justiça social. Este deveria ser um valor partilhado por todos, do topo à base. Só a partir daí pode-se perspectivar o desenvolvimento do país.

11. Acha que os quadros vão produzir um impacto positivo no desenvolvimento do país? Porquê?

Sim, penso que os quadros são-tomenses irão ter um papel importante no desenvolvimento, caso acreditem que é possível o progresso de STP e caso tenham interesse em lutar por isto.

12. Que tipo de formação considera essencial e necessária para o desenvolvimento do país (gestores, professores, engenheiros, técnicos de turismo)? Porquê?

Penso que, tal como o organismo humano em que o todo funciona bem desde que as partes exerçam correctamente as suas funções, STP neste momento precisa de todas as formações e áreas para se desenvolver. Há sempre graus de importância e rentabilidade atribuídos, mas penso que apenas médicos ou engenheiros não conseguem erguer um país.

Integração em Portugal

13. Há quanto tempo saiu de São Tomé e Príncipe?

Saí de STP há 9 anos.

14. Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado enquanto estudante são-tomense em Portugal? Como tem ultrapassado tais dificuldades?

Sem dúvida que as principais dificuldades que senti em Portugal foram de ordem económica, especialmente porque nunca tive uma bolsa de estudos. Por isso sempre tive que trabalhar para custear os meus estudos. Outra dificuldade, não menos preocupante, que também senti estava relacionada com a minha fraca preparação académica de base, principalmente ao nível das línguas.

15. Quem financia a sua estadia em Portugal?

16. Além de estudar exerce alguma profissão?

Já terminei o mestrado e agora só trabalho.

17. Uma vez que já terminou a sua formação, quais os motivos para ainda não ter regressado a STP?

Ainda quero adquirir algumas coisas em Portugal antes de regressar. STP não oferece condições e dificilmente o meu trabalho será reconhecido.

18. Já possui outra nacionalidade além da são-tomense? Se sim, porque a adquiriu?

Sim. Tenho orgulho em ser São-tomense mas a outra nacionalidade vem conferir-me a liberdade de que necessito para poder deslocar-me e conhecer outros países e culturas.